



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE GEOGRAFIA

JADIELE CRISTINA BERTO DA SILVA

**“QUANTAS ANÔNIMAS GUERREIRAS BRASILEIRAS!”: A LUTA DAS  
MULHERES NEGRAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE IPIRANGA  
E GURUGI - PARAÍBA**

João Pessoa – PB

2018

JADIELE CRISTINA BERTO DA SILVA

**“QUANTAS ANÔNIMAS GUERREIRAS BRASILEIRAS!”: A LUTA DAS  
MULHERES NEGRAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE IPIRANGA  
E GURUGI - PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

João Pessoa – PB

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586q Silva, Jadiele Cristina Berto da.

"Quantas Anônimas Guerreiras Brasileiras!": a luta das mulheres negras nas comunidades quilombolas de Ipiranga e Gurugi - Paraíba / Jadiele Cristina Berto da Silva. - João Pessoa, 2018.

112 f. : il.

Orientação: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. comunidades remanescentes de quilombos (crq). 2. empoderamento. 3. interseccionalidade. 4. mulheres negras. I. Rodrigues, Maria de Fátima Ferreira. II. Título.

UFPB/CCEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)  
Jadiele, Kristine Brito da Silva

(X) cumpriu ( ) não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer ( ) favorável (X) desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

Impactos ambientais que os municípios Brasileiros  
A banca examinadora aprovou a seguinte resolução do TCC:  
"Impactos ambientais que os municípios Brasileiros 1999 a 2010  
das mulheres negras nos municípios quilombolas da  
Paraíba e Ceará 2010-2015"  
- Resolução gerencial de dos nomes de AGBT  
- Reconhecimento das capitais.

Nota final obtida: 10,0 (dez)

João Pessoa, 03 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

[Assinatura]  
Professor Orientador

Professor Co-Orientador (Caso exista)

[Assinatura]  
Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

[Assinatura]  
Membro Interno ou Externo

À todas as mulheres que fizeram com que o sonho de cursar uma universidade pública fosse possível, em especial à minha mãe Cristina Verônica de Araújo Silva,

**DEDICO.**

## AGRADECIMENTOS

À luz do celular e do amanhecer, inicio a construção dos agradecimentos, com a certeza que nada se faz sozinho, mesmo não visualizando no espaço tem pessoas e energias a nos ajudar, como exemplo: eu, Jadiele Berto, na sala do Gestar às 4:50 da manhã existem\existiram inúmeras pessoas que agiram para que a minha presença aqui fosse possível. São muitas pessoas que tenho que agradecer, na verdade, todo o processo de construção deste trabalho carrega um pouquinho de cada pessoa que conviveu ou convivem comigo, desde a saída da minha cidade natal. Cabe destacar que muitos nomes do passado e presente não serão mencionados, mas a todos que contribuíram de forma de direta ou indireta, dedico meus sinceros agradecimentos e abraços quentinhos.

Agradeço à Deus pelo sopro da vida, pelo zelo e cuidado, por mostrar que as coisas fantásticas da nossa curta experiência na Terra se encontram aparentemente escondidas nas coisas simples que existem;

Agradeço à minha família Cristina Verônica, Joaquim Berto, Jadiael Berto, Jadiaele Berto e Bia, que com todas as dificuldades que passamos juntos, jamais abdicaram do amor, do carinho e outros sentimentos que fazem uma família imperfeita se sentir mais que perfeita. E dentro desta, não poderia deixar de ressaltar a minha mãe, Cristina Verônica, minha base, a quem eu devo tudo, principalmente a confiança de deixar a filha mais nova de uma cidade do interior e de menor, ir à capital, sozinha, mas cheia de esperança. Obrigada, obrigada por todo o esforço;

À Biatriz Santos, companheira de luta, pelo encorajamento e afeto! Por acreditar que tudo iria dar certo e fazer de forma conjunta para que tivéssemos este resultado, pelos novos olhares da realidade, pelo amor em cada palavra, por ser maravilhosa e por lutar ao meu lado contra o fim do racismo, machismo e LGBTfobia e qualquer forma de violência e desigualdade;

À Maria de Fátima Ferreira Rodrigues pela paciência que teve em me orientar durante esses três anos. Profê, sou eternamente grata pela inserção na pesquisa científica, por cada conselho, conhecimento e experiência. Gratidão pelo carinho, pelo cuidado e preocupação, por possibilitar a visão crítica das realidades, por acreditar e confiar em mim, por abrir as portas do Gestar. Enfim, por todas as coisas ditas e não ditas, feitas ou só pensadas, por toda ajuda, minha gratidão! Você é o exemplo de cidadã, profissional e pessoa que eu almejo ser;

Aos demais professores do Curso de Geografia no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba pelas informações passadas, pelas parcerias construídas;

Ao meu quadrilheiro sem quadrilha (por uma causa maior), a poc mais linda, maravilhosa e torneada da Geografia – UFPB, para o menino mais fofo e companheiro, agradeço à Diego dos Santos Dantas por todo o auxílio desde a acomodação em João Pessoa a ajuda para conclusão deste trabalho. Diego, quando te chamei no inbox, não previa a dimensão do que nossa relação iria tomar, de fato ganhei um irmão. Você integra a minha família, obrigada por ficar sempre no meu pé, por se preocupar, desculpa as dores de cabeça que eu te dei. Que toda as vezes que você estiver triste ou desanimado possa olhar para o céu e ver como ele é (sempre) lindo;

À Rai\_vosa, Raissa Helena, rshelena81, por todos os ovos, cuscuz e frangos que eu peguei na madrugada durante a escrita do trabalho. Brincadeiras à parte, gratidão pela confiança, parceria e batata-palha e frita divididas, pelo carinho e por sempre escutar o meu desmoronamento. És uma das poucas pessoas que já viram o meu lado sensível e fraco e que sempre disponibilizou o ombro cheio de afeto para me socorrer. Tu és linda por dentro e por fora e a tua criatividade vai te levar ao topo! Aposto em você por uma arte sensata e diversificada;

À Analice Alves, meu toquinho cheio de amor. Obrigada pela atenção e todos os momentos que me salvou de enrascadas e me ajuda a entrar nelas! Quero muito aproveitar a vida com vocês, a família que eu formei aqui em Jampa;

À Joannes Moura pelos conselhos, disciplina e ajuda! Pelo coração enorme por trás do K-pop e pela ironia diária. Teu futuro é brilhante, Joantina;

À turma 2014.1 pela trajetória de lutas e glórias, pelos memes, vácuos, discussões e sentimentos compartilhados;

Às minhas cebrutinhas, Vanessa Gomes e Noemia Elana, ou melhor, Shirley e Horrana pela força, risos, abraços, pelas rezas. Com vocês, eu sei que iremos construir um espaço acolhedor e fortalecedor para juventude negra. Que os nossos gritos possam ecoar e nossa ação derrubar o poder posto;

À ABAYOMI, a Coletiva que dá asas, protegida pela natureza e pela força dos orixás. À todas Abayomi's minha gratidão, pelos passos dados, pelas vitórias alcançadas,

pela doação para o crescimento desse grupo. Durvalina Rodrigues, Marli Soares, Vanessa Gomes, Mana Manissima, vocês são especiais para mim;

À todos os componentes do grupo Gestar: território, trabalho e cidadania pelo acolhimento, pelas vivências e conhecimentos compartilhados, às companheiras do NEDET, Rose Cruz, Natanaelma Silva, Cláudia Veloso e Perazzo, bem como Amanda Marques, Salomé Maracajá, Viviane Sousa e Mariana Borba pelos conselhos, indicações e vivências;

Às MOL\Litro, Joicy Santos, Juliane Monique e Wirlayne Rosa e à Niedja Alves, minhas fadas maravilhosas que mesmo de longe sinto o amor e carinho delas;

À toda Comunidade Negra de Ipiranga e Gurugi, povo forte e de luta, inspiração para resistência diária de ser preto no Brasil;

À AGB Seção João Pessoa pelos anais disponibilizados e a Nego da Capoeira que muito me auxiliou na Comunidade do Gurugi;

Ao CNPq e a PROPESQ UFPB pelos anos de bolsa de Iniciação Científica, imprescindível para a continuidade na pesquisa e na vida acadêmica como um todo;

Por fim, agradeço ao ex - presidente Lula por possibilitar oportunidades a classe trabalhadora, e principalmente as populações em situação de vulnerabilidade. E a presidenta DEMOCRATICAMENTE eleita Dilma Rousseff, a qual sofreu com o golpe político, midiático, jurídico, parlamentar e machista ocasionado por quem não venceu nas urnas e entranhado nas raízes da asquerosa elite brasileira marcada pelas mãos cobertas de sangue. À toda população que como eu sofre com os impactos do golpe, AVANTE!



Você pode me inscrever na História Com as mentiras amargas que contar,  
Você pode me arrastar no pó, mas ainda assim, como o pó, eu vou me levantar.

Minha elegância o perturba? Por que você afunda no pesar?  
Porque eu ando como se eu tivesse poços de petróleo jorrando em minha sala de estar.

Assim como lua e o sol, com a certeza das ondas do mar

Como se ergue a esperança, ainda assim, vou me levantar

Você queria me ver abatida? Cabeça baixa, olhar caído?

Ombros curvados com lágrimas com a alma a gritar enfraquecida?

Minha altivez o ofende? Não leve isso tão a mal,

Porque eu rio como se eu tivesse minas de ouro no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras, e me cortar com o seu olhar

Você pode me matar com o seu ódio, mas assim, como o ar, eu vou me levantar

A minha sensualidade o aborrece? E você, surpreso, se admira,

Ao me ver dançar como se tivesse, diamantes na altura da virilha?

Das chochas dessa História escandalosa, eu me levanto

Acima de um passado que está enraizado na dor, eu me levanto

Eu sou um oceano negro, vasto e irrequieto,

Indo e vindo contra as marés, eu me levanto.

Deixando para trás noites de terror e medo

Eu me levanto

Em uma madrugada que é maravilhosamente clara

Eu me levanto

Trazendo os dons que meus ancestrais deram,

Eu sou o sonho e as esperanças dos escravos.

Eu me levanto

Eu me levanto

Eu me levanto!

Maya Angelou – Ainda assim, eu me levanto!

## RESUMO

Na pesquisa em pauta analisamos o empoderamento das mulheres negras na luta pelo território das comunidades remanescentes de quilombos Ipiranga e Gurugi no estado da Paraíba – Brasil. Para tal, discutimos a inserção das mulheres no processo de constituição e fortalecimento de associações comunitárias dos quilombos, identificamos a questão étnico-racial no âmbito da ciência geográfica a partir dos trabalhos publicados em eventos e revistas, interpreta a articulação dos marcadores sociais de diferenças nas mulheres quilombolas, e por fim, analisamos o empoderamento feminino na luta das comunidades remanescentes de quilombos, bem como suas dificuldades e desafios. O referencial teórico adotado ancora-se na interdisciplinaridade empregando autores do campo da Geografia e áreas afins como: Arruti, (2006), Reis e Silva (2005, Haesbaert (2004; 2007) e Raffestin (1993), Ângela Davis (2016) e Crenshaw (1989: 2002), Silva (2009;2010) e Sardenberg (2009). Do ponto de vista metodológico, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como o trabalho de campo, imprescindível para a verticalização da pesquisa, haja vista que informou sobre a realidade social, a vivência dos sujeitos sociais, a história de luta pela terra e por melhores condições de vida e suas formas de resistência. A pesquisa teve como meta dar visibilidade as mulheres no que tange as práticas de resistência no espaço agrário. Verificamos que as mulheres têm se constituído enquanto sujeitos históricos, conquistando espaços expressivos, os quais têm se consolidado no percurso temporal. A luta das lideranças femininas tem fragmentado a sociedade machista, patriarcal e androcêntrica, contudo as mulheres ainda estão se empoderando na perspectiva de sujeitos ativos que lutam para si e pela comunidade.

**Palavras-chaves:** comunidade remanescente de quilombo (CRQ), empoderamento, interseccionalidade, mulheres negras

## ABSTRACT

In this research, we analyze, from quantitative and qualitative research, the empowerment of black women in the fight for the territory of the remaining communities of Ipiranga and Gurugi quilombos in the state of Paraíba - Brazil. To this end, we discuss the insertion of women in the process of constitution and strengthening of community associations of quilombos, we identify the ethnic-racial question in the scope of geographic science from the works published in events and magazines, interprets the articulation of social markers of differences in Quilombola women, and finally, we analyze women's empowerment in the struggle of the remaining communities of quilombos, as well as their difficulties and challenges. The theoretical reference adopted is anchored in interdisciplinarity, using authors from the field of Geography and related areas such as: Arruti, (2006), Reis e Silva (2005, Haesbaert (2004; 2007) and Raffestin (1993), Angela Davis (2016) and Crenshaw (1989: 2002), Silva (2009; 2010) and Sardenberg (2009). From the methodological point of view, bibliographical and documentary researches were carried out, as well as the field work, essential for the verticalization of the research, since it informed about the social reality, the social subjects' experience, the history of struggle for land and better living conditions and forms of resistance. The research had as goal to give visibility to the women in what concerns the practices of resistance in the agrarian space. We have verified that women have been constituted as historical subjects, conquering expressive spaces, which have been consolidated in the temporal route. The struggle of women's leaders has fragmented the macho, patriarchal and androcentric society, yet women are empowering themselves in the perspective of active individuals struggling for themselves and the community.

**Keywords:** remaining community of quilombo, empowerment, intersectionality, black women

## LISTA DE SIGLAS

AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes

ACNI – Associação da Comunidade Negra do Ipiranga

ACPRG – Associação Comunitária dos Parceleiros Rurais do Gurugi

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AGB – Associação Brasileira de Geógrafos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRC – Combahee River Colleeitve

CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombo

ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

FCP – Fundação Cultural Palmares

GESTAR – Território, trabalho e cidadania

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG'S – Organizações Não Governamentais

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

RBG – Revista Brasileira de Geografia

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Localização das Comunidades Quilombolas Ipiranga e Gurugi.....	16
Ilustração 2: Publicação sobre a questão étnico-racial na RGB .....	29
Ilustração 3: Produções nos Programas de Pós-Graduação no Brasil .....	30
Ilustração 4: Produção no programa de pós-graduação em Geografia .....	31
Ilustração 5: Produção sobre identidade e territorialidades negras nos ENG's.....	32
Ilustração 6: Espacialização das CRQ's por estados abordadas nos ENG's .....	33
Ilustração 7: Comunidades Remanescentes de Quilombos identificadas pela Fundação Cultural Palmares por estados no Brasil - 2018 .....	34
Ilustração 8: Produção da abordagem educacional do ENG's .....	35
Ilustração 9: Fragmento da Carta da Sesmaria da Jacoca,, com ênfase na Posse de Gurugy e no Sítio Piranga .....	52
Ilustração 10: Museu Quilombola da Comunidade de Ipiranga .....	59
Ilustração 11: Coco de roda no barracão da Comunidade Quilombola de Ipiranga.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. Questão étnico-racial na Geografia: do caminho do silenciamento ao grito da resistência</b> .....	26
1.1 Questão étnico-racial .....	26
1.2 Geografia de gênero/feminista.....	36
<b>2. Quilombo é história: breves considerações</b> .....	41
2.1 Território.....	46
2.2 Territorialidade das Comunidades Quilombolas de Ipiranga e Gurugi .....	50
2.2.1 Comunidade Remanescente de Quilombo de Ipiranga.....	57
2.2.2 Comunidade Remanescente de Quilombo de Gurugi.....	62
<b>3. Interseccionalidade: entre opressões e identidades</b> .....	66
<b>4. Era resistência mesmo: empoderamento e inserção das mulheres em organizações coletivas</b> .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXO</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Luiza Mahin  
Chefa de negros livres  
E a preta Zeferina  
Exemplo de heroína  
Aqaltune de Palmares  
Soberana quilombola  
E Felipa do Pará  
Negra Ginga de Angola  
África liberta em tuas trincheiras  
Quantas anônimas guerreiras brasileiras!

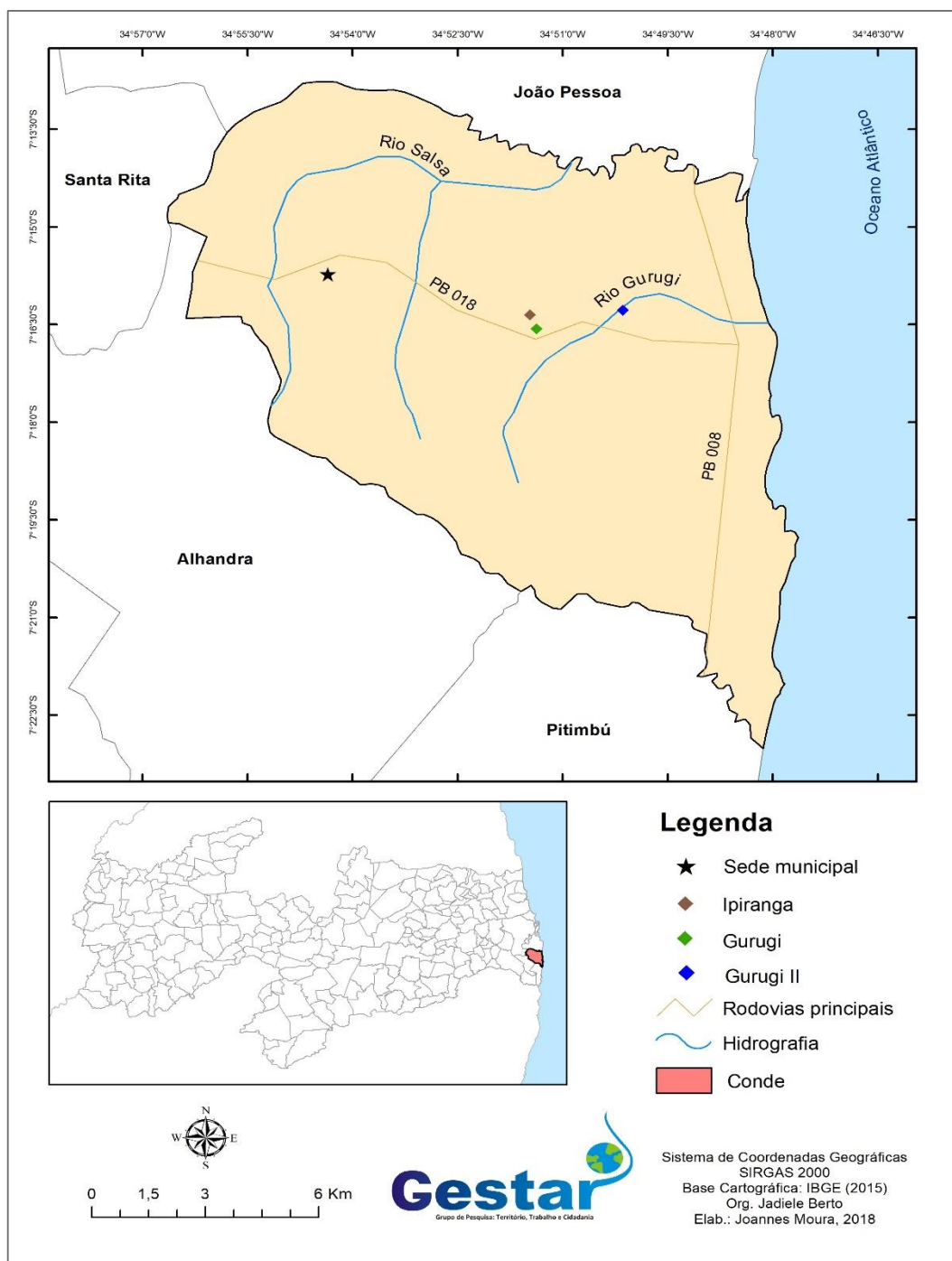
O título deste trabalho – Quantas Anônimas Guerreiras Brasileiras!: a luta das mulheres negras nas comunidades quilombolas de Ipiranga e Gurugi - PB – faz referência a uma canção vocalizada no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga-SP em 1985, no qual as mulheres negras questionaram os discursos do feminismo, atualmente tido como hegemônico. Considerando a necessidade de se olhar para além das bolhas desse movimento, as mulheres negras apontaram as diferenças de grande parte da população feminina brasileira. A canção evoca desde a história invisibilizada à memória de anônimas, evidencia as lideranças femininas nos quilombos históricos e nas insurreições contra a escravidão. Foram mulheres que resistiram diante do sistema escravista cada qual ao seu modo, mostrando as diversas formas do fazer político e a resistência das mulheres negras.

A atual visibilidade das comunidades quilombolas suscitou a emergência de sujeitos políticos atuantes, as mulheres quilombolas instituíram diferentes formas de relação com o Estado, sociedade circundante ao quilombo e instituições. As mulheres negras - identificação racial afirmada pelas mulheres quilombolas das comunidades pesquisadas - possuem importância fundamental na sociedade brasileira, seja na formação e desenvolvimento do país, seja como integrantes do contingente populacional negro na busca de justiça e inclusão social. Como sujeitos sociais que estão na base da pirâmide interseccional de gênero, raça e classe, a luta das mulheres negras abrange não só elas, mas também todos os que não desfrutam da equidade.

As Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) Ipiranga e Gurugi estão localizadas no município do Conde, mais precisamente entre este e o distrito de Jacumã,

separadas espacialmente pela PB 018. O município do Conde integra a mesorregião da Mata Paraibana, que compreende a região do Litoral, estando inserido na microrregião de João Pessoa. Em relação aos municípios limítrofes temos: João Pessoa (Norte); Pitimbu (Sul); Alhandra e Santa Rita (Oeste), a leste é banhada pelo oceano Atlântico. No mapa a seguir podemos visualizar a localização das comunidades quilombolas. (Ilustração I)

Ilustração 1: Localização das Comunidades Quilombolas Ipiranga e Gurugi



Fonte: IBGE, 2018 – Org.: Jádiele Berto – Elab.: Joannes Moura



Dados referentes ao censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o município do Conde abriga 21.400 habitantes numa unidade territorial de 172.9 km<sup>2</sup> e distando apenas 20 km da capital do estado. O município está inserido na unidade dos Tabuleiros Costeiros, a qual segue o litoral do Nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Os solos são profundos e de baixa fertilidade natural. O clima é quente e úmido (As') com chuvas de outono e inverno, segundo a classificação de Köppen. A vegetação é predominantemente Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e a hidrografia se insere do Rio Gramame.

A Constituição Federal de 1988 ao reconhecer o dever do Estado na efetivação do direito a obtenção da propriedade definitiva das terras dos remanescentes de comunidades quilombolas atua no sentido de construção e afirmação de uma identidade coletiva, resultando em novos sujeitos políticos e de direitos. É neste contexto de atuação e representação dos sujeitos que surge a categoria gênero na luta diante das relações de poder na sociedade brasileira. É necessário visibilizar as realidades das mulheres na questão agrária, principalmente na busca pelo acesso e permanência em respeito os direitos assegurados na Constituição.

A presente pesquisa integra a trajetória de reconhecimento identitário, acadêmico e de ancestralidade negra. A justificativa desse trabalho se manifestou no desconforto gerado em sala de aula, quando um professor provocou a turma para estudar/analisar os inimigos dos grupos na condição de vulnerabilidade social, em especial os pobres do campo. Ciente do epistemicídio, um questionamento brotou: se estamos num campo de batalha, por que preciso analisar meu inimigo, se não conheço a história de atuação do meu povo negro?

O trabalho surge na relação ativismo (militância negra feminista) e academia. No primeiro espaço, apareceu da preocupação em registrar ações das mulheres quilombolas em vários momentos históricos e colocá-las como centro das análises e não como meras figurantes. No âmbito universitário, a ideia emergiu da inquietação sobre a produção das relações étnico-raciais, especialmente sobre a população negra na Geografia, além da pretensão de compor estudos que vêm sendo realizados na iniciação científica no projeto de pesquisa, intitulado: Trajetória de Exclusão, Territorialidade em Construção: verso e reverso do campesinato no Estado da Paraíba-Brasil, no qual, ao longo de três anos desenvolvi pesquisas com as comunidades negras presentes nesta pesquisa.

O Programa de Iniciação Científica possibilitou conhecer algumas comunidades negras rurais no estado da Paraíba e observar que as mulheres se destacam na luta pela terra. Nas comunidades quilombolas, as mulheres se evidenciam na liderança das associações das comunidades. Nesta perspectiva, procuramos saber: como as mulheres negras quilombolas atuam na luta pelo território? Como se inseriram na luta? Elas são empoderadas?

A pesquisa tem como objetivo geral investigar o empoderamento das mulheres negras na luta pelo território das comunidades remanescentes de quilombos Ipiranga e Gurugi no estado da Paraíba – Brasil. Para tal, detalhamos como objetivos específicos: investigar a inserção das mulheres no processo de constituição e fortalecimento de associações comunitárias dos quilombos, identificar a questão étnico-racial no âmbito da ciência geográfica, especialmente a população negra a partir dos trabalhos publicados em eventos e revistas, interpretar a articulação dos marcadores sociais de diferenças nas mulheres quilombolas, e por fim, analisar o empoderamento feminino na luta das comunidades remanescentes de quilombos, suas dificuldades e desafios.

A pesquisa teve como meta dar visibilidade à mulher no que tange às organizações coletivas e às políticas públicas de que participam no espaço agrário. Autores como Valenciano (2006), Rossini (1988) e Lechat (1996) debatem a presença feminina na luta pela terra, posicionando-a no contexto de luta, nas interações no espaço de luta, o que a transforma em um sujeito histórico. A ciência geográfica demanda uma visão que abarque as particularidades dos espaços e dos sujeitos que o compõe.

As desigualdades no campo são discutidas por diversos autores como Martins (2010), Stédile (1994) entre outros na perspectiva de destacar que o espaço agrário brasileiro é marcado por processos desiguais que privilegiam a elite, marginalizando a maior parte da população do campo como negros (as), quilombolas, indígenas, agricultores familiares, assentados (as) da reforma agrária entre outros sujeitos que exploram a terra como forma de subsistência. Desde o processo de colonização portuguesa, a desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira. A formação social brasileira deu origem a uma sociedade em que o capitalismo e a propriedade privada comandam processos de exclusão em que a expropriação de um modo geral e a divisão sexual do trabalho são marcantes, por isto se faz necessário investigar a mulher, sua organização política, lutas e conquistas na questão agrária brasileira.

A pesquisa em pauta se fundamenta na abordagem qualitativa, não descartando, porém, a natureza quantitativa para enriquecer o estudo. A metodologia qualitativa permite investigar as subjetividades, os significados, as representações das pessoas e grupos, por isso tem importância expressiva para os estudos no campo das Ciências Humanas, pois valoriza os sujeitos sociais envolvidos nos processos para entender, reconstruir e explicar os contextos sócio históricos e culturais, como bem explicita Minayo e Sanches (1993). Na escala geográfica, escolhemos as comunidades remanescentes de quilombos Gurugi e Ipiranga. Quanto à escala temporal, optamos por trabalhar o período de 1982 a 2017, devido as produções encontradas na pesquisa bibliográfica no que tange aos trabalhos no âmbito geográfico sobre a questão étnico-racial, embora em alguns momentos tenhamos recorrido a literaturas e dados que remetem há séculos, em virtude das trajetórias traçadas pela população negra. No processo de constituição do trabalho adotamos os pressupostos do Método Cultural Humanista para investigar as experiências sociais dos indivíduos e grupos em relação ao espaço com o objetivo de entender seus comportamentos e valores e até mesmo alcançar locais e sujeitos esquecidos ou invisibilizados, fornecendo base no entendimento das peculiaridades espaciais dos grupos sociais (CLAVAL, 2001).

Destacamos a importância das pesquisas bibliográficas e documentais realizadas no decorrer dos últimos três anos no Gestar<sup>1</sup>. No transcurso das investigações, buscamos dados, referências e documentos nos arquivos e bibliotecas a que tivemos acesso. Revisamos literatura, empregando lista de informações nos acervos do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba, da Biblioteca Central da UFPB e nas Bibliotecas Setoriais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e no Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), e da biblioteca do Grupo de Estudo e Pesquisa.

Posteriormente, como uma das fases de investigação também recorreremos à pesquisa documental. Tendo em vista a obtenção de dados específicos, fizemos o uso dos sítios especializados da internet, bem como objetivando a sondagem de dados quantitativos disponíveis e as atuações em fluxo no que tange as comunidades remanescentes de quilombo, buscamos sítios da web de instituições governamentais, entidades não governamentais e portais oficiais federais, a exemplo: Fundação Cultural Palmares (FCP), para investigar a garantia de políticas dirigidas à implementação da

---

<sup>1</sup>Participação nos projetos de iniciação científica do Programa de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFPB

promoção da igualdade racial, bem como a conservação da cultura afro-brasileira, além do site do Palácio do Planalto para identificar as legislações específicas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na busca por informações do município do Conde, examinamos também o site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Seção Regional-PB e fizemos visitas específicas ao referido instituto, visando compreender a situação fundiária da área e os procedimentos para o acesso à terra no que se refere às comunidades quilombolas, acessamos, o blogpost Quilombos na Paraíba, o qual pertence a uma organização não governamental que auxilia as comunidades quilombolas no processo organizativo.

Do ponto de vista metodológico, as práticas de campo foram realizadas nos espaços geográficos investigados por considerá-lo um instrumento indispensável à pesquisa geográfica, possibilitando além da compreensão do espaço e sua dinâmica, a obtenção de informações relevantes sobre as necessidades das comunidades e dos sujeitos em pauta. O trabalho de campo foi realizado na Comunidade Quilombola de Ipiranga e Gurugi no município do Conde. Ratificamos as práticas de campos realizadas nesta pesquisa a partir do diálogo com a Geografia quando trazemos as seguintes afirmativas: “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social (Kaiser, 1949, p. 97). Citamos como exemplo de posição semelhante sobre o Trabalho de Campo Lacoste (1949,p.77) quando este autor afirma: certamente, problemas epistemológicos que estão para a Geografia, como para as outras Ciências Sociais, na base de toda operação de produção de um saber; trata-se, primeiramente, de reconhecer e denominar os elementos de um concreto, densamente compacto, mais ou menos opaco e, em seguida, extrair dele ideias, cifras e isto em função de uma problemática mais ou menos explícita e de pressupostos mais ou menos implícitos.

Os elementos postos pelos sujeitos pesquisados nos deixaram atentas seja na obtenção de dados a partir das questões problematizadas seja por meio do que nos suscitaram as leituras realizadas.

O planejamento do campo elaborado de forma conjunta com a orientadora foi antecedido pela pesquisa bibliográfica e documental que ensejou uma aproximação com os sujeitos sociais, entidades e espaços geográficos que iríamos investigar. Sobre a necessidade de programação do campo, Furlan (2005) afirma:

Todo trabalho de campo é precedido por uma avaliação de planejamento [...]. Uma pesquisa bibliográfica antes de ir ao campo é muito importante, pois permite um melhor conhecimento do local a ser estudado, facilitando o planejamento das atividades de campo. (FURLAN, 2005, p. 111)

A História Oral constituiu-se em um recurso metodológico importante para registrar memórias e reconstruir a história dos povos entrevistados, o que nos possibilitou compreender que “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, representar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho” (BOSI, 1987, p.55). Esse procedimento metodológico proporcionou registrar impressões, vivências, lembranças e trajetórias dos sujeitos e dos grupos, além de especificidades e perspectivas que os documentos escritos não apresentavam. Bosi (1987) retrata o âmago da história oral, quando tange a memória humana e a habilidade de recuperar o passado e, assim, oportunizar dimensões vivas dos sujeitos. Na visão desse autor concerne ao pesquisador, a responsabilidade de conectar as memórias a fim de lhes dar sentido, ordem e reconhecimento.

No conjunto das técnicas que compõem a História Oral realizamos entrevistas semi-estruturadas com bases qualitativas e quantitativas que advieram de questionamentos das leituras realizadas, onde era facultativo ao sujeito social entrevistado, o registro eletrônico de imagem e voz, bem como o sigilo quanto à identidade, demandando o posicionamento formal do entrevistado, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que elucida o caráter voluntário, acadêmico e sem fins lucrativos da pesquisa (Anexo I - II). As entrevistadas poderiam ficar com uma cópia do documento, entretanto mesmo cientes dessa condição, não foi optado por elas. Na comunidade de Gurugi, uma das entrevistas escolheu não ter identificada e nem assinar o termo, apesar da explicação de como funciona o meio acadêmico, ela declarou “Num use não (nome/identidade), diga que foi uma ideia que você teve com *uma pessoa*. A ideia quem vai ficar com ela é você, num é a pessoa que lhe deu”, em vista disso, ao se referir a esta mulher usaremos o pseudônimo Acotirene Up. Acotirene era o nome de uma das primeiras mulheres a habitar os povoados quilombolas da Serra da Barriga em Alagoas, mas o uso do seu nome como pseudônimo se dá pela sua atuação como mãe e conselheiras dos/as negros/as, adicionamos a expressão Up, em virtude da sua própria fala e a importância para os/as negros/as de se verem enquanto pessoas.

A princípio, tinha-se o desejo de empregar a técnica de pesquisa qualitativa do grupo focal, todavia haja vista acontecimentos nas comunidades quilombolas estudadas,

como festejos, férias e eventos realizados pelas mulheres, foram feitas entrevistas individuais com 6 lideranças femininas, três mulheres em cada comunidade. Foram realizadas três práticas de campo, as quais duas foram feitas na Comunidade de Ipiranga e uma na Comunidade do Gurugi. Dado as relações constituídas a partir da militância e iniciação científica, não tivemos grandes dificuldades nas entrevistas, ademais o primeiro campo realizado foi no festejo do coco na comunidade de Ipiranga, o qual fortaleceu os vínculos com os quilombolas e não-quilombolas.

Não realizamos pesquisa etnográfica, pois essa demandaria uma convivência mais longa com a Comunidade de Ipiranga e Gurugi, mas podemos dizer que tivemos vivências qualificadas ao participarmos de atividades que fazem parte dos cotidianos das comunidades, onde pudemos conhecer e viver o Coco de Roda, uma manifestação cultural que remete aos seus ancestrais, ou ao conhecermos o Museu dessa mesma comunidade onde reúnem objetos e documentos que fazem parte de sua memória.

No trabalho de campo obtivemos depoimentos e informações, fizemos registros de áudios, a partir dos quais registramos todos os momentos do percurso, também utilizamos cadernetas de campo. A prática nos informou sobre realidade social, a vivência dos sujeitos sociais, a história de luta pela terra e por melhores condições de vida e suas formas de resistência. O resultado de campo dialoga também com a compreensão que têm Lacoste (2001) sobre esse exercício metodológico ao explicar esse autor acerca da conduta do pesquisador ao divulgar os resultados da pesquisa; assim como a importância do retorno aos sujeitos do estudo com os resultados da investigação, pondo em destaque o papel da ciência geográfica na análise espacial nos seguintes termos: “A Geografia deve estar bem consciente de que, analisando espaços, ela fornece ao poder informações que permitem agir sobre os homens que vivem nesses espaços”(LACOSTE, 2001, p. 171).

Além da pesquisa bibliográfica, documental e do trabalho de campo, é importante ressaltar a participação na disciplina optativa sobre Território da Pós-Graduação em Cidadania e Direitos Humanos, além dos seminários de leituras ao decorrer da trajetória de iniciação científica no Gestar: território, trabalho e cidadania, grupo de pesquisa credenciado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como participamos de eventos acadêmicos diversos.

O conjunto das informações produzidas resultou em gráficos, quadros explicativos e mapas que fundamentam este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O referencial teórico adotado ancora-se na interdisciplinaridade por reconhecemos a impossibilidade de tratar a temática na perspectiva disciplinar, o que

nos levou a adotar autores do campo da Geografia e áreas afins como Antropologia, Sociologia, História, Direito e Literatura, a exemplo: Arruti, (2006), Gomes (1986) e Reis e Silva (2005) para discutir a escravidão no Brasil, Ratzel (1990), Haesbaert (2004; 2007) e Raffestin (1993) para debater a categoria território e territorialidade, Ângela Davis (2016) e Crenshaw (1989: 2002) para nos aportar no que tange a teoria da interseccionalidade, Mignolo (2004), Bondi (1990), Veleda da Silva (1998) e Silva (2009;2010) para fundamentar o debate sobre a geografia feminista e por fim, Sardenberg (2009) para discutir empoderamento.

Na perspectiva de conferir identidade à leitura geográfica sobre comunidades remanescentes de quilombo, propusemo-nos interpretá-las em suas peculiaridades, num diálogo interdisciplinar cujos pressupostos residem nas seguintes concepções: “[...] há tantas maneiras de representar o espaço quantas sejam os grupos. [...] Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças...” (HALBWACCS, 1990, p.159-160).

Cabe destacar, os estudos sobre os sujeitos e comunidades pesquisadas. O trabalho de conclusão de curso de Karoline Dos Santos Monteiro no Curso de Geografia na UFPB, intitulado: De Quilombo a Terra Quilombola: conflitos pela propriedade da terra na construção territorial de Gurugi, Paraíba, o qual estudar as formas de organização que estão na base das diferentes territorialidades construídas ao longo do tempo no Gurugi, recuperando a partir da história oral e documentos o processo de apropriação privada das terras do antigo quilombo e motivos da eclosão do conflito de terra. Ainda da mesma pesquisadora, tem-se a dissertação na pós-graduação em Geografia da UFPB, intitulada: As Mulheres Quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território, que evidencia quem são as mulheres quilombolas no território paraibano e suas relações com a terra e o território na perspectiva da divisão sexual do trabalho, as variadas formas de acesso à terra e as formas de organização. E a dissertação de Jussara Manuela Santos de Santana, intitulada: Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande – PB.

Na Pós-Graduação em Cidadania e Direitos Humanos na UFPB, verificou-se a dissertação de Mayra Porto de Almeida, intitulada “Olha os Pirangueiros!”: territorialidade, etnicidade e direitos humanos no município do Conde/ PB, apresenta a construção da territorialidade étnica dos quilombolas da comunidade negra do Ipiranga e

evidencia a morosidade dos processos administrativos de regularização fundiária e a importância de ampliar e efetivar das titulações das comunidades quilombolas. Além da dissertação de Vivianne de Sousa, intitulada: *Mama África: os quilombos do Sertão e as lutas das mulheres negras de Catolé do Rocha –PB*, na qual a luta pelo território e o acesso as políticas públicas são centrais no trabalho, a vista de investigar as práticas de resistências e analisar o papel das mulheres negras no processo de organização das comunidades quilombolas de Lagoa Rasa, São Pedro, Curralinho/Jatobá e Pau de Leite.

Como também se tem a tese de doutorado de Amanda Christinne Nascimento Marques no ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, intitulada: *Fronteira Étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do Litoral Sul paraibano*, a qual investiga o processo de territorialização do Litoral Sul paraibano, a partir da territorialidade étnica dos Tabajara e das Comunidades Negras do Gurugi e Ipiranga.

Com o propósito de melhor conhecer às produções referentes à temática étnico-racial no espaço acadêmico do Brasil foi realizada a pesquisa bibliográfica nos anais referentes ao Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) da Associação de Geógrafos Brasileiros, Revista Brasileira de Geografia (RBG) e no portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A metodologia abordada segue o trabalho Marçal e Cirqueira (2012), o qual corrobora com Ruiz (1978) no que tange a observação dos trabalhos apresentados ou publicados em portais, anais e revistas para mostrar o quadro da produção da Geografia Brasileira institucionalizada/universitária. Em conformidade com os geógrafos, as produções indicam o grau de aceitação de um tema, a abordagem conferida pelos acadêmicos e denuncia as lacunas presentes e as temáticas a serem trabalhadas. A pesquisa adotou como parâmetro a presença de conteúdo e temas que pautam a temática étnico-racial nos resumos, títulos e palavras-chaves prioritariamente de forma direta, na qual tivemos acesso aos anais impresso e por vezes indireta, por meio digital, contudo será especificado a utilização dessa conduta.

O Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) é uma tradição da comunidade geográfica mediante a Associação Brasileira de Geógrafos (AGB) de se reunir a cada dois anos. Constitui espaços de reflexão geográfica, política, social e cultural sobre os grandes temas da Geografia, além de proporcionar o debate e confronto de teorias, a aproximação de grupos de pesquisa e a divulgação de ideias. Para a aquisição das informações do ENG foi realizado o levantamento bibliográfico entre os anos de 1986 a 2016 na biblioteca da



AGB seção João Pessoa, na biblioteca do Grupo de Pesquisa GESTAR: território, trabalho e cidadania, além de bibliotecas pessoais de alguns professores do curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa foi realizada em 12 anais do Encontro ao longo de 30 anos, entretanto os anais do ENG 1992 não foram encontrados. A coleta das informações dos anais do ENG e do Boletim Geográfico Brasileiro se diferencia dos outros levantamentos por serem verificados todos os títulos dos trabalhos publicados nos seguintes eventos: VI ENG, VII ENG, VIII ENG, X ENG, XI ENG, XII ENG, XIII ENG, XV ENG, XVI ENG. Apenas nos XIV, XVII e XVIII ENG foi utilizado o item de busca do computador. O decorrer da pesquisa contou com alguns percalços gerados pela falta de sistematização dos anais eletrônicos do Encontro Nacional de Geógrafos pela Associação Brasileira de Geógrafos, o canal de acesso aos trabalhos deveria ser o site da entidade, contudo o site sofreu com um ataque cibernético, apesar do contato com a associação o material não foi disponibilizado.

A Revista Brasileira de Geografia é um dos mais antigos e principais periódicos científicos sobre Geografia do Brasil. Desde 1939 com pequenas interrupções, a revista suscita debates teóricos e metodológicos em suas publicações quadrimestrais, e tem como objetivo “tornar-se uma referência não só pela tradição já estabelecida, mas também pela constante busca por atualização e aperfeiçoamento” (RBG). A Revista Brasileira de Geografia foi encontrada no site da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e as informações sobre as produções dos programas da pós-graduação foram levantadas no portal da CAPES.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, consideramos também três capítulos de reflexão temática, sendo: o primeiro exibe o panorama da Geografia brasileira no que tange a questão étnico-racial intitulado **Questão étnico-racial na Geografia: no caminho do Silenciamento ao grito da resistência**, o segundo capítulo, **O quilombo é História** apresenta breves considerações sobre o quilombos e a categoria território e territorialidade étnica das comunidades estudadas, o terceiro capítulo está denominado como **Interseccionalidade: entre opressões e identidades**, aportado no conceito de interseccionalidade discute como categorias de poder operam na vida das mulheres quilombolas e por fim, o capítulo 4 está denominado **Era resistência mesmo: empoderamento e inserção das mulheres em organizações coletivas** exibe as diversas formas de empoderamento e a vida das mulheres quilombolas.

## 1. Questão étnico-racial na Geografia: do caminho do silenciamento ao grito da resistência

Na década de 1970, as epistemologias feministas e as epistemologias etno-raciais emergem como crítica das bases hegemônicas e da racionalidade científica. Essas epistemologias se relacionam em função da conectividade das causas que lhes deram origem. À medida que as problematizações urgem nas ciências, as concepções feministas advêm da crítica do pensamento estabelecido no sistema patriarcal e as concepções etno-raciais, do racismo. Mignolo (2004, p.681) toma essas epistemologias como desafios: “se o primeiro desses desafios realçava a política sexual do conhecimento, o segundo acentua a geopolítica do conhecimento”, e acrescenta que ambos versam acerca da rejeição de paradigmas e racionalidades inapropriadas. As epistemologias feministas buscam romper com a visão hegemônica e andocêntrica da produção do conhecimento, investiga a atuação do gênero nas concepções do conhecimento, considerando a existência do preconceito desse marcador social inserido nas práticas sociais e buscando questioná-los.

### 1.1 Questão étnico-racial

O debate sobre a questão étnico-racial na ciência geográfica se verifica entre o século XIX e XX com a obra Antropogeografia de Friedrich Ratzel (1882) e Élisée Reclus sobre Escravidão nos Estados Unidos (1860). Segundo Moraes (1999), Ratzel foca na influência das condições naturais sobre o homem, a formação de territórios, a distribuição de povos no planeta e a distribuição dos povos e raças no globo. A ciência geográfica serviu para legitimação do expansionismo alemão e respaldou o imperialismo partindo do pressuposto de que as condições naturais influenciam a constituição social, sendo essa relação regulada pela riqueza. Para o geógrafo e etnólogo, as raças humanas se apresentavam numa hierarquia civilizatória, nas suas palavras “povos de civilização mais elevada e povos inferiores” que representavam a população europeia colonizadora e os outros povos afora a partir da compreensão da relação homem e natureza. Ratzel reconhece a importância conferida a concepção de mundo europeu diante dos outros povos, no “lugar de busca conhecer precisamente nestes estratos inferiores os pontos de transição que conduziram aos desenvolvimentos mais elevados de hoje” (Moraes, 1990, p.108), ou seja, afirma a existência da história dos povos não europeus que integra a história da humanidade. Há debates acerca do pertencimento científico da *As raças humanas*, por tratar povos e raças enquanto objetos de estudo, contudo a variedade de povos foi trabalhada pela concepção de civilização.

A questão étnico-racial tem sido discutida principalmente por estudiosos da temática nacional que delineiam entender a nação brasileira, ou seja, a identidade, cultura e constituição da população brasileira (SCHWARK,1998). A construção da ideia de nação no Brasil permeou um novo período histórico marcado pela tentativa de embranquecer o país. Posterior a Lei de Terras em 1850, a imigração europeia<sup>2</sup> adquire importância para analisarmos a exclusão social do negro em diversos âmbitos na sociedade, do campo a cidade, do espaço acadêmico, econômico, político ao religioso, principalmente a partir dos anos posteriores à abolição. De fato, há uma predominância nos estudos concernentes ao período da escravidão e a importância da população negra à nacionalidade, esta desenvolvida a partir da visão de miscigenação, no entanto se analisarmos esses trabalhos veremos as lacunas presentes, desde a representação espacial dos sujeitos as ideias e concepções racista de extrema violência para o povo negro (eugenista, miscigenação e higienista).

Por meio do controle populacional, o processo de branqueamento iniciou em XIX idealizado pelas elites brasileiras que se salvaguardavam em leis e atos simbólicos para consolidar um país que excluía a população negra, seu passado e presente, da história do país por meio do controle populacional. Das diversas formas de manifestação do racismo, o silêncio e negação no que o diz respeito no espaço institucional se configura com ações sistemáticas com contribuição do Estado de forma direta ou indireta (GOMES,2005). Pairou sobre a sociedade brasileira as presentes convicções etnocêntricas: a harmonia de raças, isto é, não existe diferenças raciais pelo caráter do povo brasileiro, os negros não

---

<sup>2</sup> Sobre as legislações que pautam a imigração europeia, o Decreto – Lei Nº 7.967/1945 elucida o objetivo da ação "a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia (artigo 2º). Em 28 de julho de 1921, Andrade Bezerra e Cincinato Braga propuseram ao Congresso um projeto cujo artigo 1º dispunha: 'Fica proibida no Brasil a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta. Dois anos depois, a 22 de outubro, o deputado mineiro Fidélis Reis apresentava outro projeto relativo à entrada de imigrantes, cujo artigo quinto estava assim redigido: 'É proibida a entrada de colonos da raça preta no Brasil e, quanto ao amarelo, será ela permitida, anualmente, em número correspondente a 5% dos indivíduos existentes no país". o descrever a influência das idéias racistas no pensamento brasileiro, citou Joaquim Nabuco, quando este comentava o malogro da legislação eleitoral e a impossibilidade do parlamentarismo: "...era preciso uma ditadura secular que resolvesse o problema nacional todo, o da raça, do território e do clima; que recolonizasse o Brasil com elementos capazes do self-government, se tal problema não era, por sua natureza, insolúvel artificialmente, pela seleção política de imigrantes que a mudança de país e de clima não desvirtuasse." (p. 89). (RIOS, 2001).

Retirado de sentença judicial referente a crime de racismo (Juízo Federal da 10ª Vara da Circunscrição Judiciária de Porto Alegre, Ação Ordinária nº 1999.71.00.031325-7, 16 de novembro de 2001, Roger Raupp Rios, Juiz Federal da 10ª Vara/RS) - Disponível em <http://amazonida.orgfree.com/movimentoafro/branqueamento.htm> - acessado em 15 de maio de 2018

possuem problemas no Brasil, pois a abolição da escravidão e a universalização da cidadania já estavam outorgados, as oportunidades são acessadas igualmente por sujeitos independentes da raça e que a população negra estava realizada com a situação social e de bem-estar (FERNANDES, 1965, 96).

Nas últimas décadas, os estudos das relações étnico raciais denunciam a desigualdade estrutural se opondo a democracia racial. A democracia racial é uma construção ideológica que prega harmonia das raças no Brasil, tendo como precursor Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala* de 1933. A negação da desigualdade racial omite o racismo e suas ações, e, atua impedindo a consciência negra, justamente por se aliar ao processo de branqueamento, onde tudo que se caracteriza como preto/negro é ruim e negativo, por sua vez o racismo é internalizado de forma depreciativa, o que acarreta muitas vezes no desprezo ou não aceitação dos elementos culturais, fenótipos e ideológicos da população negra.

O processo de escamoteamento da memória negra é resultado da colonialidade gerada no processo de formação do país, conduzida por ideais e padrões europeus que orientaram a compreensão das realidades desde a formação do território brasileiro aos processos atuais apenas por um viés de análise. À medida que a identidade e cultura são apropriadas pelo modo de produção capitalista passam a operar conforme a lógica desse sistema que possui um modelo padrão de território servindo para corroborar o modelo espacial que abriguem seus interesses.

A primeira publicação sobre a temática étnico-racial na *Revista Brasileira de Geografia* data de 1941, no campo Tipo e Aspecto do Brasil, o ensaio intitulado *Negras Baianas* descreve a origem e o cotidiano das mulheres negras da Bahia de forma bem estigmatizada, ressaltando elementos da vestimenta, religiosos, do trabalho, da culinária. Em 1947, as comunidades quilombolas são tratadas no ensaio de João Milanez da Cunha Lima, intitulado *Mocambo*. O trabalho apresenta as estruturas habitacionais dos quilombos nos arredores da cidade de Recife. Ao longo da história da revista, alguns ensaios e artigos pautam a população negra, mas verifica-se que as produções estão concentradas entre 1941 a 1974, apenas (Ilustração II).

Ilustração 2: Publicação sobre a questão étnico-racial na RGB

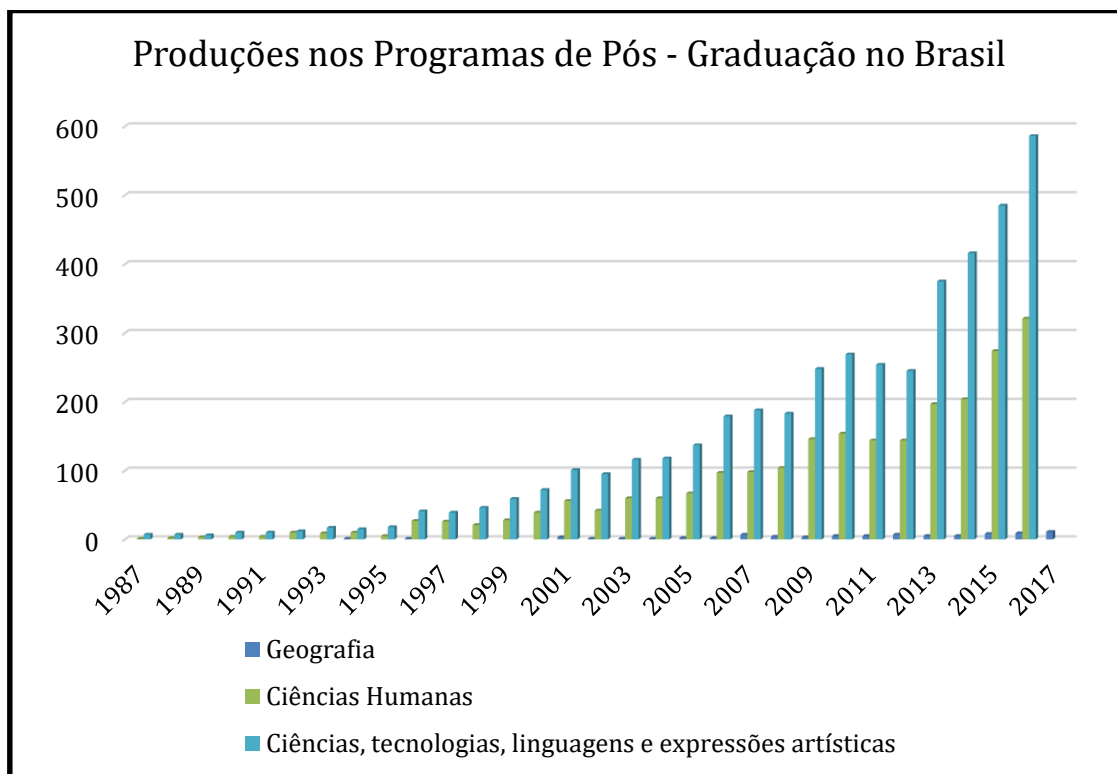
	<b>Informações da Revista</b>	<b>Nome do Artigo/Nome do Autor</b>
1	v3, n. 4, out./dez. 1941	Negras Baianas
2	v9, n2, abr./jun. 1947	Mocambo, João Milanez Da Cunha Lima
3	v24, n4/ 1962	Os Quilombos Baianos, Pedro Tomás Pedreira
4	v26, n1, 1964	O mundo afro-asiático, Jorge De Oliveira Maia
5	v29, n1, 1967	A fazenda de café escravocrata no Brasil, Orlando Valverde
6	v36, n3, 1974	O Princípio Classificatório "Cor", sua complexidade e Implicações para um Estudo Censitário, Tereza Cristina N. Araujo Costa

Fonte: Biblioteca IBGE – Org: Jadiele Berto, 2018

A RGB considerada uma das revistas de mais alta qualidade pelas instituições que analisam a produção científica no Brasil mostra que temas concernentes a questão étnico-racial não integra o interesse da geografia brasileira, mesmo com todos os fatos históricos que marcaram a população negra, só foram registradas 6 produções dentre ao quantitativo cumulativo de 61 volumes e 238 números, entre 1939 a 2006, poucas produções foram registradas.

Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável pela consolidação da pós-graduação no Brasil foi verificada 5160 produções sobre a temática étnico-racial entre os anos de 1987 a 2016, adotando como escala de grande área do conhecimento as Ciências Humanas é computado 2758 trabalhos. (Ilustração 3)

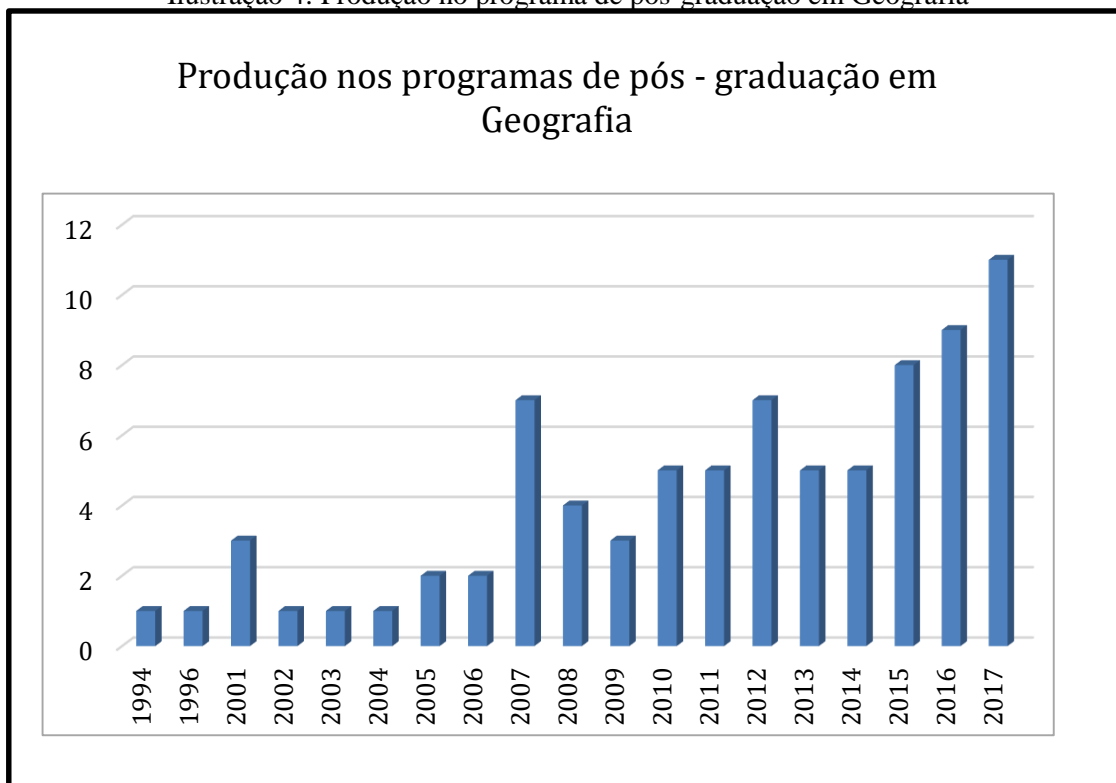
Ilustração 3: Produções nos Programas de Pós-Graduação no Brasil



Fonte: CAPES – Org.: Jadiele Berto, 2018

De 1994 a 2017, no campo da Geografia foi constatado 81 trabalhos que possuem como temática central questão étnico-racial. A área que mais se destaca em trabalho é organização e dinâmica dos espaços agrário e regional. As universidades com mais destaque de produção, são: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo a USP primeira instituição no ranking de concessão de bolsas, investimento da CAPES em bolsas e fomento, além de ser a mais antiga do Brasil no que tange a Pós-Graduação em Geografia, criada 1971. (Ilustração 4)

Ilustração 4: Produção no programa de pós-graduação em Geografia



Fonte: CAPES – Org: Jadiele Berto, 2018

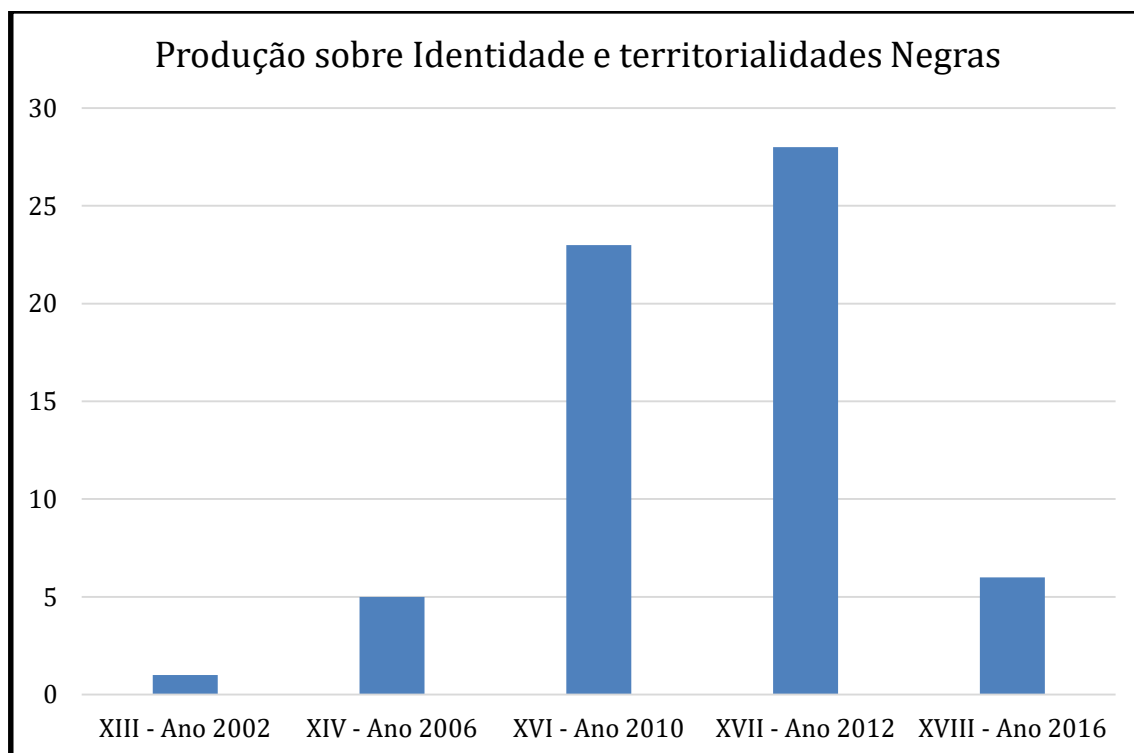
Tendo como objeto de estudo as comunidades remanescentes de quilombos, a CAPES enumera 555 obras de 1993 a 2017, tendo a História, Sociologia e Educação como principais áreas do conhecimento desses trabalhos e como instituições que prevalecem nos estudos são Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cabe destacar a influência da área de saúde e exatas no que tange aos pesquisadores requisitados para avaliação. Neste sentido, os estudos sobre essa temática na Geografia apresentam 39 produções, sendo a Universidade Federal de Goiás, a terceira principal instituição a pesquisar o objeto prevalecendo as duas primeiras citadas anteriormente.

No Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), o acesso às teorias, conceitos, fenômenos, sujeitos e objetos reverberou na criação de eixos de abordagem para a temática étnico-racial ((a) espaço e relações étnico-raciais, (b) identidades e territorialidades negras, (c) territórios, (d) manifestações culturais e religiosas e (e) educação).

Na abordagem Espaço e relações étnico-raciais foi quantificado 15 artigos que pautam as categorias geográficas relacionadas às relações étnico-raciais, cujas temáticas

mais tratadas foram a produção do espaço e as trajetórias individuais e coletivas negras. Na abordagem Identidades e Territorialidades Negras ficaram evidenciadas as comunidades remanescentes de quilombos/comunidades negras rurais, seja pela ótica da identidade e cultura seja pelo conflito e trabalho totalizando 63 trabalhos, o que a torna mais trabalhada no âmbito da temática étnico-racial (Ilustração 5).

Ilustração 5: Produção sobre identidade e territorialidades negras nos ENG's



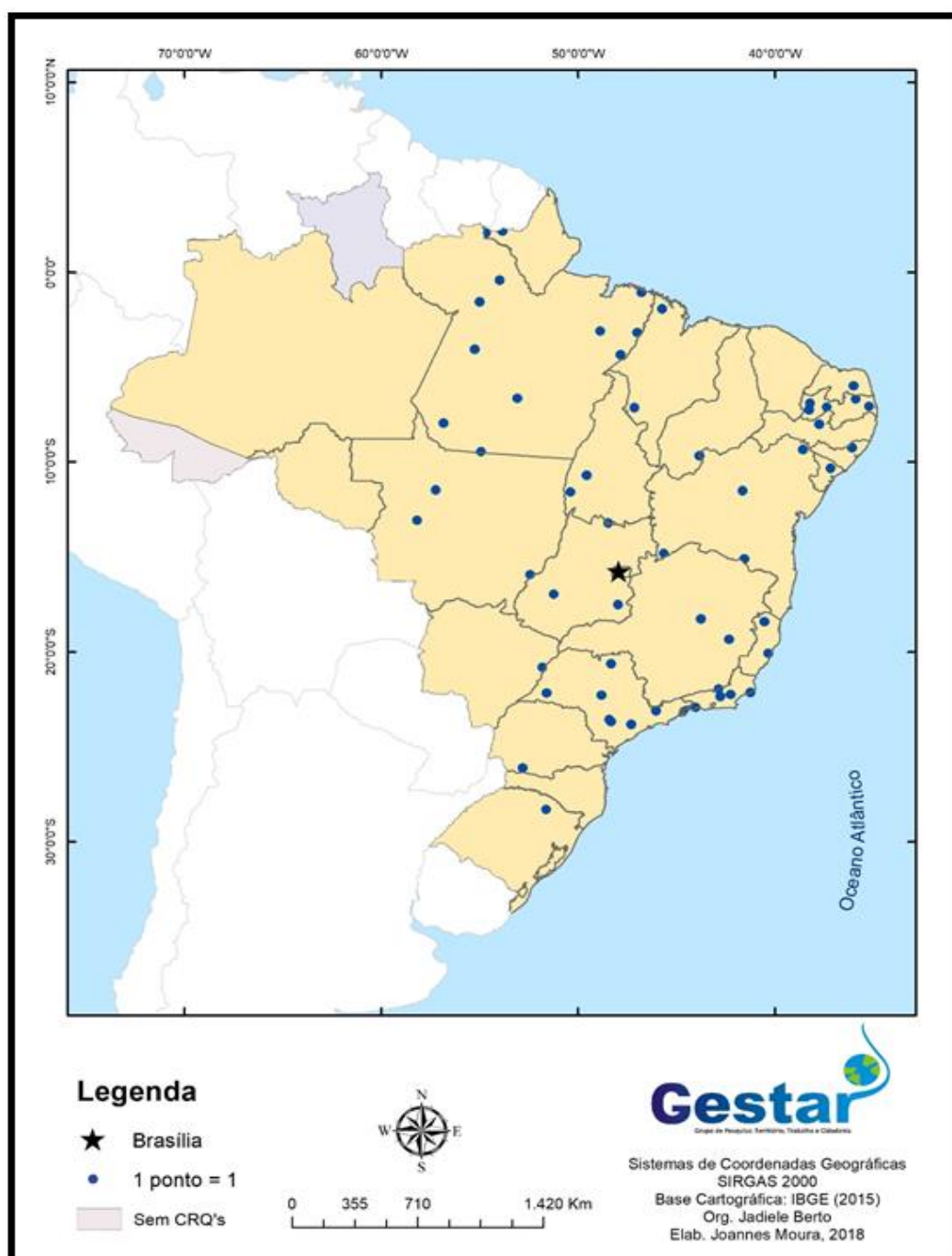
Fonte: Anais do ENG – Org: Jadiele Berto, 2018

As comunidades quilombolas aparecem inicialmente no XIII ENG – Ano de 2002, o que é preocupante dado que a Constituição deu notoriedade para o assunto, entretanto somente no XVI ENG – Ano de 2010 que o “boom<sup>3</sup>” ocorreu, e majoritariamente no campo da Geografia Agrária/Rural. A região com mais estudos sobre as comunidades quilombolas é o Sudeste, essa conta com grupos de estudos consolidados na pesquisa, a exemplo: Território, Desenvolvimento e Agricultura da USP, GECEL - Grupo de Estudos de Cidade, Espaço e Lugar da UFF, Território, desenvolvimento e agricultura da UNESP-Rio Claro e Cultura, e, Natureza e Populações Tradicionais da UNICAMP. O mapa a seguir especializa por estados, as comunidades quilombolas tratadas nos artigos dos ENG's. (Ilustração 6)

<sup>3</sup> Salientamos que não foram encontrados o ENG 1992



Ilustração 6: Espacialização das CRQ's por estados abordadas nos ENG's

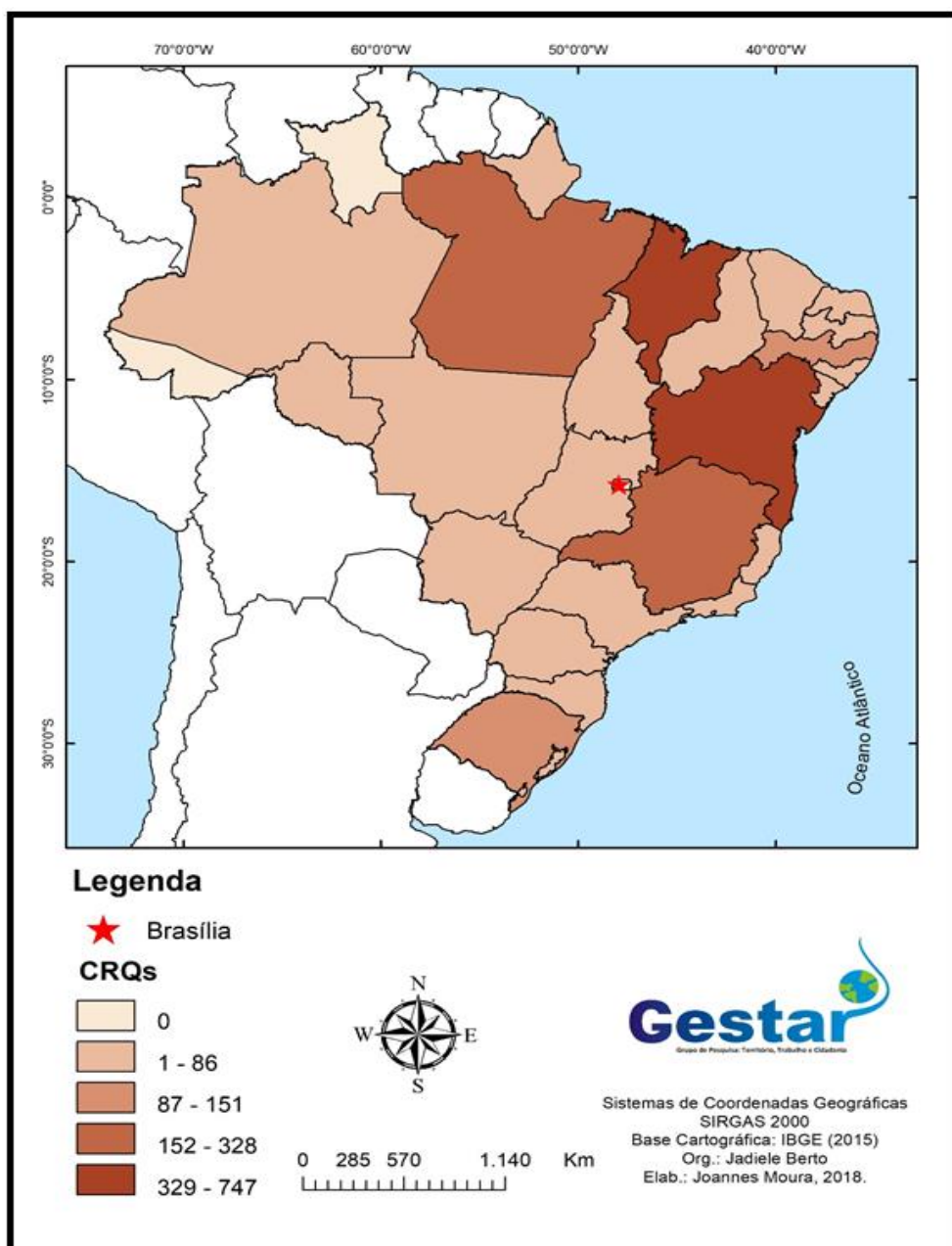


Fonte: Anais ENG – Org: Jadiele Berto, 2018

O comparativo da espacialização das CRQ's pelo Brasil e as produções sobre as comunidades quilombolas nos ENG evidencia que existe uma distribuição irregular das produções. Vale ressaltar que foram registradas repetições de comunidades como caso de estudo e que os registros em ponto no mapa não correspondem a localização geográfica das comunidades. A região Nordeste se destaca no Brasil pelo número de comunidades

remanescentes de quilombos identificadas, especialmente em razão dos estados do Maranhão e Bahia. Os principais fatores responsáveis pela elevação consistem na homologação do Decreto 4.887/2003, além dos conflitos recorrentes no campo brasileiro, as políticas públicas dirigidas para a população, a necessidade de preservação ambiental. Diante do quantitativo de comunidades quilombolas certificadas e principalmente identificados pela Fundação Cultural Palmares, se reconhece que a produção no campo da Geografia é ínfima. (Ilustração 7)

Ilustração 7: Comunidades Remanescentes de Quilombos identificadas pela Fundação Cultural Palmares por estados no Brasil - 2018

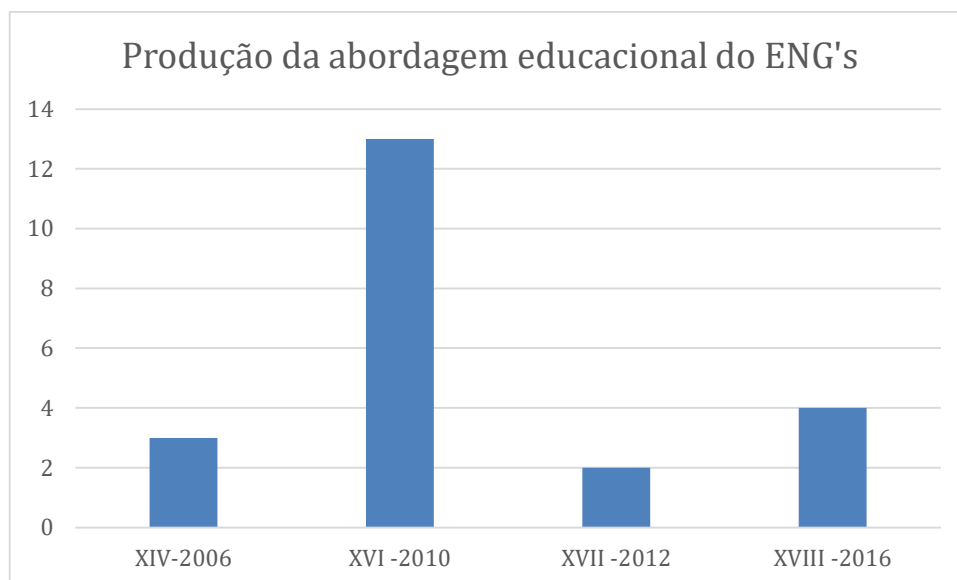


Fonte: Fundação Cultural Palmares (FCP) – Org.: Jadiele Berto, 2018

É inquietante o fato de ao longo de 15 anos, a Geografia não conseguiu incorporar totalmente as comunidades quilombolas como temática, sequer quando considerada a área física da Geografia na pesquisa, por entender que estudo dessa natureza auxilia no processo de elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação das comunidades, entre outros fatores, a quantidade de estudo se eleva. É evidente que dentre o período de três décadas de garantia de direitos, a ciência geográfica não chegaria contemplar todas as comunidades quilombolas, longe de afirmar que esse é o dever da Geografia, o que se apresenta é questionamento dos esforços em relação a esses grupos, ou melhor, parafraseando o geógrafo Yves Lacoste: a quem serve a Geografia?!

A abordagem Territórios e Manifestações Culturais apresenta 8 artigos evidenciando como elementos ritos, saberes e simbolismos associados a população negra. Ao ponderar que algumas manifestações advindas da população negra são apropriadas para fins diversos, não foram incluídos artigos que não tinham como centralidade nos títulos essa vinculação. A abordagem educacional expôs 22 trabalhos, a segunda maior tendência, começou a ser pautada no XIV ENG – Ano 2006. Trouxe elementos desde o currículo escolar até as relações dentro das escolas e a aplicação da Lei 10.639/03, principal assunto dos artigos dessa abordagem. (Ilustração 8)

Ilustração 8: Produção da abordagem educacional do ENG's



Fonte: Anais dos ENG's – Org.:Jadiele Berto

A capes contabiliza 11 trabalhos sobre a Lei 10.639 na Geografia, sendo 10 dissertações e 1 tese, no âmbito das Ciências Humanas o quantitativo eleva-se para 475

trabalhos, dessas 358 dissertações. O crescente número de trabalhos expressa a importância da escola no combate ao racismo e a necessidade da equidade educacional aportada nos princípios dos direitos humanos e a promoção da diversidade cultural.

Mesmo não entrando no ranking das instituições que mais produzem sobre a questão étnico-racial, é interessante fazermos a autocrítica, por isso também investigamos a instituição, na qual desenvolvemos a pesquisa. Na Universidade Federal da Paraíba observa-se o quantitativo de 129 produções nos programas de pós-graduação, destaca-se os trabalhos no campo da Psicologia, Sociologia e Ciência da Informação. A Geografia apresenta 6 produções sobre a questão étnico-racial, sendo abordadas as comunidades quilombolas, indígenas e a Lei 10.639 e todas na tipologia de dissertação, haja vista a instauração recente do programa de doutorado.

Os dados revelam que a questão étnico racial no Brasil está ganhando cada vez mais espaço, principalmente em áreas como a Educação focando nos efeitos da Lei 10.639 e as ações afirmativas. A visibilidade dessa questão é fruto das ações dos movimentos sociais negro, seja na construção da Constituição Cidadã, impulsionando pressão internacional, desconstrução do Mito da democracia Racial, conscientizando sobre os efeitos do racismo e a identificação como negro e as ações-afirmativas para ingressos de estudantes negros nas universidades brasileiras. Dialogando com Bernardino (2004), Marçal e Cirqueira apresentam alguns fatores históricos que reverberam nas produções nessa temática: em 1955, o reconhecimento pelo Estado da existência do racismo no Brasil pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001 a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância na qual o Brasil se comprometeu a elaborar e implementar políticas públicas, o surgimento de pesquisas de órgãos institucionais brasileiros.

## 1.2 Geografia de gênero/feminista

Entre as décadas de 1970 a 1980, as Geografias feministas despontam no pensamento geográfico. De origem anglo-saxã, as geografias feministas foram propostas por mulheres brancas de algumas renomeadas universidades norte-americanas e europeias que denunciaram os privilégios inerentes a produção científica. Elas contaram os postulados das correntes pós-coloniais e pós-estruturalistas e com os avanços da Geografia Humana, com o processo de renovação e valorização do campo da Nova Geografia Cultural que alçavam “novos modos de se construir e entender a realidade, até

então calçada no racionalismo moderno, no raciocínio científico e na celebração da técnica” (CÔRREA, 2007, p.12). Silva (2009) explica que a Nova Geografia Cultural instituiu pactos com as geografias feministas, energizando o debate com outras áreas da Geografia.

Conforme Silva, 2010, o debate de gênero na ciência geográfica causa incômodo e problematizações, e com isso, indagações no que concerne a validade desses estudos para o crescimento da geografia. De fato, para uma ciência que apresenta a universalidade do sujeito, trazer à tona indivíduos que constrói o espaço e que não são pautados ao longo da trajetória da ciência, causa no mínimo um sentimento de negligência. Afinal, a quem serve a geografia? Propomos um diálogo de Silva (2009) e Mignolo (2004) finalizando a explicação da construção do conhecimento feminista.

o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. As(os) geógrafas(os) que participam desse movimento contestatório procuraram meios para construir outras versões geográficas da realidade social. Contudo, estavam cientes de que sua formação intelectual e toda a base conceitual disponível no campo científico eram frutos do saber hegemônico justamente aquele que contestavam. Assim, paulatinamente, desconstruíram o discurso geográfico, procurando revelar as redes que tecem o saber/poder da sociedade, e construíram novas versões da ciência geográfica. (2009, p.26)

“Apesar de crucial, a contribuição do ponto de vista da 'epistemologia feminista' foi ainda uma crítica 'interna' da ciência que permitiu formular perguntas semelhantes do ponto de vista da raça e da geopolítica do conhecimento. Isto é, permaneceu dentro das fronteiras temporais e espaciais autodefinidas pelo discurso da modernidade (MIGNOLO, p. 686).

Ao passo que essa geração se propôs a revisão de ideias e de valores da sociedade marcando a história do pensamento científico, para além da Geografia com a análise epistemológica das correntes de pensamentos e métodos, as geógrafas feministas apontavam a invisibilidades das mulheres enquanto sujeitos da ciência, os privilégios epistêmicos e a predominância dos homens, o que possibilita a inserção de novas concepções. Para a produção da perspectiva científica feminista na Geografia, foi necessária uma intensa discussão epistemológica dentro da ciência visando a proposição

de abordagens, por isso, talvez por atuar primeiro dentro das próprias bases teórico-metodológica, as epistemologias feministas na ciência geográfica colaboraram com outras ciências.

A abordagem feminista e de gênero estão conectados. Em conformidade com Bondi (1990), Veleda da Silva (1998) e Zirbel (2007), surgindo como movimento político e se inserindo na academia, o feminismo foi estruturado e concebido a partir de teorias e ações por pesquisadoras. A abordagem feminista busca engendrar novas possibilidades de refletir a sociedade e a ciência a partir de lógicas não-dominantes, isto é, a criação de novas epistemologias que as acolhessem, à vista disso, problematiza os paradigmas da produção científica e os princípios tradicionais da sociedade. Logo, a incidência na ciência e na sociedade é uma das marcas dessa abordagem, de modo que almejam transformações social e a notoriedade das mulheres como agentes de produtores da ciência, da política e, portanto, do espaço. Sobre os estudos, Velada da Silva (1998) esclarece que

Alguns autores fazem uma distinção explícita entre Geografia Feminista e Geografia de Gênero, considerando a primeira como aquela que busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos e a Geografia de Género trata o género como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes (BONDI, 1990). Considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o género é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. (1998, p.108)

A abordagem de gênero apresenta pesquisas ancoradas na construção social das identidades do ser homem e mulher, ou seja, o gênero emerge como categoria de análise, enquanto um conceito representação utilizado para analisar as relações de poder dentro dos sistemas estruturantes. A priori, a epistemologia era fundamentada na categoria mulher, associada à diferença biológica e a investigação de maneira isolada, visto que se pregava problemas comuns a todas as mulheres. O conceito de gênero admitido pela geografia feminista com a interpretação crítica à utilização da categoria mulher diz respeito às características atribuídas ao feminino e ao masculino que são concepções históricas e socialmente construídas pelas sociedades, sendo o âmbito cultural constituidor das diferenças entre homens e mulheres e não às concepções genéticas e morfológicas, Scott (1995).

A construção dos gêneros se manifesta na dinâmica das relações sociais, marca-se no contexto de relações socioespaciais re-constituídas, formada por sujeitos de diversas identidades.

É preciso elucidar que a natureza relacional da concepção de gênero não é compreendida neste trabalho como binário, limitado à relação homem-mulher, contudo abrange outros eixos de poder na sociedade e a dinamicidade dos indivíduos. Assim, a categoria gênero está articulada com outros sistemas estruturantes das relações de poder, como com classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros, logo a metodologia aplicada enfatiza a diversidade, à análise crítica dos sujeitos e grupos pesquisados e o cuidado com o tratamento das narrativas.

A negação da universalidade é empreendida na investigação dos papéis por meio da incorporação do marco temporal e espacial. Os marcos temporais e espaciais são de suma importância para as análises das relações de gênero, dado que os lugares ocupados por mulheres e homens no âmbito social e espacial evidenciam a dinâmica espacial do gênero. Espaço e gênero estão articulados, logo as investigações de gênero engendram variados estudos do espaço, e dos postos de mulheres e homens na sociedade, um grande exemplo é o olhar diferenciado das mulheres e homens acerca da organização espacial e o seu resultante no surgimento de diversas possibilidades de produção integrando o gênero na ciência geográfica na percepção das relações e dinâmica de produção do espaço, ou seja, é a partir de um determinado lugar social que se tem a perspectiva sobre o mundo e esta está condicionada com o tempo.

Aliar o Feminismo à ciência geográfica é reconhecer que é no espaço onde as relações sociais se situam e obtêm os aspectos necessários para sua reprodução e reprodução. A construção do espaço é dinâmica, portanto as relações de gênero como elemento das relações sociais modificam no tempo e espaço. Neste sentido, o espaço abriga as relações sociais ou relações de gênero estabelecidas pelos gêneros e a relação sujeito-espaço requer a procura por explicações acerca da organização espacial na ótica do feminismo. É dessa aproximação que se tenciona um campo que não recuse a produção do conhecimento e ciência de mulheres e homens.

Ao tecer problematizações ao foco principal da geografia e ao fazer científico, as/os geógrafas/os feministas se atentam as identidades, diferenças, diversidade, subjetividade e corpo, e se preocupam com as ações machistas e androcêntricas na investigação geográfica. Janice Wonk analisa as contribuições da epistemologia feminista para a ciência geográfica na entrevista cedida à Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.

as maiores contribuições têm sido prestar mais atenção aos múltiplos aspectos da diversidade, não somente ao gênero, mas também a raça, a etnicidade, a sexualidade e a juventude. Adicionalmente,

estudos feministas tem sido o ponto central em promover a atenção a métodos qualitativos, e as questões filosóficas e metodológicas, tais como aspectos da subjetividade, 'reflexividade', 'posicionalidade', as interseções das identidades, e aspectos da vida, tais como as emoções que estão entrelaçadas com as experiências e formas de espaços e lugares. Estas ideias agora permeiam as múltiplas áreas da Geografia Humana (cultural e social), não apenas no trabalho no qual, o gênero é central. (2010, p.150)

A epistemologia feminista não se restringe às mulheres, como conhecimento constituído também pode ser praticada por homens. A tendência de vincular a proposta epistemológica sucede da gênese do movimento contestatório na academia e a busca pela visibilidade das mulheres enquanto sujeito de estudo e enquanto produtora de conhecimento científico. A abordagem feminista na ciência excede nacionalidade e a julgamento instantâneo de corpos praticantes do conhecimento, isto implica afirmar que homens podem adotar as epistemologias feministas, a exemplo os estudos de masculinidade, bem como um exemplo preciso quanto à nacionalidade é a contestação das mulheres negras do dito Terceiro Mundo à própria abordagem.

Quando foi cunhada, a geografia feminista comprometida com o projeto político feminista de desenvolver estudos teóricos sobre gênero, tinha como objetivo “construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina, centrar as investigações sobre as mulheres, e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentam a hegemonia da geografia masculina” (SILVA, 2009, p.27).



## 2. Quilombo é história: breves considerações

Abordar o tema comunidades remanescentes de quilombos remete à memória da escravidão no Brasil, ainda que essa tenha sido abolida em 13 de maio de 1888, portanto há 130 anos, o direito às terras tradicionais foi uma conquista do povo negro na Constituição de 1988, todavia os pilares que sustentam essa conquista resultam de lutas travadas por séculos entre o povo negro, a elite conservadora e o Estado brasileiro inicialmente em processo de constituição e, posteriormente, desde a república na adoção de suas políticas de Estado.

A escravidão negra teve início com a colonização portuguesa, na primeira metade do século XVI, implementado pelos estados europeus no chamado Novo Mundo. Conforme Munanga (2000; 2008) Munanga e Gomes (2006) a população negra resistiu a barbárie da escravidão por meio de atos de coragem, expressos na luta e na organização, na negação do trabalho forçado e na busca pela liberdade, que culminou muitas vezes com a formação de quilombos. Portanto, esses territórios apresentam uma condição, um modo de vida e uma organização sócio espacial cuja formação remete a história dos negros e dos seus descendentes até as gerações contemporâneas, e devem ser entendidos considerando-se os desdobramentos históricos que distinguiram trajetórias individuais e coletivas desse povo.

Na significação atribuída ao termo quilombo pelos próprios negros, está posto o sentido de um processo de ocupação territorial e reprodução cultural que se ressignifica a partir do contato com outros grupos étnicos em conjunturas políticas diversas. Pesquisas realizadas em diferentes áreas geográficas e em diferentes campos do conhecimento balizam e conferem suporte empírico a essa interpretação. Contemporaneamente, estudado sob diferentes aspectos, o conceito de quilombo apresenta diversas variações e segundo Arruti, (2006, p.71) “sempre foi um tema que instigou o imaginário político”. Para além desse debate político que consideramos relevante e que segundo Munanga (2000; 2008) remete em sua origem à história de diferentes regiões da África, nos séculos XVI e XVII.

Trabalhado na perspectiva histórica e sócio espacial, o conceito de quilombo de Munanga (1995; 1996) considera a manifestação da apropriação dos sentidos de que é portadora essa nomenclatura. Na África, contada de forma mítica, a palavra quilombo revela a diáspora dos negros e remete a disputas tribais. Aqui no Brasil esse conceito vincula-se

às diásporas a que foram submetidos os negros na relação transatlântica África Brasil, e incorpora à sua dinâmica outros grupos étnicos, a partir de Palmares. Para Munanga

o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (...) Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. (1995/1996, p.58)

A expressão quilombos no Brasil apresenta intrinsecamente uma trajetória cuja concepção histórica remete aos ancestrais e também às gerações contemporâneas do povo negro e deve ser entendido considerando seus desdobramentos históricos pelas quais esses grupos étnicos passaram. A definição histórica tem seu principal apoio no Conselho Ultramarino em 1740, descrevendo o quilombo como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada [...]". Nessa definição, tem-se um dos elementos, o isolamento geográfico, todavia se os quilombos se localizavam, em sua maioria, em lugares de complicado acesso, muitos, quando se deparavam com possibilidades, se fixavam em locais próximos a áreas de plantação, ou de pequenos centros de comércio. Assim, a apreensão de que os quilombos eram formados somente a partir de fugas, processos insurrecionais, de rebeliões, como também de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea apresentam-se equivocada, todavia expressa uma forma de resistência e ruptura ao sistema escravista.

Estudos sobre o tema afirmam que havia outros elementos que ocasionaram os surgimentos de quilombos, algumas comunidades se formaram através de doações ou heranças de terras alcançadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, a permanência em terras que cultivavam no interior de grandes propriedades tanto durante como após o período escravocrata, da compra de terras pelos próprios escravizados, liberados pelo fim sistema escravista; assim como de terras que foram conquistadas pelos negros pela prestação de serviços ao Estado, a exemplo da participação na guerra do Paraguai, de qualquer forma, a entrada e permanência na terra significou uma forma de resistência ao sistema escravista. Expressões como "terras de pretos", "calhombolas",

“mocambos” e “mocambeiros”, revelam as formas de organização que desencadeiam na transformação do território pelo grupo étnico, ou seja, apontam territorialidade.

A historiografia brasileira omitiu a participação de mulheres quilombolas no processo de libertação dos negros no período da escravidão, mesmo com a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação, pouco se conhece e menciona. Algumas mulheres quilombolas do período da escravidão surgem com vigor, atualmente, a partir do movimento negro e de uma gama de estudiosos que se dedicam a visibilizar e analisa as questões étnico-raciais do país.

Zeferina, mulher de origem angolana trazida ao Brasil pela sua mãe Amália na condição de escravizada no século XIX, liderou o Quilombo do Urubu, na atual periferia de Salvador região do Parque São Bartolomeu, Bahia. Escritos da década de 1820 revelam o enfrentamento da liderança quilombola com capitães do mato e o exército. Sua luta excede a criação e proteção da população negra e indígena no Quilombo do Urubu, a rainha<sup>4</sup> Zeferina participou do planejamento do levante contra o sistema escravocrata que seria no dia 25 de dezembro de 1826, entretanto, haja vista o confronto com os capitães do mato, o movimento iniciou no dia 17 de dezembro. Gomes (1986, p.75) narra “em Urubu foi presa, [...] uma extraordinária mulher, Zeferina, que de arco e flecha enfrentou soldados. Durante a luta comportou-se como verdadeira líder, animando os guerreiros, insistindo para que não dispersassem”.

Aqualtune Ezgondidu Mahamud era filha do Rei do Congo e viveu no século XVII. A princesa negra africana comandou dez mil homens para enfrentar a invasão do seu reino, derrotada e aprisionada, foi vendida como escravizada para o Brasil, onde foi confinada a ser escrava reprodutora. Ao tomar conhecimento sobre Palmares, mesmo grávida planejou sua fuga e de alguns escravizados. Posto as suas habilidades políticas, militares e administrativas, Aqualtune governou o quilombo dos Palmares, foi mãe de Ganga-Zumba e avó de Zumbi, sendo a base do fortalecimento do quilombo.

Uma das mulheres quilombolas mais conhecidas, Dandara dos Palmares<sup>5</sup> é um grande símbolo de resistência para a população negra e feminina que lutou contra o

---

<sup>4</sup> É corriqueiro Zeferina ser designada como chefe, guerreira e rainha. Segundo Gomes (1986, p.75), “o presidente (da província), num elogio involuntário, referiu a ela como “rainha””.

<sup>5</sup> Moura (1972) critica a posição dos escravizados na historiografia brasileira como passivos e submissos ao sistema escravocrata. Em *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, o autor aponta os quilombos como forma de resistência e organização do escravizado, reconhecendo a grandiosidade do

sistema escravocrata do século XVII. Pouco se conhece da sua origem nacional, entretanto seus feitos como líder quilombola foi popularizado. Dandara comandava exércitos, dominava técnicas da capoeira e lutou com armas pela liberdade e defesa dos negros escravizados, ao lado de Gamba Zumba, primeiro chefe dos Palmares e Tio de Zumbi, por sua vez viria a ser o companheiro afetivo. Com Zumbi dos Palmares, formou aliança quanto à negação do tratado de paz proposto pelo Governo português. Num ato de resistência e de fidelidade aos princípios de liberdade, Dandara cometeu suicídio durante a disputa no Quilombo dos Macacos pertencentes ao Quilombo dos Palmares. A redenção seria uma escolha, contudo a líder optou pela morte à escravidão.

Conhecida e consagrada no dia 25 de julho<sup>6</sup>, Tereza de Benguela viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado do Mato Grosso próximo à fronteira com a Bolívia, mas veio do oeste da Angola no continente africano. Ela lutou e liderou o Quilombo de Quariterê ou do Piolho, o qual acolhia 100 pessoas, entre negros e indígenas. Tereza foi denominada rainha, em razão da sua forma de comando na produção agrícola, no comércio e na governança e recrutamento da comunidade que garantiu a sobrevivência de muitos aquilombados e o crescimento do quilombo, tendo em vista que o mesmo resistiu por um período considerável na época da escravidão. A rainha de origem do grupo Bantu, foi presa após a destruição do quilombo e escolheu o suicídio a viver sob regime de escravidão.

Essas mulheres dão sentido a frase “nossos passos vêm de longe”, não se contiveram diante da condição de mercadoria-reprodutora. Martins (2010) considera que antes de produzir lucro na forma de mercadoria como produtor direto, o escravizado já produzia lucro para a personificação do capital, dado a sua posição como artefato de comércio. Sobre a escravidão feminina e resistência: MOTT (1991) descreve a condição

---

Quilombo dos Palmares, mas também de outros quilombos de difícil eliminação em diferentes regiões do Brasil. Cf: MOURA, Clovis. *Rebelião na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. Conquista*: São Paulo, 1972

<sup>6</sup>25 de julho é instituído pela Lei 13.987 como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra, e resulta da luta do movimento negro e de mulheres negras. A referência advém do Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, criada em 25 de julho de 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, na República Dominicana. A data busca visibilizar as condições de opressão racial, de gênero, classe e étnica em que vivem as mulheres negras, bem como fortalecer as entidades de mulheres negras.

da mulher escravizada no Brasil, Davis (2016) traz a partir da interseccionalidade a mulher negra no contexto estadunidense, Reis e Silva (2005) expõe formas de resistência, entre elas o aborto.

Para Almeida (2002) e Leite (2002), o quilombo<sup>7</sup> simboliza resistência, uma forma de organização política e social que marca um espaço conquistado na luta pela sobrevivência sustentado por gerações. No transcurso histórico, a palavra quilombo adquiriu diversos significados, no que tange o âmbito jurídico, desde o período colonial quando foi criminalizado, aos dias atuais quando é tido como patrimônio histórico e cultural, e seus habitantes como sujeitos de direitos, resultado da luta do movimento negro frente ao Estado brasileiro na Constituição Federal de 1988.

Resultado da luta do movimento negro, em 1988 o Estado brasileiro se assume como um dos responsáveis pela exclusão e marginalização dos negros na sociedade e adota numa tentativa possibilitar a inclusão da etnia negra e o acesso às políticas públicas, como forma de reparação social, uma série de leis, dentre as quais para as comunidades quilombolas destaca “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” no artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal de 1988. As discussões sobre os quilombos na Constituinte de 1988, ou sobre o direito a terra reivindicado pelo povo negro, desaguou na escolha da nomenclatura de “remanescentes das comunidades de quilombo”. Segundo Arruti (2006, p. 80-81), o termo ‘remanescentes’ também surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, onde a descendência não parece ser um laço suficiente. De forma semelhante à dos grupos indígenas, o emprego do termo implica no limite, na expectativa de encontrar nas comunidades atuais formas atualizadas dos antigos quilombos.

O reconhecimento da importância dos quilombos como parte da história da resistência negra na Constituição de 1988 art. 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) contribuiu para que os quilombolas a partir do contato com

---

<sup>7</sup>Almeida (1998) apresenta o levantamento bibliográfico sobre quilombos entre o período de 1995 a 1997, dentre outros objetivos o trabalho visa quantificar os títulos, diferenciar os gêneros de produção e verificar os posicionamentos políticos dos autores. Posteriormente em Almeida (2002) retrata a construção histórica das definições atribuídas aos quilombos.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB*, 1998, 45, p. 51 - 70. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-45/485-quilombos-repertorio-bibliografico-de-uma-questao-redefinida-1995-1997/file> acessado em 01 de maio de 2018

militantes do movimento negro, da pastoral da Terra e do Negro, bem como juntamente com setores das Organizações Não Governamentais – ONGs e organizações governamentais desencadeassem um processo de reivindicação definido por Arruti (2006) como o processo de formação quilombola. Os remanescentes das comunidades de quilombos, que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. (LEITE, 2000, p. 339). As comunidades quilombolas apresentam marcas culturais distintas daquilo que se compreende como cultura nacional hegemônica e é no território que se estabelece um vínculo histórico, onde ocorrem os processos continuados de transmissão que assegurem a reprodução cultural do grupo, ou seja, opera-se uma política interna de reconhecimento e da promoção das diferenças cultural, ao invés do processo de assimilação, resultado de tentativas de homogeneização cultural comandadas pelos processos de globalização. Como um dos conceitos que fundamenta a identidade étnica quilombola, o território é a base material e simbólica que no campo das ciências humanas, sobretudo na Geografia, ganha importância e que neste trabalho nos deteremos a com ele dialogar a partir dos dados empíricos.

## 2.1 Território<sup>8</sup>

A categoria geográfica que nos aporta é a do território, em razão dos aspectos que integram o conceito, entre elas as relações de grupos de indivíduos e instituições, as relações de poder entre indivíduos, relações imbricadas no trabalho, ou seja, as relações sociais que compõem os territórios contribuindo para a dinâmica da produção de territorialidades, sendo imprescindível para entender o empoderamento das mulheres quilombolas estudadas na pesquisa. Muitos autores debruçaram-se no campo da Geografia sobre os estudos de F. Ratzel para dialogar sobre o Estado e suas relações de poder, dentre esses elegemos o debate travado entre Raffestin (1993) e Haesbaert (2004; 2007). Também buscamos outros autores que discutem território numa perspectiva que

---

<sup>8</sup> Fragmentos deste sub-tópico estão presentes no trabalho apresentado no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, intitulado: Histórias de Resistência, Território de Luta: processo de territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Do Gurugi, Conde- P SILVA, J. C. B. ; **RODRIGUES, Fátima** . HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA, TERRITÓRIO DE LUTA: processo de territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Do Gurugi, Conde- PB. In: In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Curitiba: Universidade Federal da Paraná, 2017. v. 1. p. 1-15

se aproxima da abordagem cultural da Geografia, por ser nesse campo onde encontramos maiores possibilidades.

Ratzel (1990) ao propor a teoria do Estado Vital conferiu uma politização ao conceito de território, elevando a ciência geográfica a um patamar político antes nunca conferido. A politização da Geografia impulsiona Ratzel formula a teoria sobre a propriedade e sobre a relação território, sociedade e o Estado. Para este autor

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra. É certo, porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce” (RATZEL, 1990, p. 73).

Esses são argumentos que fundamentam a ação dos estados nacionais e que impulsionaram grande parte dos países europeus em seus projetos expansionistas no Novo Mundo. Segundo Ratzel (1990) o Estado precisaria de um espaço vital para o progresso, o que demandaria uma maior utilização de recursos do meio ambiente e justificaria a expansão territorial. Em sua concepção a natureza cria as possibilidades de expansão de um povo, de modo que o crescimento do Estado efetua-se não apenas com a área que esse ocupa, a essa área soma-se a riqueza que advém dos solos, subsolos, enfim dos recursos naturais que conformam a sua potência.

Raffestin (1993) defende a relação entre Estado e poder, apresentando o poder na postura multidimensional, apontando o Estado como detentor do poder superior, relevando a existência e interação de outras organizações dotadas de poder político. Raffestin (1993, p. 145) alerta acerca da diferenciação dos conceitos de espaço e território, ambos foram “usados sem critério”, nos quais “os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias”. Para o autor, o espaço precede o território, ele antecede qualquer atividade, conhecimento ou prática. O território consiste no produto do relacionamento dos atores sociais com o espaço, é resultado de uma ação conduzida, pois as interações existentes no território serão constituídas através das relações de poder reproduzidas no espaço.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstrativamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (idem 1993, p.145)

Ao se aportar nos pressupostos marxistas, o território é concebido pelo seu uso, ou seja, destaca-se a apropriação sobre a propriedade, em detrimento da posse. O território é, portanto, resultado da apropriação de um espaço que se institui a partir da manifestação de um ator que intenciona dele (espaço) se apoderar. A condição de existência do espaço consiste nos objetivos intencionais do ator, por isso a diversidade de representações territoriais graças aos atores que as objetivam.

Neste contexto, o autor pondera que a produção de representação no espaço se constitui como uma apropriação que revela a imagem desejada de um dado território, sendo esta, construção da realidade, um mecanismo de poder, graças às relações de poder que podem se constituir mediante diversos interesses sobre áreas geográficas. Neste contexto, o espaço é apresentado como matéria-prima e o território como a produção a partir do espaço.

O espaço é o [...] local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação no espaço, já é uma apropriação [...], um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. (1993, p.145)

Sendo uma construção social reproduzida no espaço, Raffestin afirma que a territorialidade é: “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993:160). Assim, na análise territorial deve-se considerar que o território é formado por relações sociais, portanto, relações de poder multidimensionais, sejam elas concretas ou abstratas, de poder ou dominação. A partir dessas relações, a territorialidade “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações” (RAFFESTIN, 1993. p. 162).

A produção do território abarca a materialização de redes de poder, que possuem domínio sobre a sociedade e materializam transformações. Essa produção envolve



energia e informação, e como todo o projeto é fundamentado por práticas e condutas, essas seguem o sistema sêmico, o qual atua na intencionalidade do espaço sendo processos sociais. As análises realizadas por Ratzel (1990) e Raffestin (1993) tornaram-se fontes para as novas discussões da categoria do território realizadas por novos autores são referenciadas pelas dimensões, +pelos símbolos e pela organização da sociedade.

Haesbaert (2007) define território como uma combinação, funcional e política, dado que o espaço utilizado tanto acolhe atividades produtivas quanto acolhe as simbologias. Portanto “Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”(2007, p.20). Desse modo, o território é compreendido nas relações políticas, econômicas e culturais, sendo entendida “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 2007: 39). Cabe ressaltar que para Haesbaert (2007, p. 91), o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade nem como um mero conceito elaborado pelo pesquisador.

Para Haesbaert (2004), o território abrange aspectos tanto simbólicos, quanto materiais, ele é o produto da ação conduzida pelos complexos entre política, economia e cultura, materialidade e idealidade, numa relação espacial-temporal e sociedade-natureza.

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo. (Haesbaert, 2004, pag.40).

Na abordagem culturalista, o território é resultado da apropriação mediante das identidades territoriais de grupos sociais que (re)produz vida material e imaterial no espaço usado e reconstrói suas relações nele, sendo estas que criam o direito a terra, ou seja, é no território que se cria e (re)criam a identidade. A investigação apresenta a

imprescindibilidade de considerar as trajetórias históricas que singularizam as produções individuais e coletivas dessas populações nos seus territórios.

O território é o fator de estruturação da identidade étnica. O modo particularizado do território lhe atribui grande enredamento, logo a construção de identidades territoriais e o apoderamento resultam no fortalecimento das diferenças entre os grupos e o território. Estes exprimem as multiplicidades culturais que, apesar da convivência mútua, tentam, na produção do território, o prestígio de suas especificidades.

O exame do processo de produção dos variados territórios necessita evidenciar o homem como agente produtor do espaço, abrangendo o social, o cultural, o econômico, o político e os seus valores. Os remanescentes de comunidades quilombolas possuem uma trajetória histórica etno-racial própria e o seu território é considerado um produto desses fatores étnicos que se apresentam nas interações estabelecidas nesse espaço social. São essas relações que expressam um vínculo social muito variado e assinalam a existência da terra como território.

A consagração da terra para os remanescentes quilombolas se dá mediante autoafirmação. É concebida como agente de reconhecimento e representa a conquista pela conservação das suas práticas religiosas, seus costumes, o conhecimento e o culto aos seus ancestrais, ou seja, a ligação com o território retrata as condições de sobrevivência física para os grupos étnicos além de meio imprescindível à afirmação da identidade da comunidade. Logo, a terra se torna um elemento fundamental que congrega os sentimentos, e as representações, onde se estabelecem os vínculos de vida, das reminiscências e do cotidiano.

Na construção da identidade étnica, o território e identidade exercem influências mútuas, logo a identidade quilombola se constrói e reconstrói sempre atrelada com seu território, dado que este espaço abriga reprodução material e imaterial da comunidade, as relações entre os membros são reconstruídas, apresentando com sentimento de pertencimento para o determinado grupo, pois são estas relações que criam e informam o seu direito a terra.

## 2.2 Territorialidade das Comunidades Quilombolas de Ipiranga e Gurugi

Posterior à conquista portuguesa, o processo de ocupação do atual estado da Paraíba principiou-se pelo Litoral e seguiu em direção ao Sertão sendo estabelecidas no

território paraibano, as Capitânicas Hereditárias, o que revela a gênese do caráter desigual da estrutura fundiária. A origem das comunidades quilombolas na Paraíba remete ao período de escravidão e a formação do espaço agrário paraibano. Ao analisar pesquisas realizadas entre o final da década de 1990 aos anos 2000, Monteiro (2013)<sup>9</sup> apresenta a heterogeneidade das formas de ocupação das terras hoje intituladas enquanto comunidades remanescentes de quilombos, sejam urbanas ou rurais. Presente nas quatro mesorregiões do Estado, as comunidades quilombolas se formaram por ocupação de terras dos índios, de antigos quilombos, de ordens religiosas, bem como a ocupação de fazendas onde estabeleceram relações de moradias com os fazendeiros, ou através de compra e da doação de antigos senhores, e/ou principalmente mediante a ocupação de terras devolutas. Segundo Moreira e Targino (1997), o processo de ocupação do território paraibano se deu pela produção do açúcar, essa atividade norteou o processo de ocupação do Agreste e Sertão, onde predominou a pecuária e o cultivo de gêneros alimentícios.

A historiografia revela a doação das sesmarias dos índios da Jacoca datada de 1614, habitada pelo povo Tabajara localizado na *Parahyba do Norte*, no atual município do Conde, litoral sul do estado da Paraíba. A concessão de terras foi estabelecida delimitando aldeamentos, formado por caboclos, mestiços de índios e negros, segundo relatos dos atuais moradores, em recompensa aos nativos pelo acordo firmado com a Coroa, no reconhecimento da luta pelos Tabajaras aliados aos portugueses contra a Invasão Holandesa. Antigos aldeamentos constituíram com a reorganização administrativa do atual Estado, vilas e freguesias. Assim, a aldeia da Jacoca transformase em 1726 na Vila do Conde, e posteriormente Freguesia do Conde, em 1768. O intervalo registrado do fim sistema sesmarial à primeira lei da legislação da propriedade territorial do século dezenove foi assinalado por conflitos por terras entre população livre e pobre e senhores de terras, posto que não houve regularização das posses.

Em meados de 1850, a renda que se centrava na propriedade do escravizado, passa a ser da terra, esta que era concessão da Coroa Portuguesa, torna-se com a Lei de Terras (nº 601), só obtida pela compra. O cativo passa do escravizado para a terra, este cativo se configura como objeto da renda capitalizada, o que se estabeleceu como renda a atividade produtiva do trabalho passa como objeto do trabalho. Assim, a Lei de Terra instaurava a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil e legitima o

---

<sup>9</sup> Monteiro (2013) expõe um quadro com as formas de ocupação de terra por 19 comunidades remanescentes de quilombos das 41 identificadas no território paraibano.

latifúndio. A terra torna-se mercadoria como uma reconstituição do patrimônio perdido na figura do escravizado. O desenvolvimento do capitalista moderno se apresenta de forma desigual e contraditória fundamentado no caráter rentista<sup>10</sup>, que por sua vez se estabelece na constituição do Brasil. Neste contexto, o autor afirma que a concentração privada da terra no país age no âmago da concentração de riqueza e consequentemente de capital.

A legislação fundiária instituiu a demarcação e a titularização das posses e as sesmarias. A historiografia e a memória revelam que a ocupação dessa área data do período do Brasil Imperial. O engenheiro Antônio Gonçalves da Justa de Araújo ficou responsável pela demarcação e regularização dos aldeamentos na Paraíba. Conforme Almeida (2015, p. 48. *apud* MOONEN E MAIA, 1992, p.13) foi elaborada uma carta, na qual consta os aldeamentos, sendo um dos principais documentos que atestam os limites tradicionais dos territórios reivindicados pelas comunidades investigadas que habitam a área há mais de 150 anos (Anexo I). A carta apresenta a delimitação da designada Posse do Gurugy e circundado por esta área, o Sítio do Piranga (Ilustração 9).

Ilustração 9: Fragmento da Carta da Sesmaria da Jacoca., com ênfase na Posse de Gurugy e no Sítio Piranga



<sup>10</sup> Oliveira (2007, p.131) dialoga com Martins para afirmar que “No Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Este processo que teve sua origem na escravidão vem sendo cada vez mais soldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terra e o final da escravidão”.

Cf: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p

Fonte: Marques, 2015, p.147 (Arquivo Nacional)

Sobre o fato, a senhora Lenira Lina do Nascimento, um dos troncos mais velhos da Comunidade Quilombola do Ipiranga aponta:

Segundo dizia minha mãe, eles receberam um documento, segundo minha mãe me falava era um documento só um mapa, doando essas terras pra eles, não era para minha mãe, era para os mais velhos. Nesse documento tinha o símbolo, tinha a coroa de Dom Pedro, esse documento foi um padre que levou pra desmembrar pra cada um o seu, e até hoje não trouxe ainda. (D. Lenira Lina, agosto de 2016)

Conforme Palitot (2013), os documentos elaborados estão retidos no Arquivo Nacional e no Arquivo Público Estadual(PB), inclui relatórios de atividades, cartas dos índios, plantas, mapas demonstrativos, ofícios, tabelas, notícias e notas publicadas em jornais da época. A carta elaborada pelo engenho Justa de Araújo apresenta na área do Sítio Piranga cinco casas representadas por quadrados vermelhos. Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento, Liderança da comunidade relata no seu depoimento em agosto de 2016: “O que eu falo hoje é o que a gente escutou dos mais velhos, que aqui eram cinco famílias que chegaram aqui”. A memória remete à concessão da área realizada por Dom Pedro II, a qual é assinalada por marcos físicos que delimitam o território, em especial o marco que definia os limites da Posse do Gurugy e Piranga possuidor do símbolo da Coroa Real. Atualmente, alguns desses símbolos são conservados, enquanto outros desapareceram.

A ocupação por negros e a memória quanto à escravidão emerge nas figuras de duas mulheres escravizadas, sendo um terceira apontada pela historiografia. Como explica D. Lenira Rodrigues

eu sei que não viemos de muito distante não, que eu alcancei escravas, duas escravas, duas irmãs, Torquata e Silivégia. **Era como se elas tivessem fugido**, não sei, ou receberam alforria, e correram, vieram se refugiar aqui nessa região. Porque tem um lugar lá em cima, pequenininho, que se chama Piranguinha. Aqui desse outro lado é Piranga Velha. Era como se elas vinham fazendo aqueles cirquinho e vinham procurando uma localidade, **aí eu acho que quando elas eram descobertas naquele canto, aí elas passavam pra outro. Elas não gostavam de amizade.** E aqui é Piranga, nós chamamos Ipiranga, mas é Piranga. (D. Lenira Lina do Nascimento, agosto de 2016- grifos nossos)

Segundo Marques (2015, p.161 *apud*. LÉO NETO, 2013, p. 94), as três irmãs desembarcaram no Porto de Gramame e fugiram para áreas diferentes: Torquata habitava em Piranga e Silivégia em Gurugi, tendo outra irmã que residia em Mituaçu. O relato indica que antes de se estabelecer em Piranga e Gurugi, as irmãs percorreram diferentes

locais do Sítio Piranga, assim como uma das características do quilombo histórico definido pela habitação de negros fugitivos e o isolamento que necessariamente não só se relaciona com o geográfico, mas também o social. Vale ressaltar, as duas áreas citadas no depoimento e a terceira que a historiografia apresenta, onde as irmãs residiam no passado, são reconhecidas atualmente como território quilombolas pela Fundação Cultural Palmares e reivindicam os seus territórios tradicionais.

O uso comum da terra representa a primeira diferenciação no que concerne a outros sujeitos sociais, dado que reproduz a construção do agente coletivo. Referente a processo de identidade étnica e, portanto, a territorialidade, na “terra comum” se estabelece tradicionalmente grupos sociais, cuja relação com a terra com os meios naturais se dá de forma coletiva, sendo uma contradição, dado a lógica da propriedade privada da terra. Sobre o uso comum da terra, D. Lenira e Ana Rodrigues elucidam:

Agora era assim, nós morávamos aqui, mas podia vim uma pessoa lá de perto de Gurugi e plantar aqui umas fruteiras. Era como se fosse o comum. Nós respeitávamos que não era nosso aquelas fruteiras, [...] embora nós trabalhassem tudo. (Depoimento de Lenira Lina do Nascimento concedido em agosto de 2016)

Eu digo sempre que até os animais sabiam o limite, que a gente chamava um monte de galinhas aqui, a gente chamava aí só vinha as minhas, e a dela só ia as delas, o galo que é atrevido e ia pra todo terreiro né, mas até os animais eles sabem. (Depoimento de Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento concedido em agosto de 2016)

Posterior à concessão das terras por Dom Pedro, o território da comunidade do Piranga fica circundado no centro da antiga Posse do Gurugy que passa a Fazenda Gurugi, posses das sesmarias de Lucidato Gomes de Leiros e sua Maria Josefa de Alacão Izaiala e segue passando por diversos proprietários.

Por efeito da Lei de Terras, era comum a sujeição a relações de trabalho desiguais, posto que essa Lei indicava o fim da escravidão, e com quase quarenta anos depois, a Lei Áurea (1888) estabeleceu a abolição da escravatura, para poupar gastos, dado que em 1850 a mão-de-obra escrava estava encarecida com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que determinava o fim do tráfico negreiro, os proprietários dos engenhos cediam sem critério legislativo áreas das suas terras para homens pobres<sup>11</sup>, na quais eles podiam morar e trabalhar em roçados das áreas cedidas e dar alguns dias de trabalho semanal a baixo preço ou gratuito ao proprietário do engenho. As posses do antigo Piranga são

<sup>11</sup>Cf. Andrade (1988) ao discutir as relações e os regimes de trabalho.

reduzidas mediante concessões e regularização das posses, fazendo com que não houvesse terras para a reprodução material dos que nela habitava, faz-se necessário submeter ao regime de trabalho nas terras vizinhas, a Fazenda Gurugi.

Como o Sítio Piranga era demarcado, o seu território sempre foi considerado, por ser um território coletivo, não possuía um dono, diferenciando do Gurugi, ademais os seus habitantes tinham grande fama. O Sítio mesmo sendo analisado como terras de herdeiros, perdeu áreas mediante processo de grilagem de terra feito pelos donos das propriedades que circundavam o Sítio. Em relação a redução e regulamentação da sesmaria e a amplitude do território abordado, José Ricardo Nascimento, quilombola e liderança em 2014 da Comunidade Quilombola do Gurugi assevera:

A sesmarias é estas terras todinhas, onde ele não conseguiu entrar foi justamente no Ipiranga que era onde tava misturado negro, índio, ou seja a chamada raça de caboclos, dos caboclos era muito resistente. (Baú, setembro de 2014 – Arquivo Gestar).

O conflito por terra que envolve moradores do Ipiranga e Gurugi inicia quando as populações que historicamente habitavam nesta localidade, mas que não possuíam os títulos foram desrespeitadas no que tange principalmente aos limites das propriedades e o território tradicional usado para o trabalho e, portanto, sobrevivência do grupo. Os conflitos estão relacionados a três propriedades: as fazenda Gurugi I, Gurugi II e Barra de Gramame e envolve além dos habitantes dessas terras, os moradores de Piranga. Os motivos que acarretaram no conflito da Fazenda Gurugi foram: em 1981, na Fazenda Gurugi I, Luciano Aníbal Pedrosa de Melo objetivando preparar o solo para o plantio da cana-de-açúcar, inicia a expulsão de famílias negras, com a resistência dessas. Na fazenda Gurugi II, devido à especulação imobiliária e por interesse dos políticos com os proprietários, Nelson Pimentel e Nilson Pimentel, em 1981 começaram a lotear terras, expulsando assim as famílias negras, o que ocasionou o conflito.

Segundo Monteiro (2009, *apud* MOREIRA, 1997), o então governador Ruy Carneiro, em 1949, arrendou a posse do Gurugi a Francisco das Neves por três gerações. Em 1940, o então arrendatário conseguiu o título de posse da terra, sendo posteriormente dividida entre seus herdeiros, fato que deu início aos conflitos entre as famílias negras, posseiros e os novos proprietários. O processo de desapropriação do Gurugi foi marcado por mortes, despejos, ameaças de morte, intimidação, destruição de roçados e moradias. Após diversos atos de resistência, houve a desapropriação e uma divisão da propriedade

que correspondia à parte do território do Gurugi denominado outrora de Fazenda Gurugi I e Gurugi II.

Cabe enfatizar que os laços de compadrio e solidariedade perpassam os limites territoriais, D. Lenira relata que além de apoiar a luta do Gurugi, apoiou a luta pela terra em Abiá<sup>12</sup>, no confronto dos antigos moradores com grupo oligárquico da família Lundgren em Pitimbu, Litoral Sul da Paraíba. Segundo afirma:

Era luta da terra. Lutar pela terra. Eles lutavam pela terra, e nós fomos ajudar eles a pernoitar lá, pela luta da terra. Que foi pesada, ninguém dorme, trocando de turma. Uns vai dormir e outros ficam acordados, então nós fomos pra lá pra ajudar eles. No Abiá, lá perto do Pitimbu. (D. Lenira Lina, agosto de 2016)

Outra característica que baliza a comunidade étnica em questão é o parentesco, mesmo com partes do território sendo usurpado, partes desse foi mantido por meio das relações de parentesco e sobretudo a sucessão hereditária, cujos limites eram determinados pela própria família, ademais era definidos de forma conjunta a produção, formas de trabalho e calendário produtivo. É frequente nos depararmos com vínculos matrimoniais entre os moradores do Ipiranga, Gurugi e Mituaçu. D. Lenira, moradora da comunidade de Ipiranga revela “meu avô é de Mituaçu, de outro quilombo. Minha avó era daqui!” A relação parental até os dias atuais regula a relação das famílias com a terra. Mesmo sem títulos da terra, a população de Piranga e Gurugi (anterior a desapropriação) utiliza do local para a sobrevivência material e imaterial. As relações parentais, para além da etnia quilombola com as famílias de Piranga e Gurugi transcendem para etnia indígena povo Tabajara, essa união é apresentada até mesmo nas letras de coco de roda além de alguns costumes. Marques (2015) ancorada em Halbwacs (1990) destaca a memória coletiva como definidora das fronteiras étnicas, indicando que a partir da memória grupal se estabelece relações e limites territoriais, bem como em razão do processo histórico, a luta na terra. Na letra de coco a seguir enfatiza-se a existência desta pluralidade étnica que mesmo ocupando áreas próximas se diferem entre si através da territorialidade. Assim, dona Lenita cantava: “ já plantei muito roçado para o meu amo senhor, já fui escravo, hoje sou um Quilombola, amanhã sou Tabajara e depois não sei quem sou!”

---

<sup>12</sup> O “Abiá”, como chama Sr. Alfredo, corresponde à região do Abiá, localizada no então distrito de Pitimbu, também pertencente a João Pessoa. O Sr. Alfredo passou a trabalhar nas terras da Fazenda Abiá, então sob a posse de Hercílio Alves Ferreira Lundgren, filho de Frederico Lundgren, representante de uma das maiores oligarquias da Zona da Mata Paraibana e Pernambucana, a oligarquia da família Lundgren. (LIMA e RODRIGUES, 2009, p. 5)



O território tradicional foi significativamente reduzido, em virtude da obtenção dessas terras por pessoas “de fora” das comunidades, estes não respeitam o modo de vida dos moradores tradicionais, bem como suas propriedades se situam em locais nos quais os antigos moradores usufruíam de recursos para atender suas necessidades básicas. O território se apresenta como fonte de recursos naturais para a sobrevivência. Conforme relatos, as principais atividades produtivas eram pescaria, caça, e, sobretudo a agricultura, atividades estas que sofreram com os impactos da lógica capitalista da propriedade privada. Os depoimentos revelam que a produção era familiar e os excedentes, até os dias atuais são vendidos nas feiras dos municípios vizinhos. Almeida (2015) explana acerca dos cultivos dos moradores de Piranga:

a despeito das diferenças de cada uma dessas formas de cultivo, explicaram-nos que roça é de mandioca. Roçado é tudo que está plantado em um determinado espaço de terra. O quintal se refere à parte de trás da casa. É o local onde podem ser cultivadas hortas e também fazer criações de pequenos animais. O terreiro seria a parte da frente da casa. A agricultura era e ainda é a principal atividade na comunidade. Nos roçados cultivam inhame, macaxeira, feijão, batata, milho. (ALMEIDA, 2015, p.68)

A Comunidade do Gurugi foi evidenciada frente a comunidade circunvizinha, em face da dimensão territorial e do conflito pela terra. As comunidades negras Ipiranga, Gurugi e Mituaçu, especialmente as duas primeiras possuem uma intensa ligação histórica e espacial, todavia as gêneses e o processo de luta pela terra as distinguem.

### **2.2.1 Comunidade Remanescente de Quilombo de Ipiranga**

A Comunidade Quilombola Ipiranga está situada no município do Conde, notadamente entre esta cidade a cidade de Jacumã, às margens da PB 018, Litoral Sul da Paraíba. A toponímia oficial é Ipiranga, todavia em alguns relatos é apresentada a designação Piranga, da língua *tupi* a palavra significa rio de água vermelha, o que coincide no Pitanguinha, rio onde a água possuía a cor semelhante à de ferrugem. O território de Ipiranga caracteriza-se como “terra de herdeiro”, graças às relações matrimoniais se formar entre pessoas “da mesma grande família” e pelas posses validadas pelos laços sanguíneos. A principal atividade produtiva continua sendo a agricultura e em menor número o funcionalismo público. Os agricultores vendem na própria localidade a preços irrisórios os produtos aos atravessadores, que por sua vez vendem elevados, mais também cultivam para o seu sustento. A expansão urbana intensificou obtenção de terras

na localidade, notadamente no território tradicional por pessoas “de fora”, sendo grande a ocorrência de granjas, sítios, negligenciando os limites das terras de herdeiros, o que é um obstáculo no processo de regularização quilombola. Sobre a perda territorial e venda de terras e recursos não mais usufruídos na comunidade, Ana Lucia explica:

É porque vai vendendo, vai vendendo, vai vendendo, depois quando os netos tiver grande, vão morar onde? A única família que tem área de plantio aqui no quilombo é a nossa. Porque? Porque a gente nunca vendeu um palmo de terra. Tem gente aí que só tem o chão da casa, de tanto vender. E os netos? E os bisnetos? Vão viver aonde? Hoje a gente é vítima dessas vendas desses terrenos, vai comprando, aí quem vem não tem o mesmo zelo que a gente tem. A gente não tinha uma cerca, um muro, e todo mundo respeitava o de todo mundo. Hoje em dia é cerca, é muro, é tudo, e tá aí, quando chove a água nem pra onde ir ela tem, e castraram esse direito até das águas. Ali embaixo nós tinha rio de lavar roupa, rio de tomar banho, hoje em dia é tudo dos outros, eram rios comunitários, todo mundo usava, hoje em dia a gente não tem mais isso. Os rios são de fulano, de cicrano, é área de preservação, é área de não sei o que lá, e a gente não tem mais onde lavar uma roupa. (Depoimento de Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento concebido em agosto de 2016)

A lógica do modo capitalista de produção consiste produção de mercadoria, mesmo que esta não seja necessidade. A mercadoria foi transformada no eixo central para as relações sociais, embora exista outras dimensões. Para Martins (1986), a propriedade privada é responsável por vedar da posse a massa do sistema econômico. O debate na associação não se limita na questão quilombola, outrossim surgem temas como o abastecimento e desperdício da água, o descarte do lixo, bem como a revitalização das estradas e a moradia.

Através da atuação da associação, em 2008 foram construídas 69 casas, por meio do Governo Federal no Programa de moradia Casa de Taipa que estabelecia a substituição de casas de taipa por casas de alvenaria, o qual beneficiava principalmente as mulheres nomeando-as proprietárias, ademais os postos de abastecimento de água foram instalados mediante a ação do Governo Federal pela Caixa Econômica Federal, dado a carência de água no local, sendo a comunidade outrora atendida de forma escassa com o poço da comunidade quilombola do Gurugi, para mais a gestão municipal ficou responsável pela construção do barracão e a melhoria da estrada. O relacionamento com a gestão municipal é complicada e só recorrida em casos de extrema necessidade, apenas em anos de eleição o diálogo com a prefeitura municipal é simples.

A associação em parceria com as famílias das Comunidades Quilombolas do Gurugi e Ipiranga preparam no último sábado do mês a festividade do coco de roda, notadamente regida pela Família Nascimento. O barracão designado como Barracão do Mestre Bitonho se localiza dentro da Comunidade do Ipiranga, no sítio da Dona Lenita, pertencente à família que dirige a festividade e é o local onde ocorre o coco e outros eventos da comunidade como as reuniões da associação. O SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas ) têm sido um grande aliado para a associação, uma vez que proporcionou um curso de Guias Mirins para crianças e adolescentes para atuarem no Museu Quilombola da comunidade, cujo o objetivo é preservar a história e identidade negra quilombola materializada no território conformando a territorialidade (ilustração 10).

Ilustração 10: Museu Quilombola da Comunidade de Ipiranga



Autor: Mayra Porto – Junho de 2015

A memória coletiva é cultivada para explicar e compartilhar histórias, representação e o cotidiano vivido no território delineado pela identidade negra remontando do período escravista até aos dias atuais marcados por lutas. O coco de roda é uma manifestação cultural secular no Brasil e lembra a infância dos troncos mais velhos. Mesmo sendo brincado tradicionalmente, houve um tempo que o coco de roda ficou enfraquecido, neste sentido Ana Lucia e a sua mãe Dona Lenita iniciaram a recordar a atividade (ilustração 11)

Ilustração 11: Coco de roda no barracão da Comunidade Quilombola de Ipiranga



Autor: Mayra Porto – Junho de 2015

Neste contexto, a territorialidade é balizada por meio da preservação cultural, relações com o território e de parentesco, através dessas resistências se consolida o processo de territorialização. Conforme Marques (2015, p. 198 *apud*. PIMENTEL, 1978), a mistura de dança e música surge na região alagoana da Serra da Barriga, especificamente no Quilombo dos Palmares, de origem indígena e negra. Este fato é de extrema importância para o reconhecimento da comunidade negra Ipiranga como comunidade quilombola .

Aí nós dançamos o coco de rodas, fizemos a ciranda e depois o coco de roda. Aí eu cantei "samba negro, branco não vem cá". Aí Wellinton e escutou, aí olhou e viu a gente brincando, aí me procurou e encontrou no abrigo dos escravos. Aí ele veio perguntar onde nós tínhamos aprendido aquele coco. Eu disse que tinha aprendido com a minha madrinha. (Depoimento de Lenira Lina do Nascimento concedido em agosto de 2016)

O depoimento corrobora a hipótese dos troncos velhos do território como uma memória em ganha primazia a presença de escravizados fugitivos de Palmares, os quais passaram hereditariamente a tradição, sendo preservada a mais de 200 anos no Ipiranga. Segue o coco entoado pela D. Lenira, o qual com o ritmo e letra serviu relacionar com a etnia quilombola.

Samba negro, branco não vem cá. Se vier, pau há de levar. (bis)  
 Eu vou rachar os pés de tanto sapatear, de dia tá no açoite, de  
 noite pra batucar.  
 Samba negro, branco não vem cá.  
 Negro trabalhava muito e dormia bem pouquinho, apanhava de  
 chicote carregando o sinhozinho.  
 Samba negro,branco não vem cá."

Representando a entidade, as lideranças da associação participam do Conselho de idoso, Conselho da saúde, Conselho da educação e segurança alimentar. A ocupação desses espaços é mais uma forma de visibilizar a comunidade e sua luta no território, seja pela própria terra, seja por recursos básicos para a sobrevivência.

Eu acho que só o fato da gente participar já de todas as reuniões, onde a gente vai se identificando como quilombola, já deu assim um ar de respeito pra comunidade, de empoderamento né, a gente vê hoje ainda placas de venda aqui no quilombo, mas antigamente aonde você chegava tinha "venda de terreno", hoje em dia eles já tem medo, tanto que uma placa de venda passa anos, todo mundo tem medo de comprar. Porque? Porque é de terreno quilombola. Isso foi uma forma da gente barrar pra que mais tarde os filhos dessas pessoas não vão morar nas favelas. (Depoimento de Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento concedido em agosto de 2016)

A afirmação enquanto etnia quilombola para a comunidade se deu externamente com apontamento do movimento negro paraibano, embora os moradores já se atribuíssem a identidade negra, tanto pelos fatores fenótipos, quanto pelos percalços que incidem historicamente na etnia, bem como por reconhecerem o território como tradicionalmente ocupado. Sobre o ser quilombola:

Ser quilombola pra mim primeiro de tudo é ter uma história, uma história negra no sentido bonito de vivência, de costumes, de cultura, de raízes, danças, comidas, penteados, até o modo de rir do quilombola é diferente, aquela risada escandalosa que não tá nem aí pro que os outros acham. Então até o jeito de rir, de falar, de se expressar, de brincar, é próprio nosso. Porque assim nós procuramos as palavras, mas quilombolas de tempos antigos eles não procuravam palavras, todas palavras que eles pronunciavam você que adivinhasse o significado, mas eles tinham um pronunciado. (Depoimento de Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento concedido em agosto de 2016)

A identidade quilombola se relacionada com a identidade negra e, sobretudo com a construção histórica do grupo étnico. A identidade negra se estabelece “além da pele, ter a pele escura, os descendentes negros, é ter a consciência de que você veio dessa origem e você tem as atitudes, formas de agir e pensar que levam a isso” (Depoimento Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento concedido em agosto de 2016). A concepção de

afrodescendentes concentra-se na história, cultura e sua luta, na construção da relação dos sujeitos no processo de auto identificação definido pela realidade social. A Comunidade Negra do Ipiranga conhece os direitos que fazem jus a sua população a partir do Governo Lula. Com a ajuda do Movimento Negro Paraibano e a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE), a associação começa a pautar a temática étnico-racial, assim a comunidade ingressa na luta pelo reconhecimento como quilombola.

A comunidade Ipiranga foi certificada em 08 de setembro de 2006 pela Fundação Cultural Palmares – FCP apresentando 50 famílias. No ano de 2007, foi aberto do processo administrativo visando à regularização fundiária do território remanescente de quilombo, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cuja identificação é intitulada SR-18/PB 54320.000145/2007-00 aberta por Walquiria Rodrigues de Nascimento, então presidente da associação. O relatório antropológico da Comunidade Quilombola Ipiranga foi concluído no mês de janeiro do ano de 2013, objetivando mais explicações da origem e delimitação da área, posto que foi enviado ao INCRA-PB um ofício solicitando a confecção em caráter de urgência, em razão da invasão das terras por granjeiros que não respeitam o modo de viver.

### 2.2.2 Comunidade Remanescente de Quilombo de Gurugi

A Comunidade Quilombola do Gurugi I está entre a cidade do Conde e o Distrito de Jacumã, às margens da PB 018, Litoral Sul da Paraíba. A raiz etimológica de Gurugi advém do tupi *Guru*, cujo significado é caminho e *ri* significa rio, assim a palavra significa caminhos das águas. Os depoimentos revelam que as madeiras que eram cortadas no atual território escoavam pelo Rio Gurugi e Rio Gramame, estes desembocam na Barra de Gramame e na Barra da Praia do Amor, onde existiam balsas que escoavam a madeira à Baía da Traição, onde seguiam rumo a Portugal.

Os troncos mais velhos supõem que a ocupação do território do Gurugi por negros fugitivos, especificamente Mãe Bu e Pai Caboclo, ambos comprovados na árvore genealógica feita no laudo antropológico, advindo do Quilombo dos Macacos que percorreram o Litoral Norte de Pernambuco, por sua vez procedente da última resistência do grande Quilombo dos Palmares, no período do Brasil Império. O território tradicional quilombola do Gurugi emerge com aliança de caboclos entre índios que viviam em

diferentes localidades no Litoral Sul, cuja última resistência foi no Sítio dos Caboclos. Os negros e caboclos que viviam da Posse do Gurugi a Praia do Amor, lutaram contra os supostos proprietários que se apropriaram das terras na localidade e posteriormente enfrentaram novos fazendeiros acarretando nos assentamentos de Reforma Agrária. Conforme Monteiro (2010), em 1850 a então Posse do Gurugi foi legalmente transformado em propriedade privada e apropriado por fazendeiros, que dividiram o território em duas fazendas e passaram a extrair a renda das famílias que habitavam a área. Nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento dos conflitos entre as populações locais e os proprietários rurais ficou dividida espacialmente em dois assentamentos de Reforma Agrária, Gurugi I e Gurugi II.

As terras desapropriadas são insuficientes para a moradia e a agricultura, haja vista que as famílias cresceram. As narrativas apontam a improdutividade e abandono de lotes, bem como o uso de terras em fazendas próximas, como Fazenda Marogi e Fazenda Tião dos Bodes.

A gente teve uma demarcação que eles consideram errada. A gente tem 3/4 hectares pra cada família, sendo que pra viver da agricultura que eu creio que foi esse um dos motivos pro pessoal também largar a agricultura pra trabalhar na indústria ou no turismo, é a questão do território que também é pouco, não dá pra manter, pra uma família 4 hectares é muito pouco pra se cultivar. Então a maior dificuldade que a gente tem hoje é o espaço territorial. Praticamente aquela coisa, quem consegue se beneficiar no turismo é quem investe. O pessoal daqui é apenas funcionários, geralmente é na cozinha, é garçom, serviços gerais, esse é o cargo que o pessoal daqui assume nas pousadas e meios turísticos. (Nego da Capoeira, agosto de 2016)

A comunidade acessa o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em parceria com o INCRA, bem como está no transcurso para a obtenção de 45 casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, ainda auxiliou na construção do Grupo Mães do Barro, composto por mulheres artesãs da comunidade que produzem peças de argila. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) atua na comunidade desde os primórdios com o conflito até os dias atuais oferecendo Reuniões, formação e viabilizando o PRONERA. Cabe ressaltar que existe uma escola na comunidade, todavia além levar o sobrenome dos responsáveis pelo conflito pela terra, a escola José Albino Pimentel não tem os parâmetros na questão étnica, não se adequou a educação quilombola e não respeita a Lei 10.639/2003, contudo o espaço é utilizado para prática da capoeira por crianças, jovens e adultos.

Mesmo não mantendo o terreiro de Umbanda no território, os moradores na confidencialidade frequentam terreiros nos municípios circunzinhos. A capoeira surge no município do Conde no território do Gurugi em 1994 em um grupo regional. Conquanto em 1997 ficou esmorecida, voltou-se a praticar em 2001. O coco de roda marca o território do Gurugi. No processo de luta pela terra, o coco se apresentou como uma tática de comunicação de suma importância. A emergência do coco no Ipiranga contou com a ajuda de alguns mestres de coco do Gurugi.

Antes até pra fazer as reuniões, quando era um Gurugi só e não Gurugi 1 e 2, a gente fazia um coco pra avisar ao povo. "Vai ter um coco na casa de fulano", porque aí os donos da fazenda não queriam que o povo se organizasse, aí o coco era que fazia o convite. Aí passava o dia inteiro escutando, "oxente, hoje não tem festa de nada, é da onde esse coco? é de uma reunião", aí só quem sabia era o povo da comunidade. (Nego da Capoeira, agosto de 2016)

O debate sobre o reconhecimento do Gurugi como um território quilombola teve início em 2001, quando a partir da solicitação de implantação de um projeto de capoeira da Angola na escola, a Prefeitura Municipal de Conde, os moradores conheceram o direito assegurado na Constituição Cidadã, Constituição de 1988, no que tange à titulação das terras quilombolas. Entretanto, o processo de reconhecimento da comunidade como território quilombola só foi iniciado cinco anos mais tarde em 2006, sendo recorrido para auxiliar ao prof. Estevão Palitot e a Dona Lenita da Comunidade Ipiranga. Os moradores da comunidade já a reconhecia como negra, mas foi a partir do Governo Lula com o esclarecimento das CRQ que a história do Gurugi começou a ser pesquisada pelos próprios habitantes, visto que alguns preceitos a colocava como quilombola. No processo de auto-identificação quilombola consta que,

a gente enviou o projeto pra fundação Palmares, eles já tinha um conhecimento de que o Gurugi era comunidade quilombola, uma das primeiras do Brasil, a gente já tava aguardando o nosso documento aí quando chegou lá ele fez "faz tempo que a gente espera o documento de vocês". Aí daí toda comunidade sempre discutiu não só pelas questões culturais como o coco de roda, a pesca, a caça, um meio de vida assim geral, agricultura, que praticamente é toda tradicional. aí se juntou com a outra comunidade que é Gurugi 2, que agora então se recusaram a aceitar o território quilombola, mas eles também foram incluídos no estudo, porque de uma forma ou de outra a família do Gurugi 2 é a mesma que a do Gurugi 1. Aí fez o levantamento histórico e a gente enviou a documentação lá na época. (Nego da Capoeira, agosto de 2016)

Em 2006, os assentamentos de Gurugi I e Gurugi II são certificados pela Fundação Cultural Palmares como único território quilombola ocupado por 253 famílias. Porém, a



titulação quilombola o revogaria os títulos individuais dos assentados, pois a terra como quilombola é de uso coletivo, além disto, os moradores receiam um novo conflito, por não conhecerem todas as etapas do processo de titulação e pelo passado marcado por dores e perdas. Desse modo, os moradores do Gurugi II recusaram o título da terra como quilombola, embora ainda se apresente como negros(as) do Gurugi. O processo administrativo do Gurugi foi aberto em 2007, intitulado Processo Administrativo 54320.000038/2007-73 e nas instâncias do INCRA e do Ministério Público durante 2007 a 2009 foi discutido acerca da problemática da recusa do reconhecimento quilombola por Gurugi II e por entender que o auto-reconhecimento dirige automaticamente a comunidade no processo de titulação, a decisão da comunidade Gurugi II foi acatada pela Superintendência Regional. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade do Gurugi foi concluído em 2014, todavia não foi publicado, pois o perímetro não foi delimitado. Por isso, ao decorrer desta monografia, trataremos exclusivamente da comunidade quilombola Gurugi I, a qual permanece com a certificação como remanescente de quilombo.

### 3. Interseccionalidade: entre opressões e identidades

O conceito de interseccionalidade foi elaborado no final da década de 1980 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em “*Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*”. A compreensão de que os sistemas de opressões não deveriam ser entendidos separadamente, mas de forma articulada, reporta aos movimentos de mulheres negras norte-americanas, dentre eles o Combahee River Collective (1988), bem como Sojourner Truth, ex-escravizada, abolicionista afro-americana e ativista que proferiu na Convenção de Mulheres Pelo Direito ao Voto em Akron, Ohio, o célebre discurso “*Ain’t I a Woman?*”<sup>13</sup> (“E não sou mulher?”), em 1851, o qual questiona a fragilidade feminina e as representações de feminilidade a partir de um olhar articulado de gênero e sobretudo, raça.

Em *Mulher, Raça e Classe*, Angela Davis (2016) apresenta um panorama histórico, interseccional e crítico das trajetórias das mulheres negras nos EUA do século XIX ao XX, analisando os marcadores sociais de raça, gênero e classe que estruturam a sociedade e criam projetos de exploração e controle dos grupos sociais dominados por meio de contextos históricos. Considera que as opressões não se hierarquizam, mas se articulam e se entrecruzam, por isso atingem de formas contraditórias, os variados movimentos de luta por direitos. Davis (2016) cita:

As primeiras feministas podem ter escrito o matrimônio como uma “escravidão semelhante à sofrida pela população negra principalmente ao poder impactante dessa comparação – temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse. (2016, 46-47)

A questão principal dessa convenção (Encontro Anual da Associação pela Igualdade de Direitos – Maio de 1867) era iminente do direito de votos aos homens negros – e se as pessoas que defendiam os direitos das mulheres estavam dispostas a apoiar o sufrágio negro mesmo se as mulheres não obtivessem tal direito ao mesmo tempo. [...] Com a emancipação havia igualado a população negra às mulheres brancas, o

---

<sup>13</sup>Segue trechos do discurso de Sojourner Truth, o pronunciamento na íntegra está disponível no portal <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>, acessado em 05 de maio de 2018. “O homem lá adiante diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar nas carruagens e ser levantadas sobre as valas e a ter por toda parte os melhores lugares. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a sair das poças de lama nem me deu qualquer lugar melhor! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim? Olhem para o meu braço! Eu lavei a terra, plantei e juntei tudo no celeiro e nenhum homem poderia me liderar! E não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas vendidas para a escravidão e quando chorei com minha tristeza de mãe só Jesus me ouviu! E não sou eu uma mulher? Então aquele pequeno homem de preto lá diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! De onde veio seu Cristo? De onde veio seu Cristo? De Deus e de uma mulher! Os homens não têm nada a ver com ele. Se a primeira mulher que Deus fez era forte o suficiente para virar o mundo de ponta cabeça sozinha, estas mulheres juntas devem ser capazes de novamente virá-lo de volta, com o lado certo pra cima! E agora elas estão querendo fazer isso e é melhor os homens deixarem elas fazerem”.

voto tornaria os homens negros superiores a elas. Por isso se opunham ferrenhamente ao sufrágio negro. Ainda assim, havia quem entendesse que a abolição da escravatura não extinguiu a opressão econômica sobre a população negra, que, portanto, necessitava particular e urgentemente de poder político. (2016, 81)

Se respaldando em documentos, livros, teses e biografias, Davis (2016) tece críticas ao movimento abolicionista por não promover a conscientização antirracista, à metáfora da escravidão para expressar as opressões das mulheres brancas no que diz respeito ao casamento e a vida doméstica, ao movimento sufragista pela sua face racista, por não incorporar as demandas das mulheres negras e não entender as diferentes realidades desses sujeitos, apesar da atuação fervorosa de mulheres negras e homens negros para a conquista desse direito das mulheres, a exemplo Sojourner Truth. Ao hierarquizar opressões os movimentos se limitam a determinadas pautas, quando deveria lutar por uma sociedade livre de quaisquer desigualdades sociais, o que carece é a transformação radical nas relações raciais e de gênero e classe, compreendendo as suas combinações.

Cardoso (2012) pontua que algumas mulheres negras brasileiras Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez tratavam a noção de interseccionalidade quase simultaneamente às mulheres estadunidenses, especificamente também na década de 1980, desde então, outras mulheres se destacam com o emprego do conceito, são elas as pesquisadoras e militantes Jurema Wernerk e Sueli Carneiro, entre outras.

A concepção foi engendrada a fim de apreender como o cruzamento de diferentes eixos de poder (gênero, raça, etnia, classe, idade, etc) se estabelecem produzindo desigualdades e discriminações a grupos desprivilegiados. A interseccionalização dos eixos de opressões está relacionada com a construção de pertencimentos identitários, visto que os sujeitos são constituídos por identidades múltiplas, e essas advêm de relações sociais, históricas e de sistemas de poder. O conceito de interseccionalidade foi apresentado a partir da analogia com um cruzamento no trânsito.

Façamos uma analogia com o trânsito em um cruzamento, indo e vindo em quatro direções. A discriminação, como o trânsito de um cruzamento, pode fluir numa direção ou noutra. Se um acontece um acidente em um cruzamento, este pode ter sido causado por carros vindos de direções diferentes e, às vezes, vindos de todas ao mesmo tempo. Da mesma forma, se uma mulher negra sobre violência por estar em uma interseção, seu sofrimento pode ter resultado da discriminação sexual ou racial... mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: às vezes as marcas de freadas e os ferimentos pode bem indicar que ocorreu tudo ao mesmo tempo, frustrando as tentativas de se determinar qual dos motoristas causou o dano. (CRENSHAW, 1989, p. 149)

A autora evidencia as intersecções de raça e gênero, tratando pontualmente sexualidade e classe, acreditando na atuação dessas categorias para estruturar vivências, principalmente das mulheres negras. (HITARA, 2014, p.62). A concepção de interseccionalidade surgiu e se desenvolveu na teoria feminista. Gênero, classe e raça são postos no conceito da jurista como estruturas de opressão e dominação, as quais agem na determinação das identidades, cujos efeitos estão relacionados com a subordinação social e o desempoderamento. A intersecção

trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Cardoso (2012) aborda aspectos acerca da interseccionalidade das feministas norte-americanas, são elas: Combahee River Collective (1988), Patricia Hill Collins (1990), Kimberlé Crenshaw (1991), Angela Davis (2005), Julie Press e Janice Dias (2006):

1) em que raça, gênero, classe e sexualidade, entre outras, são categorias socialmente definidas e cujos significados são historicamente contingentes; 2) a natureza multiplicativa da intersecção das opressões; 3) as formas de intersecção de dominação criam tanto a opressão quanto a oportunidade para aqueles que desfrutam do *status* normativo ou não marginalizado, como a branquitude, masculinidade, heterossexualidade ou o pertencer às elites econômicas; os privilégios advêm da ausência da experiência da opressão e dos benefícios diretos, materiais e sociais, decorrentes da classe, da raça e do gênero; 4) em função da transversalidade das hierarquias de poder, é provável que uma pessoa seja simultaneamente favorecida por identidades particulares e prejudicada por outras. (CARDOSO, 2012, p. 54)

A interseccionalidade na qualidade de categoria analítica possibilita identificar, a princípio, as múltiplas formas de subordinação, a articulação de diferentes dimensões identitárias, e, portanto, verificar as diferenças atribuídas aos sujeitos dentro dos grupos sociais em situações específicas. Tal qual a realidade brasileira, as feministas negras norte-americanas se mobilizaram para integrar a categoria raça aos estudos sobre gênero e a categoria gênero aos estudos da questão étnico-racial. A interseccionalidade foi

necessária para romper com algumas das insuficiências do feminismo hegemônico no que tange “a insistência inaceitável do feminismo branco na sua recusa a incluir com isonomia os diferentes feminismos das diferentes mulheres, as diferentes demandas, as diferentes teorias, as diferentes experiências e as diferentes estratégias e táticas de luta em seu corpo teórico e metodológico” (WERNECK, 2014, p. 326).

As insuficiências do feminismo manifestavam-se na luta pela importância dada ao patriarcado e ao sujeito universal mulher, explicitada como determinada forma de “ser mulher”, essa era a identificação das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e ocidental que protagonizava o movimento feminista de então, ou seja, aspectos específicos referentes às narrativas e vivências das mulheres negras em países onde o sistema escravista imperou eram negligenciados, tornado invisíveis ou de menor valor, o que colocava as mulheres negras numa situação desconfortável, tendo em vista que as silenciavam ao reproduzir formas de opressões dentro do grupo marginalizado (mulheres). E não se limitando as mulheres negras, a ideia de solidariedade do gênero aportada na ótica biológica, invisibiliza as mulheres em suas diversidades religiosas, étnicas, orientação sexual, etc. A intersecção permitiu o reconhecimento de múltiplas identidades a partir da perspectiva crítica das particularidades dos grupos sociais frente aos marcadores sociais, como o racismo, tal qual promoveu a inserção do pensamento das mulheres negras e não ocidentais no plano teórico do feminismo.

Quando foi cunhado originalmente, o conceito de interseccionalidade apresentava a interação de gênero e raça com outras categorias com o propósito de determinar as vivências das mulheres negras, Crenshaw (1989). Cabe destacar o contexto de invisibilidade das mulheres negras no processo de luta, as quais tinham suas particularidades negligenciadas e afastadas do campo de debate no movimento feminista e de enfrentamento ao racismo. Por destacar esses dois marcadores, críticas foram feitas a sinalização por Crenshaw ao par gênero-raça, é o resultado da marginalização histórica, científica e social e exhibe a refutar de esforços a categoria racial dentre os grupos subalternizados e os dominantes, enfrentando o poderio da branquitude.

Cardoso (2012) considerando os postulados de Zerai (2000) afirma que a interseccionalidade expõe que os eixos de poder se sustentam uns nos outros para a conservação do estado natural, isto é, as relações de dominador e dominado. Através da história, a interseccionalidade possibilita registrar vivências, estratégias, culturas, opiniões e a construção social das mulheres negras realçando as especificidades entre as/nós mulheres negras.

A internacionalização da concepção da interseccionalidade ressalta a desigualdade e as divergências dentro dos movimentos, sejam eles de mulheres, do feminismo, do enfrentamento ao racismo, da comunidade LGBTQI+, das lutas de classes, entre outras. Marcadores sociais como, raça/etnia, classe, sexualidade, religião “podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres” (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Antes de adentrarmos ao campo da interseccionalidade das mulheres quilombolas, é necessário entender os eixos de poder separadamente para de situarmos a importância da sua combinação.

Neste trabalho as mulheres são pensadas a partir do conceito de gênero, o qual é estruturado para explicar os aspectos específicos que a cultura impõe ao feminino e masculino, ponderando a construção social enquanto relação de poder entre elementos de sexo, descarta o determinismo biológico pautado na perspectiva naturalista, imutável no comportamento e universal que justificou as desigualdades mediante as diferenças físicas. O sexo se difere do gênero, uma vez que é conferido aos aspectos biológicos, gênero parte da construção social e histórica. O patriarcalismo fundamenta as relações de gênero. Esta mentalidade que tem origem na Grécia Antiga e tem como conteúdo um sistema social cuja hierarquia entre gênero impõe a superioridade masculina e mesmo com os avanços na sociedade, o patriarcado mantém o poder e a influência sobre as normas e instituições sociais. Historicamente construídas, as estruturas hierárquicas do patriarcado se fundamentam em uma gama de conhecimentos os quais legitimam o determinismo imposto com a função real de limitar a mulher, ou melhor, atribuir um papel inferiorizado para a mulher na sociedade.

Como marcador social de diferença, o olhar sob o gênero esclarece experiências sobre as mulheres quilombolas pesquisadas. Como as mulheres presentes na luta pela terra no Gurugi, no processo de divisão dos lotes de moradia e plantio, as mulheres autônomas e mães-solo foram coagidas a assumir apenas os lotes de moradia.

Muita gente mim fazia medo porque eu era mãe solteira, tinha um filho pequeno, e não ia dar conta para pagar o terreno. Me fazia muito medo, então o medo me fez eu perder tudo isso aí. Aí eu resolvi ficar com o terreno da casa, porque antes eu tinha sofrido muito na casa dos outros com filho. Tinha medo de passar isso de novo então invés de ficar com dois e no final não ter nada nada, resolvi só ficar com um por medo. (Depoimento concedida por Dona Maria da Penha – Comunidade Quilombola do Gurugi)

Não é atual a gratuidade do trabalho da mulher tido como ajuda no meio rural, suspeitamos que esse seria o motivo real da violência sofrida, além da limitação imposta a mulher pela sua condição de mãe. O não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural expressa que o sujeito em questão não gera valor econômico e social. O trabalho da mulher é compreendido como adicional às atividades domésticas, o que é legitimado pela sociedade patriarcal. Conforme Pacheco (2009), “no Brasil quase 15 milhões de mulheres do campo estão privadas do acesso à cidadania por não terem reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais. Embora representem 47,8% da população residente no meio rural, somente 16% são titulares das terras onde moram”. Fundamentado na não-identificação da mulher como produtora rural, o acesso às políticas públicas se limita, muitas vezes, para o homem, mesmo que o trabalho da mulher seja de suma importância para a reprodução camponesa.

Conforme Munanga (2003), o conceito de raça não surgiu por acaso. Emerge no século XV com as descobertas dos navegantes e seu contato com povos “diferentes”. A historiografia aponta que a emergência do conceito de raça no âmbito das ciências naturais, foi empregado na Zoologia e na Botânica para qualificar as espécies de fauna e flora. No que se refere às relações nas Ciências Humanas, o conceito foi empregado no sentido moderno da palavra em 1684 pelo francês François Bernier para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. (MUNANGA, 2003, p.1). Nos Tempos das Trevas, o qual a igreja era detentora do conhecimento, os teólogos concordavam a existência de humanidade nos ditos “diferentes”, visto que possuíam traços e vestígios que comprovavam, todavia fazia-se necessário a convenção ao cristianismo para a conquista da humanidade plena. A ideia da igreja impulsionou e justificou a colonização de povos orientais, além de outros eventos catastróficos e vergonhosos em outros momentos históricos com o fortalecimento e desenvolvimentos de outras teorias.

No século XVIII, conhecido também como no “século das luzes” marcado pela racionalidade, os filósofos questionam o monopólio do conhecimento detido pela igreja. Neste período, as explicações científicas contraíam maior proeminência na análise dos fenômenos naturais e sociais e através do questionamento dos europeus acerca da humanidade dos não europeus a cor da pele passa a ser o critério para a classificação dos seres humanos em raças, sendo estes divididos em: brancos, negros e amarelos. No século XIX, outros critérios de caráter morfológicos passam a ser incorporados a essa

classificação, a exemplo do formato do crânio e das feições faciais, estatura, formato dos lábios, queixo e etc. Os “homens de ciencia” nas instituições brasileiras são fortemente influenciados pelo pensamento científico europeu, e neste contexto pelas doutrinas racistas importadas que inferiorizavam a população negra e indígenas. Sobre a entrada dos teorias e conceitos no Brasil, Schwarcz (1993) afirma

A entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívocas e mesmo coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizados de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências teóricas distintas. (Schwarcz, 1993, p.43)

No Brasil, as teorias raciais foram adaptadas à realidade brasileira, em virtude da multirracialidade do país, o qual estava no processo de construção do projeto de nação e apresentava o fator miscigenação. Neste sentido, as teorias raciais europeias auxiliaram na construção do imaginário construído a partir dos viajantes e naturalistas, e a legitimação dos interesses da elite. Com os avanços da ciência, principalmente no campo da genética, o conceito de raça mostrou-se inoperante para explicar a diversidade humana. Mesmo assim, a historiografia constata a ocorrência de pesquisa comparativas com os patrimônios genéticos dos indivíduos pertencentes a mesma raça, por meio das quais verificou-se a existência de raças e sub-raças que se cruzam, mas também se hierarquizam. Atualmente, o conceito de raça é tratado nas Ciências Sociais como construção social, cultural e política produzidas no transcurso histórico pelas relações sociais, e, portanto, relações de poder. Ratts (2003) dialoga com Guimarães (1999) concernente a desnaturalização do conceito de raça enquanto concepção unicamente usada para classificação social, fundamentada na ação negativa diante de determinados grupos sociais e apoiada pela ideia particular de natureza. A conotação política atribuída ao conceito de raça pelo movimento negro serve para evidenciar a influência de características física na determinação do lugar social dos sujeitos na sociedade, ou seja, a estrutura complexa de hierarquização social que emprega características fenóticas como eixos de poder, e, portanto, desigualdade do grupo. À medida que possibilita a valorização das características que diferenciam os grupos sociais, o conceito rompe com as teorias raciais persistente no imaginário social.

Como marcador social de diferença e desigualdade, a raça explicaria o fato das trajetórias e narrativas da população negra serem vistas como iguais. Mesmo sendo



sujeitos de múltiplas identidades, de diferentes vivências, a sociedade tende a não nos diferenciar enquanto sujeitos e portadores de experiências diversas. Às vezes, essa história não é construída pelos próprios sujeitos, são escritas de uma história única. Carneiro (2018)<sup>14</sup> afirma “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade”.

A maioria das pessoas que conhecem o Gurugi conhecem como **lugar dos macacos**, dos negros, não é Gurugi como lugar de pessoas e sim como lugar de animais eu vou pra comunidade dos macacos, vou passar na comunidade dos negros, dos macacos do Gurugi” a gente sempre sofreu esse preconceito, que as pessoas que moram fora tem medo contado por pessoas preconceituosas que aqui só mora macaco na visão deles lá né! (Depoimento concedido por Isabel Souza – Comunidade Quilombola do Gurugi) grifos nossos

A associação dos negros aos macacos justificou a escravidão. A teoria da seleção natural de Darwin (1859) mostrou que todas as raças humanas descendiam do mesmo grupo e os ancestrais mais próximos dos seres humanos foram os grandes macacos. Com a hierarquização civilizatória, focava-se as semelhanças e diferenças raciais, os africanos estavam muito mais próximos em termos evolutivos dos grandes macacos do que estavam, os europeus. Essa vinculação parte da negação da humanidade do sujeito negro, porquanto mesmo com características dos humanos, os macacos são animais irracionais, sem capacidade intelectual e sem alma. Assim, os negros eram mercadorias, objetos, coisas<sup>15</sup>, mas nunca humanos.

Como marcador social, a geracionalidade é posta enquanto decisiva nas comunidades quilombolas. Os troncos mais velhos<sup>16</sup> – que nas comunidades estudadas são em maioria mulheres – são respeitadas e valorizadas por serem transmissoras da histórias e culturas das comunidades. São sujeitos que participavam/participam da luta pela terra e

<sup>14</sup>Disponível em <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/> - acessado em 15 de maio de 2018

<sup>15</sup>“As condições desfavoráveis da vida em cativeiro teriam retirado dos escravos da capacidade de pensar o seu modo de vida fora do modelo de organização político-social, econômica, jurídica e ideológica instituída pela vontade do senhor de escravo, ocorrendo assim, uma “coisificação social”, no sentido de que a violência exercida pelo sistema escravista chegava a fazer com que os negros concebessem a si mesmos como não-homens, como criaturas inferiores, como “coisas”, daí a denominação “teoria do escravo-coisa”. cf: Vítor Nazareno da Mata Martins ; CORDOVIL, Danilson Jorge Coelho ; Dawdson Soares Cangussu ; Maurício Sousa Silva . A coisificação do Escravo. Recanto das Letras, 2006 acessado em 14 de maio de 2018

<sup>16</sup>“Os troncos mais velhos são os chefes de famílias mais velhos no caso como comunidade negra pela ligação com a África os troncos era muito mais velho as mulheres do que os homens quem domina a economia sempre é a mulher o povo fala muito em Tia Quili que foi escravizada, Tia Zó, chamava sempre tia porque todo mundo aqui era tia, parente. (Depoimento concedido por José Ricardo do Nascimento - Líder comunitário).

pelo reconhecimento enquanto quilombolas. A geracionalidade permite vislumbrar o conflito de posicionamentos do interior das comunidades, tanto no Ipiranga como no Gurugi, o processo de luta pela terra afeta diretamente nas posturas dos quilombolas.

No Ipiranga, as terras eram de herdeiros, por isso eram ditas como coletivas, por ocasião do pleito pelo projeto de moradia do Governo Federal, este apresentava como critério a documentação do lote individual, houve a fragmentação de terras dentro da comunidade. No Ipiranga, os mais novos anseiam pela titulação quilombola, visto que não possuem terras para moradia ou plantio e vivem com seu núcleo familiar dentro da casa dos pais, além da possibilidade de conquista de todo o território ocupado tradicionalmente pelos seus antepassados. Os mais velhos persistem na posição de deixar a terra como estar por medo da reincidência de conflitos na luta pela terra e por não apreciarem a ideia de uma propriedade coletiva. Cientes que o atual território do Ipiranga é constituído por diversos sujeitos munidos de poder, como granjeiros, fazendeiros. No Gurugi, houve a titulação do assentamento, mas tal como Ipiranga, a comunidade cresceu e as terras não atendem as demandas das famílias.

Uma das experiências de trabalho das mulheres mais corriqueiras dentro das comunidades quilombolas pesquisadas tange a profissão de empregada doméstica, a qual deve ser entendida pela intersecção de marcadores sociais. O trabalho doméstico é um dos legados do período escravista. Ao analisar a exclusão capitalista articuladas ao sexismo e racismo, Davis (2016, p.98) afirma que o serviço doméstico “trazia o familiar selo da escravidão” e sobre o sistema escravista evoca a designação de “instituição doméstica” enquanto expressão refletora do caráter desse modo de produção. A mulher negra era tida como propriedade/mercadoria, da mesma forma que os homens, elas eram vistas como unidade de trabalho lucrativa, para os proprietários de escravizados “elas poderiam ser desprovidas de gênero”, ainda na função de escravizadas reprodutoras, podendo dar lucro antes de produzir o trabalho, elas eram reconhecidas como instrumentos ampliador da força de trabalho. “Nas palavras de um acadêmico, a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (DAVIS, 2016, p.17).

Apesar das críticas extremamente adequadas a obra Casa-Grande e Senzala, a utilizaremos com o propósito de apresentar elementos da relação escravizados-proprietário no espaço doméstico relevantes para considerarmos as relações atuais de trabalho no contexto em questão. A priori, é necessário pontuar que não era qualquer cativo que adentrava no dia-a-dia da Casa-Grande, a escolha se fundamentava nas

características morais e físicas. Os escravizados servis poderiam ser considerados como pessoas de casa ou da família, essa proximidade decorre do convívio com os habitantes da casa-grande, todavia essa afetividade não extingue a dominação e crueldade vivenciadas pelos escravizados domésticos, notadamente no que diz respeito aos ciúmes das sinhás mais velhas, os mesmos motivos que poderiam levar as escravizadas serem conduzidas para casa-grande, poderiam ser os mesmo que as arrastavam a sofrer com as perversidades da escravidão (FREYRE, 2002). Essa relação ocorre atualmente, geralmente é na reivindicação dos direitos profissionais das trabalhadoras domésticas que as bases de afetividade são abaladas.

Na obra *A Integração dos Negros na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes (1965) investigou a situação social da população negra durante a constituição do sistema capitalista no Brasil, influenciada pelo liberalismo econômico europeu, o qual produziu novos modelos de relações sociais, adotando como escala espacial o estado de São Paulo no século XX. A população negra estava “abandonados à própria sorte”. Com a oficialização da abolição e a difícil adequabilidade ao padrão do sistema capitalista consistiu no resultado das trajetórias humilhantes no passado escravista, marcada pela submissão e vulnerabilidade que perdurou com o fim da escravidão. As novas relações sociais se organizaram com as antigas com intuito de garantir interesses da classe dominante e sustentar seus privilégios. A história da constituição do trabalho livre no Brasil se estabelece pela elite agrária exercendo o poder socioeconômico advindo do trabalho compulsório dos(as) negros(as), o contingente populacional dos libertos tentando entender a importância para sua sobrevivência de se inserir ou ser inserido nesta nova lógica e a chegada de imigrante europeus para fins de branqueamento e mão de obra.

No final do século XIX, a integração socioeconômica dos negros sucedeu pelos trabalhos subalternos, isto é, a inserção da mão-de-obra liberto ao mundo do trabalho ocorreu pelo trabalho doméstico das mulheres negras. Neste sentido, as mulheres escravizadas passaram a ser empregadas domésticas. A divisão sexual do trabalho configurou mediante a hierarquização a participação das mulheres escravizadas neste novo lugar que pouco se diferenciava do anterior.

A recorrência nas narrativas negras de empregadas domésticas no período da escravidão até os dias atuais se configura na inserção no mercado de trabalho como a única profissão para essas mulheres, não é por acaso que elas passaram a ser provedoras para família e homens negros (FERNANDES, 1965). No contexto estadunidense elucidado por Davis (2016, p.102) condiz com a realidade brasileira, haja vista que “se as

mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações”.

A interseccionalidade é acionada para compreender que o marcador gênero define a vinculação dessa atividade com as mulheres, na organização e cuidado com a casa e, principalmente da família, contudo o fato de não se destinar a qualquer mulher é delimitado pela raça no que tange o histórico de servidão compulsória e classe para observarmos o acesso às oportunidades. A predominância das mulheres negras no trabalho doméstico é produto das entranhas históricas do país, as quais definiram os lugares a serem ocupados pela população negra.

A territorialidade se articula com outros marcadores sociais na realidade das mães quilombolas, essas eram recorridas por pessoas externas ao grupo com intuito de criar as meninas visando também a instrução educacional nos centros urbanos. Como espaços marginalizados, a leitura dos “de fora” são repletos de estigmas e imaginários que tentam justificar as suas posições. Neste sentido, a territorialidade concerne às atividades humanas com finalidade do sujeito ou grupo social em comandar, influenciar e incidir nas relações, sujeitos e objetos num determinado local. “Pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais” (DEMATTEIS, 1999), ou seja, é dinâmica e relacional, se altera na escala espacial e temporal, segundo as qualidades da sociedade instaurada (SAQUET, 2006).

Relatos de sofrimentos passados pelas mulheres quilombolas em “casas de família” são comuns. A tristeza de não poderem se dedicar às necessidades dos seus filhos visto a necessidade do trabalho em cuidar de filhos de outras mulheres evoca um passado singular com as suas ancestrais. “Minha mãe me deu eu tinha sete ano e voltei pra casa, morava em João Pessoa, não aprendi ler nem escrever, mas eu uma pessoa muito bem informada”<sup>17</sup>! Na tentativa de um futuro melhor para a crianças, as mães atribuem as responsabilidades de criação para os externos a comunidade, estes, geralmente, são conhecidos, vivem na área urbana e possuem poder aquisitivo maior.

Assim como no passado colonial, as relações entre patrões e empregados são assinaladas por diversos sentimentos, do carinho e respeito a desconfiança e “ruindade”. Sobre essa relação:

é difícil é difícil então é assim tinha época e era boa mais tinha época  
que era difícil muito difícil pessoa leva muita fica sei lá não se

---

<sup>17</sup>(Depoimento concedido por Acotirene Up - Comunidade Quilombola de Gurugi)

preocupe leva muito coração mesmo que como eu tinha filho criava a minha filha comigo e não tinha com quem deixar tinha que levar mesmo eu fazendo sabia que estava tudo certo mas as patroas Dinha mandava fazer aquele serviço de novo era muito xiingada era muito xingada muito xingada(Depoimento concedido por Dona Penha – Comunidade Quilombola do Gurugi)

A insuficiente legislação nacional sobre o trabalho analisa as categorias identidades e marcadores sociais, todavia as suas falhas e ausências são também responsáveis pelo controle e exploração das trabalhadoras. As trabalhadoras domésticas negras têm escolaridade menor e ganham menos em relação às trabalhadoras brancas. No transcurso histórico, o trabalho exercido pelas domésticas é visto como segmento mais inferiorizado no grande mercado de trabalho, a julgar pela admissão de trabalhadores informais, salários muito baixos, sem carteira de trabalho assinada, horas excessivamente longas, não possuem um dia de descanso semanal garantido e, às vezes, são vulneráveis a abusos físicos, mentais e sexuais ou a restrições à liberdade de movimento entre outros fatores.

#### **4. Era resistência mesmo: empoderamento e inserção das mulheres em organizações coletivas**

Inseridas no modo de produção capitalista, as mulheres negras reivindicam direitos sociais, geralmente, direitos necessários à sobrevivência, lutam pela reparação, cuja a problemática advém do sistema capitalista, do jeito que ele se construiu na sociedade. As hierarquizações constituintes do processo de formação do território revela a subalternização de gênero segundo raça, à vista disso: em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra (CARNEIRO, 2003) (RATTS, 20003).

As mulheres quilombolas, identificadas racialmente como mulheres negras pela auto atribuição, compõem um dos grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira, cuja existência vincula-se ao acesso à terra, fundamento de sobrevivência e da identidade étnica, por isso, busca a proteção do domínio do território como patrimônio simbólico e material. A luta por melhores condições de existência sempre foi permanente para as mulheres negras, desde o período escravista na diáspora até os dias atuais, elas buscavam variadas formas de organização que poderiam não se enquadrar nos parâmetros formais.

Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombos são representadas por associações legalmente constituídas, conforme estabelecido pelo Decreto 4.887. É a necessidade de organização de espaços coletivos que marca o surgimento da Associação da Comunidade Negra do Ipiranga (ACNI), fundada em 2006, emergente no contexto de luta das negras/os pela apropriação do território tradicional através da auto atribuição como quilombola, por intermédio da Fundação Cultural Palmares. A trajetória de negação de direitos enquanto cidadãos caracteriza a formação dessa organização, para além de um espaço de socialização e debates, se apresenta como instrumento de reivindicação de serviços básicos para a comunidade, muitos ainda hoje não foram atendidos, seja eles responsabilidades da instância municipal, estadual, federal ou a ação junta destes. Atualmente, atendendo atualmente mais de 150 associados, a associação é regida desde a sua formação pelas mulheres quilombolas.

Oliveira (2010) afirma que as associações têm como finalidade apoiar os associados nas questões econômicas, técnicas, culturais e políticas. No contexto do rural, essa forma de organização é analisada como uma tática que atua para os sujeitos rurais lutarem por seus direitos socioeconômicos, possibilitando a luta contra o capital financeiro de maneira organizada, além disso proporciona a luta pela entrada e

permanência na terra, pela participação como cidadãos e pelo bem-viver. É neste contexto de luta, que as mulheres estão presentes.

As associações emergem na história buscando a melhoria na qualidade de vida, posto que o trabalho coletivo e as vivências oportunizam o crescimento e o desenvolvimento para o espaço ocupado. Os princípios do associativismo são empregados nas associações, ao passo que se refere a ideia de que coletivamente se pode encontrar soluções viáveis para as dificuldades que a vida em sociedade impõe. Neste contexto de coletividade surge a Associação Comunitária dos Parceleiros Rurais do Gurugi (ACPRG), fundada em 1983 resultando do processo de luta pela terra, atualmente contém 80 sócios cadastrados.

A predominância das mulheres lideranças na Comunidade Ipiranga e a participação na associação do Gurugi se associa a construção desses quilombos, como também a divisão sexual do trabalho. As mulheres estiveram na frente da luta pelos direitos territoriais e básicos à sobrevivência, ao tempo que os homens estavam trabalhando na agricultura. Isso não deve supor que as mulheres não estavam no campo, mas que para elas estavam reservadas jornadas dupla ou tripla, nas quais eram mães, donas de casa e camponesas, sendo estes trabalhos não reconhecidos como tais.

As mulheres lideranças da associação são responsáveis por construir a base política organizacional, e evocar a consciência de política dos habitantes como quilombola, principalmente enquanto territórios diferenciados no que tange a comunidade do Gurugi, dado que apesar de unidos geograficamente e pela atribuição étnica, a população da Comunidade de Ipiranga se designava enquanto povo pertencente do Gurugi.

Antes do surgimento da Comunidade Quilombola de Ipiranga, as pessoas da comunidade eram consideradas como comunidade do Gurugi. Depois observaram que havia uma história por trás, uma história própria, um território próprio e diferenciado. Cada pessoa tinha sua pose de terra, a comunidade quilombo do Ipiranga tinha suas terras com os títulos de pose, já a comunidade do Gurugi era considerado assentamento. Então com o tempo as pessoas começaram a se definir como IPIRANGA! Por isso houve a necessidade de formar a associação em 2004. (Depoimento de Ana Rodrigues – Comunidade Quilombola de Ipiranga)

Os objetivos são lutar pelos direitos da comunidade, fortalecer o movimento quilombola, ter o verdadeiro reconhecimento que o povo quilombola merece perante a sociedade. (Depoimento de Joselma Rodrigues – Comunidade Quilombola de Ipiranga)

Leite (1999) explica a dificuldade da identificação quilombola vinculada aos estereótipos e estigmas construídos socialmente no país, bem como a dificuldade de compreender a história do território além dos limites do próprio grupo a fim de apreender as inter-relações entre esses, e acrescenta que esse processo deve se estabelecer concomitante com a construção da cidadania negada outrora.

O empoderamento diz respeito ao acesso ao poder de sujeitos que são desprovidos de poder como, mulheres, negros, homossexuais enquanto grupos. O processo compreende a construção de autonomia e do autocontrole sobre a vida, sendo um meio para o desenvolvimento e democracia. Se relaciona com a capacidade de proteção de especificidades de determinados grupos sociais, na luta pela garantia de direitos e espaços deliberativos. Como explicita a autora, empoderamento consiste no

processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para nós latino americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com a guerra, etc. Mas para nós o objetivo maior do empoderamento é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SANDENBERG, 2006, p. 2)

De acordo com Sardenberg (2009), o empoderamento surge a “praxis para a teoria”. A autora reconhece o uso diversificado da palavra compreendendo que a concepção emerge de novas experiências do processo. O empoderamento se posiciona na democratização de poder, a ampliação de poder e gestão sobre problemáticas que marcam a vida. Conforme Stromquist (2002, *apud* SANDENBERG, 2006), o empoderamento abrange quatro dimensões: a dimensão cognitiva refere-se à percepção da autoestima; a dimensão política diz respeito ao saber acerca das desigualdades; a dimensão econômica que consiste na habilidade de gerar renda, e a dimensão social.

O processo de empoderamento requer uma desconstrução acerca da ideologia dominantes e das nuances por ela imposta e a partir desse processo contínuo de desconstrução pode-se transformar as estruturas e esferas que preservam a opressão e as desigualdades sociais e, por fim, construir ações que possibilitem os grupos, com diversos marcadores de diferenças, o acesso aos meios para uma vida digna. A ideia do ser negro/quilombola encontra seu contraponto como o que se segue: “é ter uma história, uma



história negra no **sentido bonito** de vivência, de costumes, de cultura, de raízes, danças, comidas, penteados<sup>18</sup>” (Grifos nossos). É negada a importância da população negra na construção da sociedade brasileira, quando emerge na historiografia se resume ao período da escravidão vinculado também a estigmas socialmente construídos, por isso o “sentido bonito” é uma oposição ao apagamento histórico e marginalização do povo negro. Historicamente, as minorias sofrem com o processo de produção social que determina o lugar e a função desses sujeitos na sociedade. Aos negros, pobres, indígenas, mulheres, entre outros grupos sociais são impostas representações convenientes para fixar as identidades subversivas. O estigma<sup>19</sup> é uma construção social fundamentada em aspectos oriundos de julgamentos decorrente de segregação, a qual inferioriza um sujeito e aprecia o seu oposto.

O empoderamento cognitivo/psicológico compreende o sentimento de autoestima, a visão da capacidade individual, demonstrado na autoconfiança. O processo de crescimento da autoconfiança enquanto expressão surge da mudança na avaliação subjetiva do indivíduo no tocante às suas habilidades, entendimento da realidade, da sua inserção em espaços deliberativos e de qualificação, e desenvolvimento na capacidade de trabalho. As mulheres quilombolas estão cada vez mais reforçando a ideia de beleza natural negra mediante a valorização da estética negra, com uso de turbantes e torços, cabelo crespos e cacheados e corpos que não seguem o padrão de beleza midiático europeu concernente a mulher branca, alta e magra e de cabelo liso. O processo educacional auxilia na inserção de negras jovens no lugar de exercício político das lideranças. Na situação de quilombo-assentamento, por isso atendido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Gurugi conta com a realização da inserção da educanda(o) no seu espaço comunitário e no movimento no qual atua. É o caso de Isabel Rodrigues que assumiu a associação do Gurugi num período de desmobilização engendrado pelo aspecto geracional.

na época eu tinha só apenas 20 anos de idade, a gente começou a estudar junto com o CPT que é a comissão pastoral da terra pelo programa nacional, e aí quando eu comecei a estudar o estudo pedia que eu fizesse um tempo comunidade. A partir desse tempo comunidade que Nego, Giselda e outros meninos **viram a capacidade que eu tinha de assumir uma liderança dentro da comunidade**. O objetivo da associação naquele momento era reerguer ela, porque já tava se perdendo pelo

---

<sup>18</sup> Depoimento de Ana Rodrigues - Comunidade Quilombola de Ipiranga

<sup>19</sup> Cf. GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

caminho e não tinha quem assumisse na época. E aí se precisava de **uma liderança que realmente colocasse pulso firme e colocasse isso em diante**, na época era como se a gente tivesse reerguendo o que os nossos pais deixaram. (Depoimento concedido por Isabel Souza – Comunidade Quilombola do Gurugi) Grifos nossos

Foi por intermédio da associação que jovens negras tiveram a oportunidade de demonstrar sua capacidade de trabalho e de organização, sua forma de condução frente às dificuldades e, principalmente a necessidade de estarem organizados. O empoderamento psicológico pode ser verificado nos relatos das mulheres negras de Ipiranga e Gurugi no que tange a um dos principais elementos responsáveis pela inserção no exercício de liderança comunitária:

O poder da fala, que eu sempre gostei de falar muito e nessa fala eu expressava o que eu sentia em relação a comunidade, o interesse pela comunidade mesmo. (Depoimento concedido por Isabel Souza - Comunidade Quilombola do Gurugi)

Eu nunca tive medo de falar porque o tempo que eu cheguei a conviver com a questão da terra eu já tinha convivido muito pelas casas de gente rica! Não aprendi ler nem escrever mas eu era uma pessoa muito bem informada,entendeu?! As pessoas me explicava como devia falar as palavras certas e as palavras erradas (Depoimento de Acotirene Up-Comunidade Quilombola do Gurugi)

Os relatos concernem a importância da fala não somente no seio da comunidade, mas também externo a ela. É através das experiências coletivas que paulatinamente as mulheres ultrapassam limites pessoais como a vergonha e timidez, ao se entenderem como sujeitos sociais capazes de sugerir, criticar e solicitar. A linguagem aporta ideologia e elementos simbólicos como sistema de dominação. Foucault (2009) analisa a consolidação das relações de poder pelo discurso, o qual expressa causas, lutas e os controles, por consequência é preservado por grupos em diversos âmbitos. À vista disso, os moradores preocupados não só com as normas oficiais da língua portuguesa, mas também com a ideia do que se quer passar e como se deve esta coisa adotam posturas e desistem de oportunidades. No contexto de divisão dos lotes de acordo com as famílias, Acotirene Up se refere a comunidade, e principalmente as mulheres “nós que nesse tempo era tão despreocupado que quase todos era leigos, não conhecia leis e nem sabia muito se expressar, sempre tinha uns que andava sem medo, mas sempre tinha uns que era muito medroso, muito mesmo”

A dimensão psicológica é afetada pelas atividades nos espaços políticos e sociais, como também depende do próprio sujeito na propriedade da subjetividade. Para a população negra, a fala pode representar dois entraves distintos, mas que se relacionam, é o silenciamento e a falta de educação formal. O silenciamento pode até ser confundido com a timidez e, por isso ser naturalizado, contudo possui relação intrínseca com o racismo, ao passo que o sujeito se sente menos qualificado para assumir determinado cargo, apesar de estar no mesmo grau de habilidade, técnica e inteligência de quem exerce<sup>20</sup>. Diferente do silenciamento que atinge sujeitos em qualquer idade, a falta de educação formal atinge mais pessoas mais velhas que não tiveram acesso às escolas. Em outro momento histórico, no período pós-escravidão, o segundo depoimento “casas de gente rica” se referiria racialmente as propriedades das pessoas brancas. O caso representaria o negro da casa-grande, o sujeito negro que ascendesse da posição de miséria e ignorância se comportava como branco.

O empoderamento social concerne também o direito ao conhecimento e informação, tanto nos âmbitos educacionais, quanto no acesso a habilidades laborais. A dimensão econômica trata da possibilidade da geração de renda autônoma, essa remete a independência financeira com o homem, a possibilidade de sustentação da família, a inserção nos espaços públicos e o reconhecimento da capacidade da mulher. Observa-se a associação como uma estratégia de atuação para os sujeitos rurais lutarem por seus direitos socioeconômicos, possibilitando a luta contra o capital financeiro de maneira organizada, além disso proporciona a luta pela entrada e permanência na terra, pela participação como cidadãos e pelo bem-viver. E neste contexto de luta, as mulheres estão presentes, estabelecendo laços com a associação e preservando fazeres ancestrais e os aproveitando com as oportunidades geradas, entre elas a geração de renda.

As lideranças femininas através da associação estabelecem alianças com instituições governamentais e não governamentais na pretensão de oferecer cursos de qualificação que gerem renda. Fica evidente o desejo das mulheres de construir um espaço próprio quando as relações de poder as marginalizam, e é na coletividade que as mulheres se apoiam para traçar estratégias de rompimento. Existem problemas quanto a continuidade das atividades, aspectos concernentes ao funcionamento sem o auxílio gestor, produtor e financiador externo não é programada, à vista disso mesmo sendo

---

<sup>20</sup> Cf: <http://academiacoachingintegrativo.com/wp-content/uploads/2016/09/Sindrome-do-Impositor.pdf>  
acesso em 19 de maio de 2018

qualificadas, as mulheres não conseguem impulsionar a produção. Sobre a realidade da comunidade de Ipiranga:

A gente já trouxe aqui biojóia, a gente já trouxe fabricação de instrumentos de alfaia, a gente teve já artesanato de forma geral, curso de cerâmica só que ninguém quis levar a frente, foi a mesma época que as mães dos barros fizeram, elas seguiram a frente e as mulheres daqui não, pararam. E agora a gente tá pra receber também uma cozinha regional, trabalhar com o que a gente já tem e a gente só sabe fazer o trivial. A gente tá esperando ansiosa, é uma parceria da universidade com a gente. (Depoimento concedido por Ana Rodrigues – Comunidade de Ipiranga)

A frustração na continuidade dos projetos é uns motivos relacionados a não integração aos novos projetos. Na comunidade de Gurugi, Mães do Barro designa o grupo de mulheres artesãs no ano de 2011 surgido da iniciativa da comunidade e aperfeiçoado com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cujo objetivo centra na geração de renda a qualquer período do ano. Os artefatos são produzidos de barro, cerâmica e cipó, além dessa produção ocorria a criação de potes, utensílios domésticos, tigela, entre outros. A fabricação ocorria na casa de farinha do Gurugi, hoje desativada para a fabricação de farinha e artefatos feitos de barros, em virtude da propriedade não pertencer a comunidade, mas cedida verbalmente pelo dono, o qual exigiu o espaço para uso. Assim, as mulheres dão continuidade ao trabalho em suas casas, enfrentando inúmeros entraves.

No âmbito econômico, os programas sociais favoreceram a entrada das mulheres nos espaços políticos, tal como lhes confere autonomia financeira. Como foco prioritário da Bolsa Família<sup>21</sup>, as mulheres atingidas pela falta de segurança financeira, maiormente negras, passam do papel de mãe para assumir socialmente de diligente, conquistam a autoestima, autonomia e empoderamento frente às condicionalidades, uma vez que podem determinar sobre aspectos que lhe concernem e destinam para a melhoria de vida. As mulheres das comunidades enfatizam a sua importância no âmbito familiar e, especialmente nos consumos de roupas para crianças, materiais escolar e artefatos domésticos, o que leva a reflexão sobre a naturalização da maternidade e a divisão sexual do trabalho doméstico. Embora as dificuldades para conquista do programa, seja explícito no papel de combate à pobreza e no reconhecimento da mulher nas relações, isto é, no

---

<sup>21</sup> Para compreender o papel do bolsa família nas comunidades quilombolas consultar: FERREIRA, Valdeci da Silva O impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres de Santiago do Iguape: Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira – BA, 2012.

destaque social frente às condições financeiras. Cabe ressaltar as famílias de Gurugi e Ipiranga não seguem o parâmetro de família nuclear, as casas são habitadas por diversas famílias e sujeitos de mesmo parentesco, haja vista que os casamentos propiciaram a dinâmica da configuração territorial da comunidade, mas tendo o espaço limitado, as famílias passam a morar nas casas dos pais ou se fragmentam habitando espaços diferentes.

É bastante presente os relatos da necessidade das mulheres em adquirir renda. As mulheres quilombolas possuem conhecimentos técnicos organizacionais e culturais de criação e desenvolvimento de elementos decorativos, comestíveis e da agricultura, todavia sofrem o desestímulo para exercer o trabalho, falta de terras, créditos, materiais, novas tecnologias para o aprimoramento e locais de comercialização, exceto em eventos das próprias comunidades. A jornada dupla/tripla de trabalho não considerado, por vezes impossibilita a participação das mulheres no exercício do trabalho profissional remunerado.

Elas precisam de mais autonomia, poucas tem. Eles sabem fazer, faz bonito o que fazem em relação a cultura, mas não tem uma certa autonomia. Eu acredito que é curso mesmo de conscientização, do querer da mulher, do desejar da mulher o que ela mesmo quer para si e quer para dentro da comunidade. Tem algumas que hoje em dia que entre aspas, dança um coco de roda mostrando a cultura daqui do lugar, outras que fazem argila, mas é muito pouco em relação a quantidade de mulheres que tem aqui na comunidade. Tem a nossa juventude mulher que está despreparada, a mídia social hoje em dia tomou muito tempo e ta tomando muito tempo dessas mulheres, não tão se percebendo quando mulher pra o futuro do que de fato elas querem, a maioria é "vou casar ter filhos." E aí? Parou aí a sua vida? Acabou aí? Outras não, quero avançar estudar, qual a estrutura que se tem para isso? Nenhuma, né!? Não tem nenhuma estrutura em relação a isso, pra chegar e estudar e enfrentar um Enem da vida, enfrentar um Enem de fato, e" estudei numa escola pública e hoje eu tenho embasamento pra fazer um Enem, tenho um cursinho gratuito pra se fazer um Enem " não tem, não tem um incentivo. (Depoimento de Isabel Souza – Comunidade quilombola do Gurugi)

As mulheres precisam de um incentivo para se qualificar, algum projeto de desenvolvimento no mercado de trabalho, algo que estimule as mulheres da comunidade para que elas tenham uma renda extra. (Depoimento de Joselma Rodrigues – Comunidade Quilombola de Ipiranga)

Os relatos precedentes explanam episódios no espaço rural, nos quais o Governo Federal mediante a atuação dos movimentos sociais do campo tem implementado e ampliado políticas públicas para as mulheres visando o desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais, conquanto as comunidades não conseguem ser contempladas nessas políticas por entraves municipais e estaduais, além do golpe político-jurídico-midiático<sup>22</sup> de 2016. Embora a consciência acerca do ser negra, quilombola e pobre numa sociedade racista e classista, em maior parte as mulheres quilombolas caminham para analisar criticamente como as relações de gênero incidem no quilombo. As mulheres-chefes de família avançaram neste entendimento, contudo a visão do homem como provedor permanecem na comunidade. O que pode ser justificado com a construção ideológica do não trabalho em ser mãe, dona de casa e agricultora, apesar disso é o envolvimento direto com as necessidades da família que ocasiona em partes participação significativa das mulheres na luta pela terra esta intrinsecamente associada.

O sexismo age sobre as mulheres e homens desde a infância, legitimando comportamento e construindo valores essenciais e intrínseco aos gêneros, entre os papéis está a mulher para o casamento e a maternidade, reforçados nos discursos sociais dos instrumentos políticos e de poder. Romper com a ideia de rainha do lar, do sacrifício em função da família é um desafio e processo atual, inicia-se com o reconhecimento das funções tradicionais reservadas à mulher, principalmente da mulher negra recaindo os estigmas de mulata gostosa, mãe preta de bom coração e doméstica escrava.

O empoderamento político diz respeito ao processo de democratização do poder entre grupos marginalizados e na própria coletividade, da possibilidade de escolhas e de posicionamentos. A inserção na luta pela regularização quilombola exemplifica a dimensão política, a julgar pela dependência do posicionamento coletivo dos habitantes nessa decisão. Neste sentido, a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT - 2004) no artigo 1º ao legislar sobre povos tribais apresenta como critério essencial para a proteção da comunidade “ a consciência de sua identidade”, ou seja, os próprios habitantes devem se dispor quanto a sua definição tradicional. E, principalmente, a Fundação Cultural Palmares ao modificar os procedimentos para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos, preconiza

---

<sup>22</sup> Cf: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/08/analise-or-do-golpe-politico-juridico-midiatico-a-ditadura-escancarada/> acesso em 21 de maio de 2018.

I – A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, **aprovada pela maioria de seus moradores**, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II – A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembleia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, **aprovada pela maioria absoluta de seus membros**, acompanhada de lista de presença devidamente assinada. (Fundação Cultural Palmares) grifos nossos

A resolução já implica na participação de todos ou pelo menos da maioria da decisão do reconhecimento. Sobre o processo de autoatribuição pelo Quilombo de Ipiranga:

Particpei ativamente da construção da associação, começamos a nos reunir junto com os mais velhos da comunidade e com os novos e juntos começamos a contar a historia do quilombo junto com a Fundação Palmares que foi importância nessa construção histórica da comunidade do quilombo. (Depoimento cedido por Ana Rodrigues – Comunidade Quilombola de Ipiranga)

É preciso examinar em quais espaços operam os membros das comunidades e a geracionalidade, os mais velhos, geralmente mulheres, são os portadores das histórias, tradições e costumes nos quilombos e são extremamente respeitados, os mais novos darão continuidade aos conhecimentos, logo se instaura um vínculo forte, além do aspecto do parentesco.

Na comunidade do Gurugi, a redistribuição de poder político é demonstrada nos relatos de Isabel Sousa.

A primeira dificuldade que eu encontrei foi a minha permanência na comunidade, porque na época eu estudava, foi a primeira dificuldade que eu encontrei porque hoje eu estudava ou eu ficava como liderança aqui na comunidade, tinha Nego aqui para me ajudar, tinha Giselda ali, tinha um grupo bom, aí eles ficavam dentro da comunidade enquanto eu estava fora e quando eu chegava eles me situavam de tudo e a gente retomava o trabalho, mas mesmo quando eu não estava ele já retomava, mas sempre sendo informada do que estava acontecendo, foi a maior dificuldade que encontrei. (Depoimento concedido por Isabel Sousa – Comunidade Quilombola do Gurugi)

Apesar da existência de uma pessoa para administrar, os membros percebem suas competências, apoderam-se de desenvolturas de participação democrática político de decisão. Nas organizações coletivas, o processo organizativo se consolida na tomada de decisões coletivas, onde as relações de trabalho são igualitárias. Caso do empoderamento

político no surgimento de uma organização coletiva se dá também na capacidade de enfrentar situações difíceis. Cabe ressaltar que os valores democráticos atuam em conjunto com o pertencimento do grupo, na percepção do respeito e da valorização do outro, presente no relato.

Como as relações mudam conforme o tempo e espaço, não é unânime entre as duas comunidades a participação integral de todos. Embora haja o corpo diretor da ACNI, persiste a centralidade na figura do presidente. De acordo com o relato de Ana Rodrigues, os associados não compreenderam a responsabilidade da função e apoiam-se no comodismo. No depoimento, “O presidente é o faz tudo, e o presidente não é isso, o presidente é um porta-voz. [...] Eu faço questão de ir pra essas reuniões e trazer o que aconteceu lá pra comunidade. Cada reunião que a gente vai, a gente tem as conquistas” da liderança Ana Rodrigues, percebe-se a crítica no que tange a zona de conforto, para mais a preocupação de ocupar espaços e o desejo que para além dos sócios e toda a comunidade integre os espaços de luta, isto é, nas relações pode não haver de forma pura e legítima concentração de poder, mesmo havendo relações hierárquicas. Assim, a comunidade perde na força de atuação coletiva diante disso a impotência impera no que diz respeito à democratização poder. A liderança ao reconhecer que existe o problema da centralidade traça estratégias de redistribuição de atividade que também se configuram como redistribuição de poder. Na dimensão política o empoderamento se dá pela transformação das estruturas sociais e assim, as mudanças das estruturas de oportunidades.

Constata-se nos relatos o empoderamento político desde o processo de luta pela terra no Gurugi I. As mulheres negras tiveram papel fundamental na conquista do assentamento. As mulheres cuidavam da ordem e estratégias de luta na presença e ausência dos homens, os quais, muitos, tiveram que sair da comunidade sob ameaças. Elas enfrentaram capangas de peito aberto, sabotavam máquinas e reconheceram que a luta pela terra é da família e entregaram seus filhos para tal, ou seja, faziam a resistência.

quando foi uma horas dessa assim, eu tinha três filhos, eu tinha duas menina, com idade de cinco anos e outra com dois anos, e um menino com oito meses, então a gente se reunimos tudinho, saímos tudinho e essa hora (*fim da tarde*), a gente se atrevessamos na frente do trator, todo mundo, peguemos os meninos botamos nos braços e fomos simhora pra frente dos trator pra não cortar esse terreno e nem tapar o rio, que eles queriam tapar o rio com as árvores, ficamos nesse roçado quase um mês, os trator ninguém sabe como ficou parado lá, não trabalhou mais,



e assim vinhamos da frente dos trator. (Depoimento de Acoritene Up – Comunidade Quilombola do Gurugi/ *elucidação nossa*)

Por meio da resistência, o ato de posicionamento coletivo das mulheres consiste na redemocratização de poder. Esses sujeitos se consideram sujeitos de luta, essa dimensão se dá pela participação no campo político, no exercício de ocupação de funções de lideranças e representativas, ou seja, é a subversão a ordem estabelecida. A incidência das mulheres no contexto de conflito altera as estruturas sociais, especificamente das relações de gênero, resultando na repartição de poder.

Recorrendo à movimentos e organizações na escala local e regional, as mulheres conseguem visibilizar suas condições. A representação em instâncias de poder assegura, em primeiro lugar, a socialização das realidades e, apoiadas nas realidades que lhes concernem traçam caminhos e estratégias para a melhoria de vida, solicitam apoios e estabelecem parcerias.

No Conde-PB temos a coordenadoria de igualdade racial que representa, temos a secretaria de igualdade racial no governo, secretaria de mulher do estado tem o conselho estadual de igualdade racial e quilombola e a ACADE. Com isso temos vários representantes que podemos contar pra resolver problemas de luta e da comunidade.

A dicotomia das esferas pública/privada é rompida ou atenuada, quando as mulheres têm acesso ao espaço público compreendido não só como a organização coletiva, mas como as experiências externas dos locais onde as mesmas habitam. É comum, as mulheres participarem de eventos, reuniões, viagens representando a organização coletiva e isso possibilita o compartilhamento de experiências e vivências. A representação política se manifesta como meio de fortalecer o pertencimento com o projeto coletivo, refere-se a responsabilidade e reconhecimento e a visibilidade das mulheres. Vale destacar que a perspectiva acerca da inserção na sociedade é transformada por meio do reconhecimento social.

#### 4.1 Desafios: agora é vê as crianças e a terras

São muitos os desafios das mulheres quilombolas, principalmente diante do avanço do conservadorismo, neoliberalismo e da retirada de direitos no contexto de golpe. Crises persistem como resultado do ainda governo interino e ilegítimo do Michel Temer.

Não podemos deixar de destacar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239 no Supremo Tribunal Federal (STF) que aborda o

direito à terra e território das comunidades quilombolas no que diz respeito ao Decreto 4.887/2003. Após diversos adiamentos, a vitória em prol das comunidades quilombolas e a contestação do marco temporal, ou seja, definição dos territórios quilombolas somente como áreas que estavam ocupadas em 5 de outubro de 1988, foi resultado do processo de luta e mobilização nacional e até internacional. O fortalecimento da luta é necessário, haja vista a quantidade de comunidades que estão no processo rumo a regularização, e com a constitucionalidade do Decreto as comunidades podem pressionar os órgãos competentes a garantia e efetivação dos direitos.

O direito à terra é fundamental para as comunidades quilombolas e aparece como principal desafio a ser garantido. As comunidades quilombolas estudadas precisam chegar a um consenso quanto à reivindicação da identidade quilombola e a luta pelas terras tradicionais, isso independe de gênero, mas as mulheres no exercício de lideranças precisam se posicionarem frente aos demais, iniciando os debates e se preciso for estabelecendo parcerias, para que todos os preconceitos e dúvidas sejam esclarecidos.

Para as mulheres quilombolas, ocupar as universidades públicas é um meio de diminuir as desigualdades no que tange o acesso à educação, tanto na perspectiva de raça, quanto de gênero. Muitas oportunidades de emprego, e, portanto, de qualidade de vida são impedidas pela falta de estudo oficial. As comunidades carecem de profissionais em diversas áreas, os conhecimentos obtidos nas universidades podem ser dirigidos para as lutas das CRQ's. Às margens da educação formal, a população negra apresenta altos índices de analfabetismo, e quando observamos pelo viés de gênero, é significativo o contingente. A luta pelo acesso à educação, à escola é uma reivindicação histórica. Davis (76) revela o desejo da população negra recém- emancipada pela educação nos EUA. Assim como as/os negras/os estadunidense, a população negra brasileira tem que lutar pela terra e pelo poder político.

No governo popular, o percentual de negras/os no ensino superior aumentou, mas é inferior que a porcentagem de brancos. Para além disso, é preciso observa a permanência desse grupo na universidade. Os quilombolas, assim como os indígenas podem contar com o auxílio financeiro do Governo Federal, contudo a Bolsa Permanência está ameaçada, sendo mais uma ofensiva do golpe. Com vista de garantir uma educação com contemple as especificidades étnicas, a educação quilombola é um meio de garantir que as tradições, costumes e história da comunidade não seja esquecida. Fortalecer as novas gerações para a compreensão da identidade étnica e da preservação da cultura é

essencial para a continuação das lutas. A ausência de políticas públicas para a juventude quilombola contribui com o êxodo rural, e conseqüentemente o abandono dos quilombos, ademais é preocupante a situação dos jovens das comunidades frente as drogas. É um grande equívoco considerar que a lógica urbana, e com ela os problemas, não estão cada vez mais se inserindo nas comunidades.

As comunidades de Ipiranga e Gurugi apresenta dificuldades para acessar aparatos da rede pública como posto de saúde, escolas e a falta de transporte público, ademais como um dos problemas mais recorrente tem-se a falta de água e de saneamento básico. A violência estrutural compreendida como ausência de proteção e garantia de direitos fundamentais a cidadania e necessidades, é materializada nas comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso do presente trabalho, problematizações foram resolvidas, dúvidas sanadas e certezas desconstruídas. Acredita-se que esse trabalho é apenas mais um ponto de uma trilha e ainda há muitas questões a serem reveladas, para assim contribuir com debate dos remanescentes de quilombos. O objetivo geral da monografia foi investigar o empoderamento das mulheres negras na luta pelo território das comunidades remanescentes de quilombos Ipiranga e Gurugi no estado da Paraíba – Brasil. A emergência da questão quilombola reafirma os quilombos na condição da materialidade da resistência, tanto no passado histórico no sistema escravista quanto aos dias atuais como face à discriminação racial, preconceito e aos interesses de grupos da elite.

O processo de luta pela terra no meio dos grupos étnicos é manifestado através da resistência diária desses grupos que acessam minimamente algumas políticas públicas, porém ainda resistem através das ocupações em seus territórios e suas manifestações culturais. A comunidade de Gurugi advém variadas formas de apropriação de terra, que se torna cenário histórico da construção de lutas pela terra, não apenas na própria comunidade, mas também nas circundantes, no caso a comunidade de Ipiranga. A luta pelo território e pela terra é crucial para garantir a preservação e reconhecimento da identidade étnica quilombola. As condições de vida e situações de pobreza das comunidades quilombolas resultam da exclusão histórica deste grupo das políticas públicas e da opção no âmbito econômico do estado brasileiro em relação ao social, como também revela o processo de luta que acarretou na visibilidade e no reconhecimento tanto da etnia quilombola quanto os movimentos sociais para dar visibilidade e reconhecimento aos sujeitos históricos.

Em razão da estruturação da ciência geográfica, a Geografia brasileira omitiu grupos sociais e temas que não estavam inseridos no discurso hegemônico. A omissão e exclusão resulta da forma de concepção da Geografia como ciência, sendo modificada a passos lentos a partir da crítica da construção histórica do saber. A exclusão e invisibilidade de grupos sociais na Geografia se estabelece a partir dos privilégios de sexo e raça. A inserção tardia do debate da temática étnico-racial verificada nas produções geográficas é produto da construção da ciência no Brasil, visto que a questão foi trabalhada por clássicos da ciência. Enquanto ciência social, a Geografia pode auxiliar na análise de processos e contribuir de forma significativa para a discussão. A situação das

comunidades remanescentes de quilombos é evidenciada na Geografia, principalmente no âmbito da Geografia Agrária abordando território, identidade, conflitos e, contudo, carecem de estudos sobre as comunidades no âmbito da Geografia Física.

A especificidade dos estudos acerca da mulher negra sucede pela ação do racismo e sexismo nos discursos e trabalhos que abordam a sua trajetória, o que faz necessário novas versões que refutem esses discursos. A função exercida pelas mulheres negras escravizadas aos quilombolas atuais permite a existência de variados modelos de relações sociais marcados pela resistência e organização política. As mulheres têm se constituído sujeito histórico, conquistando um espaço expressivo, o qual tem se consolidado com percurso temporal.

A luta das lideranças femininas tem fragmentado a sociedade machista, patriarcal e androcêntrica. As relações de poder reveladas pelas mulheres tangem a resistência a partir dos enfrentamentos seja nos órgãos institucionais, seja nas relações cotidianas e a construção de laços de solidariedade. As mulheres inseridas nas associações fortalecem as capacidades políticas e luta por direitos. As condições das comunidades levam as mulheres a atuarem em conjunto e, assim são mostradas habilidades e competências antes guardadas ou pouco desenvolvidas. As participações femininas nas organizações carecem de visibilidade. Verificou-se que mesmo no processo de empoderamento, as mulheres enfrentam silenciamento através de práticas sexistas e racistas, muitas vezes naturalizadas, resultantes do processo histórico que fundamenta a sociedade patriarcal, o que nos situa diante de um cenário a ser transformado gradativamente. A consciência política das mulheres tão necessária nos grupos femininos se constitui como o primeiro passo na compreensão da emancipação. O empoderamento é um processo dinâmico, e muitas delas estão avançando na perspectiva de sujeitos ativos que lutam para si e pela comunidade. As mulheres resistem cotidianamente, apesar de nem sempre se reconhecerem na luta, haja vista a necessidade de desnaturalizar o poder patriarcal. Às mulheres cabe o reconhecimento no âmbito social, político e familiar, na perspectiva de aproximação dos espaços de resistências e da negação à marginalização.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes Orais – Entrevistas**

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida por Joselma Rodrigues da Silva, 29 anos, secretária da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ipiranga.

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida por Isabel Souza da Silva, 33 anos, ex-presidente da Associação Comunitária dos Parceleiros Rurais de Gurugi (ano 2006).

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida por Ana Lucia Rodrigues do Nascimento, 56 anos, presidente da Associação da Comunidade Negra de Ipiranga.

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida por Rosangela Rodrigues de França, 39 anos, tesoureira da Associação da Comunidade Negra de Ipiranga.

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida Dona Penha, 65 anos, participou da luta pela terra na Comunidade Quilombola de Gurugi.

Entrevista realizada em maio de 2018 concedida por Acotirene Up, tronco mais velho da comunidade Quilombola de Gurugi.

Entrevista realizada em agosto de 2018 concedida por Josenaldo Rodrigues Sena, popularmente conhecido como Nego da Capoeira, atual presidente da Associação Comunitária dos Parceleiros Rurais de Gurugi.

### **Documentos Primários**

Encontro Nacional de Geógrafos – ENG

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, VI. 1986, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos, 1986.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, VII. 1988, Universidade Federal de Maceió, Alagoas; Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos, 1988.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, VIII. 1990, Universidade Federal da Bahia, Salvador; Anais do VIII Encontro Nacional de Geógrafos, 1990.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, X. 1996, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos, 1996.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XI. 1998, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Anais do XI Encontro Nacional de Geógrafos, 1998.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XII. 2000, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis; Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XIII. 2002, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa; Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XIV. 2006, Universidade Federal do Acre, Rio Branco; Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XV. 2008, Universidade de São Paulo, São Paulo; Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XVI. 2010, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XVII. 2012, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte; Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, XVIII. 2016, Universidade Federal do Maranhão, São Luís (MA); Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016.

#### Revista Brasileira de Geografia (RGB)

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 62, n. 2

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 61 n. 2, 2016

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 1, 2016

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 60, n.1, 2006

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 59, n.1, 2005

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 59, n.2, 2005

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, n.1,n.4, 1996

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1.,1995

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 2, 1995

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 3, 1995

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n. 4, 1995

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, n.1,n.4, .1994

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, n1, n4.1993

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.54, n.1.1992

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.54, n.2, 1992

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.54 n.3, 1992

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.54, n.4, 1992

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.53, n.1, 1991

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.53, n.2, 1991

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.53, n.3, 1991











REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.7, n.2, 1945  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.7, n.3, 1945  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.7, n.4, 1945  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, n.1, 1944  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, n.2, 1944  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, n.3, 1944  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.6, n.4, 1944  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, n.1, 1943  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, n.2, 1943  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, n.3, 1943  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, n.4, 1943  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, n.1, 1942  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, n.2, 1942  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, n.3, 1942  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, n.4, 1942  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.3, n.1, 1941  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.3, n.2, 1941  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.3, n.3, 1941  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.3, n.4, 1941  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n.1, 1940  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n.2, 1940  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n.3, 1940  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, n.4, 1940  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.3, 1939  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.1, 1939  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.2, 1939  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.4, 1939

### Fontes bibliográficas

ALMEIDA, Mayra Porto de. **“Olha os pirangueiros!”: territorialidade étnica e direitos humanos no município do Conde/PB**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc. 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas>, 19 acesso em janeiro de 2018

CIRQUEIRA, Diogo ; CORRÊA, Gabriel . **Questão Étnico-Racial na Geografia Brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações**. Revista da ANPEGE , v. 10, p. 29-58, 2012

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 221-238. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/26342147/Matrix-of-Domination>>. Acesso em: 12 de maio de 2018

COMBAHEE River Collective. **Una declaración feminista negra**. In: MORRAGA, Cherríe; CASTILHO, Ana. (Org.). *Essa ponte, mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism Press, 1988.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women**. Stanford Law Review, v. 43, n.6, p. 1241-99, 1991. Disponível em: <<http://www.peopleofcolororganize.com/wp-content/uploads/pdf/mapping-margins>, 19>. Acesso em: 22 maio de 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: 1965

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Edição crítica de autoria de Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca. Paris: ALLCA XX, 2002. 1261 p

FURLAN, Sueli Ângelo. **Técnicas de Biogeografia**. In: VENTURE, Luis Antonio Bittar. (Org). *Praticando geografia: Técnicas de campo e laboratório em geografia*. São Paulo: Oficina de textos, 2005. P. 99-130

GOMES, Nilma Lino . **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In: Kabengele Munanga. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2ed. Brasília: MEC, 2005, v. , p. 143-154.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: *Revista GEOgraphia – Ano IX – Nº 17 – 2007*.

Haesbert. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. acesso em 13 de maio de 2018

LACOSTE, Y. **A Geografia-Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 5 ed.2001

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**, [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_n.2\\_333-354](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_n.2_333-354), 19, acesso em 01 de maio de 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?**. *Horiz. antropol.* [online]. 1999, vol.5, n.10, pp.123-149. ISSN 0104-7183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>

MARQUES, Amanda C. N. **Fronteira Étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do Litoral Sul Paraibano**. (Tese de mestrado em Geografia). UFS: Sergipe 2015.

Martins, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996b.

MONTEIRO, Karoline dos SANTOS. **De quilombo a terra quilombola: conflitos pela propriedade da terra na construção territorial de Gurugi, Paraíba - Monografia**. 2009.

MIGNOLO, Walter. **Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica**. In: Boaventura de Sousa 80 Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014 Santos (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

MORAES, A C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa, 1997

MUNANGA, K. . **Cem anos de bibliografia sobre o negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2000. v. I. 512p .

MUNANGA, K. . **Origem e Histórico do Quilombo Na África**. REVISTA USP, v. 28, p. 56-64, 1995.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele **.Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**.In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico dos quilombos em África**. In: MOURA, Clovis. (Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: Edufal, 2001, p.21-31.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB - RJ, 05/11/03. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/3474693/UMA-ABORDAGEM-CONCEITUAL-DAS-NOCOES-DE-RACA-RACISMO>, acesso em 16 de maio de 2018.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p .

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese 106 (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2010

PACHECO, M. E. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**. GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib (Org.). Perspectiva de gênero; debates e questões para as ongs. Recife. Luci Artes Gráficas LTDA, 2002, p. 138-161.

PALITOT, Estevão Martins. **Questões que Diariamente Ali se Agitam'': O processo de extinção dos aldeamentos de índios no Litoral Sul da Paraíba (1865-1867)**.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. . **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. In: 27o encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), 2003, Caxambu, MG. Programa e Resumos do XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003. v. 1. p. 113-133

RATTS, Alecsandro J.P. **A geografia entre as aldeias e os quilombos – Território etnicamente diferenciado** IN ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J.P: Geografia: Leituras Culturais. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

RATZEL, F. [1899] **Ratzel – Geografia**. S. I.: Ed. Ática, 1990. N. 59. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil; a história do levante dos malês 1-835**. São Paulo, Brasiliense, 1986. 293 p., il.

REIS, José João; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SARDENBERG, Cecilia M.B. **Liberalvs Liberating Empowerment: Conceptualising women's empowerment from a Latin American feminist perspective'**, Pathways Working Papers 7. righton, K: Pathways of Women's Empowerment: Institute of Development Studies, (2009)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SILVA, Joseli Maria . **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. v. 1. 313p .

SILVA, Joseli Maria ; NABOZNY, Almir ; ORNAT, Márcio José . **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas**. Abordagens geográficas , v. 1, p. 23-41, 2010.

VALENCIANO, Renata. C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero** / Presidente Prudente : [s.n.], 2006.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria . **Geografia e Gênero/ Geografia Feminista-o que é isto?**. Boletim Gaúcho de Geografia , Porto Alegre, v. 23, p. 105-120, 1998.

WERNECK, Jurema . **Interseccções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas**. In: Gláucia de Oliveira Assis, Luzinete Simões Minella, Susana Bornéo Funck. (Org.). Entrelugares e mobilidades - Desafios Feministas. 1ed. Tubarão: Editora Copiart, 2014, v. 3, p. 319-328.



**ANEXO****ANEXO I**

Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN  
Gestar: Território, Trabalho e Cidadania

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente do trabalho monográfico “Mulheres Negras na Luta pela Território Tradicional nas Comunidades Quilombolas do Gurugi e Ipiranga”, desenvolvido por Jadiele Cristina Berto da Silva, discente do curso de Geografia, vinculada ao grupo de pesquisa Gestar: território, trabalho e cidadania da Universidade Federal da Paraíba. Fui informada, ainda que a pesquisa é orientada pela Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail [fatimarodrigues.ufb@gmail.com](mailto:fatimarodrigues.ufb@gmail.com).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar o protagonismo e empoderamento das mulheres quilombolas na luta pelo território ancestral nas comunidades remanescentes de quilombos de Gurugi e Ipiranga no estado da Paraíba – BR.

Esclarecimentos sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa:

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com questões qualitativas e quantitativas onde serão feitos registros eletrônicos de imagens e voz que demandam posicionamento formal do (a) entrevistado (a), nos seguintes termos:

(        ) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;

Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Informamos, outrossim, que nenhuma questão que traga desconforto ou exposição negativa do(a) entrevistado(a) será registrada, podendo o (a) mesmo (a) solicitar a exclusão de arquivos de imagens ou som durante a entrevista. Os registros permitidos serão utilizados exclusivamente na pesquisa, por conseguinte, em trabalhos acadêmicos. Será assegurado o sigilo quanto a identidade, caso seja esse o desejo do(a) entrevistado(a) Não havendo objeção haverá a divulgação do nome do(a) participante. O(a) entrevistado(a) terá liberdade para recusar a participação em qualquer fase da pesquisa, cabendo, por conseguinte, ao mesmo (a) a autorização para a guarda dos arquivos de voz e de imagens produzidos durante a pesquisa, bem como a sua identificação ou não.

Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa e o armazenamento das fontes pela pesquisadora responsável pela pesquisa;

Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa e o armazenamento das fontes pela pesquisadora responsável pela pesquisa;

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

João Pessoa, 04 de maio de 2018.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da testemunha

---

Assinatura da pesquisadora

## ANEXO II

## OBJETIVOS DA PESQUISA

## GERAL

Investigar o empoderamento das mulheres negras na luta pelo território ancestral nas comunidades remanescentes de quilombos do Gurugi e Ipiranga no estado da Paraíba – PB.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a questão étnico-racial no âmbito da ciência geográfica a partir dos trabalhos publicados em eventos e revistas;
- Investigar a inserção das mulheres no processo de constituição e fortalecimento de associações comunitárias dos quilombos, bem como o processo organizativo nas demais entidades ou coletivos;
- Analisar o empoderamento feminino da luta nas comunidades remanescentes suas dificuldades, desafios e conquistas obtidas;
- Interpretar os marcadores sociais de diferenças (gênero, raça, classe, espaço) nas mulheres.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº DA ENTREVISTA \_\_\_\_\_

NOME DO ENTREVISTADOR: JADIELE CRISTINA BERTO DA SILVA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: PROJETO TERRITÓRIO E

MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE UMA

COMUNIDADE NEGRA NA PARAÍBA

**1- DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO**

1.Nome completo \_\_\_\_\_

2.Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

3.Idade: \_\_\_\_\_

4.Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União estável ( ) Viúvo ( ) Divorciado

5.Lugar de nascimento \_\_\_\_\_

6.Orientação sexual: ( ) heterossexual ( ) bissexual ( ) lésbica

7.Idade:

## **SOBRE A ASSOCIAÇÃO E LIDERANÇA**

1. Ocupa algum cargo de liderança dentro da comunidade/associação? Qual??  
Como/quando começou?
2. Quais os objetivos da associação?
3. O que levou a criar a cooperativa? As cooperadas passaram passaram algum tipo de qualificação? (mini-curso, palestras)
4. Como se organiza a associação? Quais instâncias de representação vocês estão presentes? Quais os resultados obtidos nestas instâncias?
5. Qual importância da associação na sua vida?
6. Como liderança, participou do processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo? Como ocorreu esse processo e como se encontra atualmente?
7. Quais foram as principais conquistas decorrentes do processo de autoidentificação da comunidade?
8. Quais os principais desafios decorrentes desse processo?
9. Dentro da comunidade existe algum conflito (cisma) em relação ao reconhecimento quilombola? E em relação às pessoas que tem propriedade dentro do território da comunidade?
10. Você é a responsável pela terra/lote/sítio onde mora?
11. Quais são as principais necessidades da comunidade hoje? E das mulheres da comunidade?
12. Em sua opinião as condições de vida das mulheres da comunidade vão melhorar com a titulação quilombola?
13. Quais projetos estão sendo desenvolvidos na comunidade para as mulheres?
14. Existe grupo de mulheres na comunidade?
15. Como é a convivência na comunidade? E vocês como lideranças?
16. Quais as principais dificuldades de ser liderança? E ser liderança mulher?

## RELAÇÕES DE TRABALHO E COM A TERRA

Relação com o mercado de trabalho: já tentou emprego fora da comunidade? Quais eram as vantagens e desvantagens?

Trabalha com a terra? ( ) Sim ( ) Não -

A família também trabalha? ( ) Sim ( ) Não

Vende o que planta? ( ) Sim ( ) Não

## MEMÓRIA E CULTURA

Existem festividades na comunidade? Quais ?

Caso existam, fale um pouco sobre as festas da comunidade.

Na comunidade tem alguma dança, ritmo que marcou a história da comunidade? Qual?

Quem dançava?

Como era organizada a dança?

Fale sobre as vestimentas.

Qual é a sua religião?

Já ouviu falar de religião de matriz africana, a exemplo do Candomblé? ( ) Sim ( ) Não

O que sabe sobre elas? \_\_\_\_\_

Conhece ou faz parte da religião de matriz africana? ( ) Sim ( ) Não

Seus familiares fazem parte de alguma religião de matriz africana? ( ) Sim ( ) Não

Qual a sua opinião sobre essa religião?

## IDENTIDADE NEGRA/IDENTIDADE QUILOMBOLA

Sabe o que é quilombola? Fale o que você entende por quilombola.

Você é quilombola? ( ) Sim ( ) Não

Você é negro(a)? ( ) Sim ( ) Não

Já sofreu preconceito por ser quilombola? ( ) Sim ( ) Não

Já passou ou sabe de alguém que já sofreu algum tipo de preconceito por ser negro? ( )

Sim ( ) Não. Fale como foi.

Gosta de ser negro/quilombola? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

## RELAÇÕES DE GÊNERO

Você é a chefe da família? Como se tornou chefe de família?

Como é a divisão das tarefas da casa?

Como é o planejamento e tomada de decisões na sua casa?

Na associação, sua palavra enquanto liderança feminina é respeitada?

Já sofreu ou sofre algum tipo de violência doméstica (verbal ou física)? ( ) Sim ( ) Não.

Qual?

Sabe dizer o porquê que a violência acontece?

O marido trabalha em que?

Outras informações:

1. Profissão: Caso desempregado. Faz algum trabalho alternativo (bico)?

2. Grau de escolaridade:

3. Número de integrantes da família \_\_\_\_\_

4. Renda familiar: ( ) meio salário mínimo ( ) um salário mínimo ( ) dois salários mínimo

5. Moradia atual:

6. Trabalhou na infância/adolescência?

7. Experiência de lazer?

8. Moradia: ( ) própria ( ) alugada

9. Como é o acesso ao hospital? Vai com frequência?

10. Beneficiário de políticas públicas? ( ) sim ( ) não Qual?

10.1 Houve melhorias na sua vida? Explique

## ANEXO III

